

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**CAMPUS BAIXADA SANTISTA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E**  
**POLÍTICAS SOCIAIS**

**GENOCÍDIO DA JUVENTUNE NEGRA: UMA CONFIGURAÇÃO**  
**DO RACISMO**

**JÚLIO CEZAR DE ANDRADE**

**SANTOS – SP**

**2019**

ANDRADE, Julio Cezar de

Genocídio da Juventude negra: Uma configuração do Racismo;  
Orientadora: Luzia Fatima Baierl, UNIFESP, Santos, 2019.  
35 f.

Dissertação (Pesquisa de Mestrado) , Programa de Pós-  
Graduação e Serviço Social e Políticas Sociais, Santos , 2019.

1. Racismo 2. Pobreza 3. Violência 4. Genocídio e questão social

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**CAMPUS BAIXADA SANTISTA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E**  
**POLÍTICAS SOCIAIS**

**GENOCÍDIO DA JUVENT-UNE NEGRA: UMA CONFIGURAÇÃO**  
**DO RACISMO**

**JÚLIO CEZAR DE ANDRADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS). Universidade Federal de São Paulo. Campus Baixada Santista para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzia Fátima Baierl

**SANTOS**

**2019**

## **COMISSÃO JULGADORA**

**Presidente:** Dr.<sup>a</sup> Luzia Baierl

---

1º. Avaliador: Titular interno do Programa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Cristina Gonçalves dos Santos  
Cargo: Professora titular  
Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva

---

2º. Avaliador Titular externo do Programa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graziela Acquaviva  
Cargo : Professora Assistente departamento: Serviço Social  
Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

---

3º. Avaliador: Titular Externo do Programa  
Prof.<sup>o</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Silvia Regina Viodres Inoue  
DEPARTAMENTO: Educação Saúde e Sociedade

---

4º: suplente externo do Programa  
Prof.<sup>o</sup>. Dr. Deivison Mendes Faustino  
DEPARTAMENTO: Educação Saúde e Sociedade

---

Dedico este trabalho a toda comunidade do Lajeado,  
aos jovens negros mortos, em especial  
aos familiares de Flavio, Kauane e Edmar,  
Quero agradecer particularmente à juventude que passou  
por atendimento enquanto estive no Conselho Tutelar do Lajeado,  
e à classe trabalhadora que sofre as opressões  
resultantes do capitalismo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial aos meus ancestrais que resistiram à escravidão e deixaram marcas em minha essência.

A minha mãe, dona Sueli Eugenia dos Santos (em memória), minha grande amiga companheira que do seu legado fica a luta e compromisso com o movimento negro e a resistência de nossa fé nas religiões de matriz africana.

Aos meus familiares que aturaram momentos de stress, paranóias e preocupações, Tais Raloma de Andrade, Sergio Luiz de Andrade Junior, Sergio Luiz de Andrade. Aos meus filhos de orixá e à família do Ilê axé da Abiasi Ayedum (Casa de Axé - A vida é doce pra ser vivida) .

À querida, cordial e preocupada orientadora Luzia Fátima Baierl, que nas horas de desânimo e tristeza me motivou a seguir este percurso caminho.

Aos meus professores e professoras da graduação, Rodrigo Teixeira, Camila Manduca, Fernanda Almeida, Maria Borges, Maria Fernanda, e Simone Santos, Daniela, Maria Raimunda que realizaram greve, em 2010, resistiram e nos deram bases para consolidação do projeto ético-político, além da formação crítica mesmo dentro de um processo profissional necessária tendo em vista o trabalho profissional..

Aos professores e professoras da Especialização em Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, Dirce Koga, Eunice Favero, Aurea F., Bete Rosa.

As professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Sonia Nozabielle, Tania Diniz, Terezinha Rodrigues, Andrea Torres, Renata Gonçalves, Rosangela Batistone, Claudia Mazei.

Aos amigos especiais, frequentadores da Sexta Socialista, Curso de Verão, Instituto Paulista de Juventude, Pastoral da Juventude do Meio Popular, Arte Maloqueira, Associação de Voluntários Integrados no Brasil, Presença Social nas ruas Base Mooca, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Coletivo Ampliações, Centro Cultural Oduduwa na pessoa de Sikiru Salami(BABA KING), Tania Salami ,Romilda Yakemi Ribeiro; Maria de Lourdes B. B. Salla, Mãe Izildinha e Família, família Canuto, família Sebastião, Gildete, Rosimeire, Marlete, Marcelo, Ricardo, Raquel, Às assistentes sociais, Cleidioneide Rodrigues , Andréia Torres, Flavia A que supervisionaram estágio durante a graduação.

Ao colegiado de Curso de Serviço Social da UNIESP, em especial, Simone Santos, Simone Ferro, Conceição, Regina, Itaque, Suelma, André ao colegiado de

serviço social da Universidade de Guarulhos em especial Deise Fernandes, Adriano Ferreira, , Wagner Hosokawa , Regina, Amanda, Cris.

Aos colegas da Gestão do Cress São Paulo “trilhando luta com consciência de classe”, em especial Luciano Alves, Patrícia Ferreira, Kelly Mellati, Matsuel Martins e do CFESS Mauricléia Soares aos Trabalhadores da Avib em especial Ireldo Alves, Patrícia Alves, Eva, Geane Mabel, Ana Paula, Ivanilton de Oliveira, Naidés Nunes, Katia Alves, Aline Moreno, Monica Gomes, Idalina Soares, Marília Isabel , Marcia Damaceno e Gloria Orland.

À Tati Coghi Ladeira, Celso Fabiano e Vicente pela acolhida e hospedagem solidária durante os meses de mestrado.

As queridas, Angelita, Vera Lucia Lopes, Patrícia Kelly, Marta Fagundes, Marcia Eurico, Mabel Assis, Deise Fernandes, Simone Santos,

A todas as famílias, crianças, adolescentes e jovens atendidas durante esses os últimos anos de vida profissional e às que atendo até hoje.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	8
ABSTRACT .....	9
LISTA DE TABELAS .....	10
LISTA DE IMAGENS .....	10
LISTA DE GRAFICOS .....	10
LISTA DE SIGLAS.....	11
APRESENTAÇÃO .....	12
INTRODUÇÃO .....	15
 <b>CAPITULO I. O NEGRO NA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA: ELEMENTOS NORTEADORES DE UM PROJETO DE GENOCÍDIO, ...</b>	<b>23</b>
1.1 O negro na formação socioeconômica brasileira, .....	23
1.2 Eugenia: mito da democracia racial e racismo na sociedade brasileira, .....	29
1.3 A sociedade capitalista e o negro na sociedade de classes.....	37
 <b>CAPITULO II. RACISMO COMO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL</b>	
2.1 Racismo na contemporaneidade .....	42
2.2 Violência .....	45
2.3 Juventude, .....	58
 <b>CAPITULO III. GENOCIDIO DA JUVENTUDE NEGRA .....</b>	<b>62</b>
3.1 Movimento eugênico na atualidade, .....	62
3.2 Criminalização da questão social, .....	65
3.3 Juventude e relação com as drogas, .....	71
3.4 Genocídio da juventude negra, .....	75
3.5 Mortalidade da juventude, .....	78
 <b>CAPITULO IV. ÍNDICES DE MORTE NA CIDADE DE SÃO PAULO, .....</b>	<b>79</b>
4.1 População negra no Brasil e as expressões de mortalidade.....	79
4.2 Mortes no estado e no município, .....	91
4.3 Territórios pesquisados, .....	94
 <b>CAPITULO V. LUTAS E RESISTÊNCIAS DA POPULAÇÃO NEGRA E ENFRENTAMENTO DO GENOCÍDIO, .....</b>	<b>102</b>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>



## RESUMO

O presente trabalho procura pesquisar o genocídio da juventude negra com o objetivo de analisar o racismo e seus impactos na formação socioeconômica brasileira e na contemporaneidade, a partir dos bairros escolhidos na Zona Leste: Cidade Tiradentes, Guaianases, Lajeado e Itaim Paulista

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental por meio, de análise de dados secundários, para uma aproximação da realidade, que busca a relação das mortes com o racismo. A análise se deu, prioritariamente, a partir de dados provenientes do Relatório de Desenvolvimento Juvenil (2007), dos estudos produzidos pelos Mapas da Violência (2011-2017), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), nos territórios pesquisados e do Data Sus. Entre outros para dar elementos e subsídios para a pesquisa. A pesquisa elegeu como hipótese a insuficiência de políticas públicas, voltadas para a juventude, é um dos fatores que eleva o nível de violência acarretando mortes sejam elas advindas de ações da polícia ou do tráfico.

Palavras-chaves: **Racismo, Pobreza, Violência, Genocídio, Questão Social.**

## **ABSTRACT**

This, the present work seeks to investigate the genocide of black youth with the objective of analyzing racism and its impacts on Brazilian socioeconomic formation and contemporaneity, from the neighborhoods chosen in the East Zone: Cidade Tiradentes, Guaianases, Lajeado and Itaim Paulista

It is a quantitative and qualitative bibliographical and documentary research, for an approximation of the reality, that seeks the relation of the deaths with the racism. Priority was given to data from the Youth Development Report (2007), the Map of Violence (2018), and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) (2010), in the territories surveyed. among others to give elements and subsidies for the research. The research chose as hypothesis the insufficiency of public policies, aimed at the youth, is one of the factors that raises the level of violence, leading to deaths resulting from police actions or trafficking.

Keywords: Racism, Poverty, Violence, Genocide, Social Issues.

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 01. Distribuição População Brasileira no ano de 1600**

**Tabela 02. Distribuição da população brasileira de 1892 a 1950**

**Tabela 3 – Estrutura da mortalidade juvenil (número, taxas e % de óbitos) segundo regiões brasileiras causas (internas e externas). Brasil – 2001/2005.**

**Tabela 4. Taxas de mortalidade juvenil brasileira (causas violentas em 100.000) por raça/cor, segundo região/unidade da federação 2005**

**Tabela 5. Número de homicídios na população total por raça/cor, segundo região/unidade da federação – 2002/2008**

**Tabela 6 . Homicídio de Mulheres no Brasil Segundo Mapa da Violência 2015.**

**Tabela 7. Distribuição de Vulnerabilidade Social .**

**TABELA 08 – homicídios idade de 15 á 29 anos de acordo com Secretaria municipal de Saúde.**

## **IMAGENS**

**Imagem 1. Fora Macacos Cotistas**

**Imagem 2. Adolescente espancado**

## **GRÁFICOS**

**Gráfico 1- Taxa de desemprego por raça/cor – 2009**

**Gráfico 2. Porcentagem das causas externas e naturais de mortalidade (em %) da população jovem e da não jovem no Brasil**

**Gráfico 03- Distribuição de População Negra no Brasil**

**Gráfico 4- Distribuição População juvenil segundo Censo IBGE 2010**

**Gráfico 5- Homicídios por raça cor segundo o Mapa da Violência 2011-2016.**

**Gráfico 06 – Distribuição de Homicídio segundo Raça Cor Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo**

**Gráfico 07 – Homicídio por raça cor no Município de São Paulo**

**Gráfico 8 - Mortes por Armas de Fogo segundo Data Sus**

**Gráfico 09. Distribuição de homicídio doloso territórios pesquisados 2015 á 2018. Secretaria de segurança publica.**

**Gráfico 10. Distribuição de Tentativa de homicídio doloso territórios pesquisados 2015 á 2018. Secretaria de Segurança Publica.**

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABEPSS – Associação Brasileira e Ensino e Pesquisa em Serviço Social.**

**AMMA- Instituto Amma Psique e Negritude.**

**CRESS- Conselho Regional de Serviço Social**

**CF- Constituição Federal de 1988**

**CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.**

**IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.**

**IPVS- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**

**SSP- Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo**

**SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados.**

**SMADS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento social**

## APRESENTAÇÃO

Ao iniciar esta dissertação, gostaria de situar minha trajetória pessoal, na medida em, que ela dá sentido à escolha do tema em questão: Genocídio da juventude negra: uma configuração do racismo. Sou nascido no ano de 1986, filho de trabalhadores negros e convivi na infância com questões concretas resultantes da contradição capital/trabalho, como o desemprego de meus pais, a falta de saneamento básico no bairro, além da ausência de políticas sociais, mas com educação pública de qualidade. Como eu, muitas crianças e adolescentes, filhos de trabalhadores, viveram essa realidade.

No início da adolescência, em especial, aos 13 anos de idade, por meio da influência dos movimentos ligados à Teologia de Libertação, como a Pastoral da Juventude do Meio Popular, me aproximei do movimento no âmbito da Infância e das lutas sociais do meu bairro, aprofundando a visão de homem e de mundo dentro dos limites próprios dessa fase de desenvolvimento.

Nesse momento, surgiam questões: Como os nossos adolescentes morriam? Não eram situações ou análises isoladas. Perdi primo, vizinhos e colegas de sala de aula, que foram assassinados. Entretanto, não tínhamos dados nem maturação para relacionar as determinações do racismo.

Na juventude, por meio da militância do Partido dos Trabalhadores, me aproximei do Fórum Nacional de Juventude Negra (2007) e tive oportunidade de estar presente no Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), realizado em 2007, em Salvador. Nessa ocasião participei da construção das 930 propostas de políticas públicas para a juventude negra no âmbito nacional. Em decorrência estive presente na campanha nacional de combate ao genocídio da juventude negra – uma das propostas de Salvador – que era uma importante estratégia de denúncia do racismo, que resultou em articulação para a primeira conferência de juventude e elaboração do Juventude Viva, que é plano de prevenção à violência contra a juventude negra com o objetivo de superar a morte dos jovens na periferia, criado pelo Governo Federal em 2014.

Como morador e militante na zona Leste da São Paulo, em especial, do Lajeado, subdistrito do bairro de Guaianases, por diversas vezes me questionei sobre o número de jovens que morriam de forma violenta. As experiências vivenciadas como orientador socioeducativo, militante dos movimentos da infância, materializaram-se em ações

iniciadas no período da graduação, que permaneceram em minha trajetória pessoal e profissional, principalmente, na luta e na atuação como conselheiro tutelar (2011-2016).

O interesse em pesquisar genocídio da juventude negra emergiu desde o processo de graduação, no momento de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso “O genocídio da juventude negra no Distrito do Lajeado” (ANDRADE; ROSA, 2011). Naquela ocasião, constatamos que a origem da palavra genocídio, criada pelo polonês Raphael Lemkin, conforme Alves (2017) estava relacionada às denúncias das ocupações nazistas ocorridas na Europa na Segunda Guerra Mundial e ataque a todos os aspectos, físicos, biológicos, políticos sociais, culturais, econômicos e religiosos da população judia.

Vale destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, de 12 de janeiro de 1951, expressam nos conteúdos a contribuição e perspectiva teórica de Lemkin.

O tempo passou, mas as preocupações em relação ao tema e às mortes se acentuaram. Assim, o presente trabalho procura debater o genocídio da juventude negra com o objetivo de analisar o racismo e seus impactos na formação socioeconômica brasileira e na contemporaneidade.

A partir da hipótese a Somatória entre racismo pobreza e violência resulta em mortes prematuras e execuções sumárias nas periferias da cidade de São Paulo. Por outro lado, à ausência de políticas sociais é um dos fatores que eleva o nível de violência acarretando em mortes sejam elas advindas de ações da policia ou do trafico de drogas.

A pesquisa parte do método social critico, que apreende “a teoria como a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e dinâmica do objeto que pesquisa”. (NETTO, 2011, p.21).

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, para uma aproximação da realidade, que busca a relação das mortes com o racismo. Este estudo foi realizado a partir da análise de dados provenientes do Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007, do Mapa da Violência (2010), do DATASUS (2014), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), entre outros, levando em conta os territórios

pesquisados: Cidade Tiradentes, Guaianases, Lajeado e Itaim Paulista. para dar elementos e subsídios para a pesquisa.

Estamos falando de territórios vulneráveis, com indicadores de extrema pobreza e vulnerabilidade com desemprego desenfreado, mas também de lugares de luta e resistência que se constitui de ocupações e luta pela defesa da moradia e que Saneamento básico.

A partir da concepção de genocídio apontada, e por compreender que ele tem por objetivo destruir, no todo ou uma parte de um grupo o que curiosamente causa um forte incômodo é que preferencialmente são os jovens pretos pobres e periféricos que historicamente são as maiores vítimas preferenciais.

## INTRODUÇÃO.

O tema proposto “**Genocídio da juventude negra uma configuração do racismo**”, não trata puro e simplesmente de uma análise isolada sem fundamentos reais ou somente uma mera manifestação da violência, por este motivo, se pretende com esta pesquisa, elaborar um caminho teórico e epistemológico, visando a compreensão, fundamentação, análise, sistematização e materialização da pesquisa indo a raiz do tema proposto.

A partir da compreensão que o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, dentro de seu percurso histórico, em especial, no fim da década de 70 e início do anos 80 aproxima-se das correntes teóricas do marxismo que manifestaram-se na revisão curricular de 1982 e no código de ética de 1986.

Ainda assim, com o avanço do projeto neoliberal na América Latina essa profissão avança assumindo um Projeto com Radicalidade expresso na Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93 no código de ética de 1993 e na Diretrizes Curriculares da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS chama de Projeto Ético Político, que em sua proposta consolidada, visa a transformação de uma nova ordem societária, sem exploração de gênero, raça e classe categorias fundantes de nossa formação sócio econômica brasileira.

Durante este percurso, por vezes, o debate da questão étnico racial ficou minorizada, devido o forte aumento das expressões da questão social na dimensão social da vida dos sujeitos sociais políticos.

Mas dentro do processo da formação sócio econômica e político brasileira, o racismo como ideologia, manifesta-se desde as condições de subemprego da população preta e parda de nosso país. O que motivaram a profissão em consolidar um debate acerca dos direitos humanos compatível com o projeto marxista, resgatando categorias ontológicas de combate a discriminação e o racismo institucional, justamente pela forte aproximação com o movimento negro.

Conforme Santos (2016), é nos meados do anos 90 do século XX que o debate dos direitos humanos se intensifica no interior da categoria profissional, em especial na



gestão do CFESS, (BRASIL MOSTRA SUA CARA – 1999 Á 2002), que a lógica positivista e humanista dos direitos humanos burguês e rompido, e apresentado no interior da gestão a interlocução com as lutas e mobilizações sociais com a classe trabalhadora assumindo com a sociedade.

O eixo dos direitos humanos repactua com a agenda política com os movimentos e as campanhas assim como os “cfess manifesta” representam e repactuam e dão chão ao projeto ético político profissional e asseguram o amplo de debate da relação dos princípios e as propostas de mobilização com os movimentos sociais haja exemplo a campanha “o amor fala todas as línguas”, “sem movimento não a liberdade” e “Reagir contra o racismo é lutar por direitos” fazem a ruptura com a ofensiva neoconservadora inclusive no interior da categoria expressas em ações policiais e até mesmo racistas postas pela judicialização da pobreza e militarização da vida social.

Portanto se fazer presente nos tempos atuais no debate incisivo nas agendas contrárias a militarização da vida e da pobreza devem ser reflexos de uma perspectiva antirracista.

Mas porque o tema de genocídio da juventude negra é uma violação para os direitos humanos?

Compreende-se que o direitos humanos, a partir de uma perspectiva crítica trata-se de um debate jurídico e político, quando pensamos em justiça, equidade é justamente pela ausência destes elementos na sociedade que vivemos que continuamos a afirmar que os direitos são resultados das conquistas por tanto os direitos humanos estão relacionados o direito a vida dos sujeitos.

O genocídio da juventude negra nas periferias além de expressar uma ação concreta da realidade é uma materialização do totalitarismo, em especial do racismo e de suas etapas em tempos de avanços neoconservadores na política e na vida social do sujeitos.

Esse clima de competição monopólio a violência mais que fatores para a proliferação da violência que ao mesmo tempo que produz e reproduz o medo, gera a reprodução do ódio e se apropria do racismo que se manifesta ao tratar de forma generalizada que todo negro, “parado suspeito é ladrão”, como ocorreu com os jovens

dos crimes de maio 2006 e ocorre na atualidade ao encarcerar e militarizar a vida dos sujeitos que serão expressos durante esta dissertação de mestrado.

Parte-se da hipótese de que a somatória entre racismo pobreza e violência resulta em mortes prematuras e execuções sumárias nas periferias da cidade de São Paulo. Por outro lado, à ausência de políticas sociais é um dos fatores que eleva o nível de violência acarretando em mortes sejam elas advindas de ações da polícia ou do tráfico de drogas.

O interesse em pesquisar o genocídio<sup>1</sup> da juventude negra, emergiu desde o processo de graduação quando no Trabalho de Conclusão de Curso tratamos à temática e concluímos que, de um lado, a insuficiência de políticas públicas voltadas para a juventude e, por outro, o tráfico de drogas são algumas das determinações que contribuem para elevar o nível de violência que culmina em assassinatos de jovens e adolescentes negros da periferia da Cidade de São Paulo.

O que chamou mais atenção durante o Trabalho de Conclusão de Curso é que o Estado democrático de direitos que universaliza a seguridade social na Constituição Federal de 1988, responsável em promover à proteção a saúde, alimentação, o lazer, educação assim como a vida, aparece com um violador não só na ausência das políticas sociais, mas, também através da intervenção dos agentes de segurança pública, em especial, a polícia militar. Conforme se apresenta nos dados do Mapa da Violência 2016 (WASELFISZ, 2016) em suas considerações iniciais que do ano de 1980 a 2014 foram mortas 967.851 pessoas vítimas de disparo de arma de fogo no território nacional.

Entre 1980 e 2014, morreram perto de 1 milhão de pessoas (967.851), vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo. Nesse período, as vítimas passaram de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, o que representa um crescimento de 415,1%. Temos de considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 65%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona pela magnitude (WASELFISZ, 2016, p.15).

---

<sup>1</sup> Sabemos que a origem da palavra genocídio faz menção ao processo de morte da população judia, porém adapta-se este termo ao trazer como denuncia os números e dados de amostragem ainda registrados sobre o a morte dos jovens nas periferias do país, cujo a somatória resulta em números alarmantes da violação dos direitos humanos.

Também verificamos durante a pesquisa de campo, realizada no por intermédio de profissionais que a reprodução do preconceito racial e a pobreza somada à violência culminam nesse panorama trágico que envolve a juventude empobrecida pertencente à classe trabalhadora.

Os dados do mapa da violência revelam que na cidade de São Paulo composta de 11.244.369 habitantes (IBGE, 2010), entre o ano de 2004 a 2014 ocorreram 16.640 mortes e atualmente para comparar essa discussão 8.427 mortes no ano de 2015.

Ao realizar o estudo aprofundado na cidade de São Paulo, no quesito raça cor se constituem 60% são jovens pretos e pardos com idade entre 15 e 24 anos sendo uma parcela significativa da juventude, fase de desenvolvimento que expressa à fase entre a adolescência e a vida adulta.

A recente Atlas da Violência 2017, produzido pelo IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA, apresenta as taxas de mortalidade juvenil teve um aumento de 38,5%, dos índices de morte de jovens negros que reafirma os dados acima apresentados.

Olhar esta realidade e tais determinações, presentes nas relações sociais e expressas em sua concretude em homicídio doloso<sup>2</sup>, nos instiga a analisar a tal situação com radicalidade( ir a raiz), e compreender as suas principais determinações.

Para complementar a discussão sobre extermínio, cabe o entendimento que Waiselfisz (2007, p.91) ao referendar o debate da saúde e causas de morte.

Não é uma tarefa fácil capturar o objeto da pesquisa no movimento das relações sociais contraditórias do mundo capitalista. No entanto, para facilitar o desenvolvimento da pesquisa inicialmente iremos nos debruçar sobre as particularidades político econômica da sociedade brasileira, recorrendo aos clássicos entre eles, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Abdias do Nascimento e imprescindivelmente Clóvis Moura.

Tal compreensão é fundamental para capturar as particularidades da escravidão no Brasil e a reprodução da ideologia do racismo. Compreendemos que trabalho escravo

---

<sup>2</sup> Homicídio doloso significa uma ação causada com o objetivo e intenção de matar.

é intrinsicamente concatenado com a ideologia racista, pois se inferioriza uma raça para escravizá-la.

No entanto, resta-nos saber se com a superação do modo de trabalho escravo “em sua aparência” e as transformações das relações econômicas e sociais no mundo capitalista, possibilitou a supressão do racismo ou permitiu que ele continuasse se reproduzindo, mas sob uma nova forma de organização do trabalho, como uma manifestação da questão social ou como extermínio da juventude negra e sua relação com a totalidade da sociedade de classes.

O tema proposto tem como objeto de análise o “genocídio da juventude negra como uma configuração do racismo”, cercar o objeto e problematizar é uma tarefa fundamental para pesquisa.

Será que as execuções sumárias de jovens negros nas periferias da cidade de São Paulo, são provenientes da manifestação do racismo e por determinantes postos por uma sociabilidade capitalista, expressos em um processo pauperismo ou uma expressão concreta da contradição capital trabalho? Será o racismo um dos determinantes para as mortes de jovens nas periferias da cidade de São Paulo?

Dentro de um movimento histórico da sociedade o preconceito étnico racial, por meio do racismo se torna um dos instrumentos para a manutenção da ordem vigente, e conseqüentemente para o fortalecimento do capitalismo, nas relações sociais na sociedade brasileira.

Os índices atuais de mortes de jovens por si são expressões do movimento histórico e apresentam como as maiores vítimas das mortes violentas advindas de ações do tráfico ou da polícia significativamente jovens com a idade de 15 à 29 anos.

Diante de tantas transformações econômicas vivenciadas no Brasil, com particularidades históricas, porém com determinações econômicas e sociais do mundo capitalista; diante de um estado neoliberal com funções estratégicas de manter o modo de produção em pleno funcionamento, para garantir os interesses da burguesia, expresso no investimento nos mínimos sociais para a classe trabalhadora e no uso da força física expresso na militarização da vida e da lutas sociais.

A partir da reflexão apresentada que o extermínio da juventude negra possui conexão com o racismo, pobreza e violência, será importante e necessário no decorrer deste estudo, conceituar e debater a violência policial, o tráfico de drogas que guardam uma relação direta com a morte da juventude negra das periferias das grandes capitais brasileiras São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador entre outros

Compreender a sociedade e o Estado capitalista na atualidade é um elemento fundamental, haja vista, o avanço do projeto conservador aliado a extrema direita perdurado em um ódio ao comunismo e a classe trabalhadora bem como, o ataque a qualquer possibilidade coletiva emancipatória, que utiliza a guerra as drogas, como muleta para a militarização da vida e judicialização das expressões da questão social.

A materialização se expressa nas execuções nos desaparecimentos forçados de tantos “Amarildos<sup>3</sup>” no Brasil reproduzindo as chacinas cotidianas nas periferias em nome da paz, ou seja os novos crimes de maio, que o seu sentido mais objetivo atingem diretamente os jovens negros nas periferias.

Portanto o objeto de estudo a ser analisado exige não só uma apresentação de tais elementos mais um estudo aprofundado que se pretende na concretude da dissertação proposta por este projeto, mas debruçar em algumas categorias de análise, em especial, juventude<sup>4</sup>, questão social<sup>5</sup>, racismo, violência.

Essa dissertação percorreu com o objetivo geral de “Conhecer os reais motivos que levam os jovens negros a serem vítimas preferenciais de execução sumária ou homicídios

---

<sup>3</sup> se trata de um trabalhador morto na operação da implantação das UPPs, no rio de janeiro em 14/07/2013 desaparecido de forma forçada pelos agentes do estado. assim como as execuções sumárias e os crimes de maio de 2006.

<sup>4</sup> Em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa no qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para produção e reprodução da vida, ainda são considerados socialmente imaturos para desempenhar essas funções (Waiselfisz, 2007, p.11).

<sup>5</sup> Questão social, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos sociais e econômicos, que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista, assim a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (Cerqueira Filho, 1982:21) Ou, nas palavras de um profissional do serviço social: a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado (Iamamoto, 1983) – Pg 17 Capitalismo monopolista e Serviço Social, NETTO, Jose Paulo -8 ed. Cortez 2011

Para isso o método da pesquisa esta sobre os Legados do Marxismo, justamente pelo apreensão da teoria sobre o movimento real do objeto e sujeito da pesquisa compreendendo a realidade como essa transposição da dinâmica das relações contraditórias da sociedade, mas é essa realidade que determina a consciência dos homens, ou seja, dentro do concreto pensado analisaremos a realidade e suas contradições.

Para a consciência- e a re consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é como tal, o único mundo real- para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como verdadeiro ato de produção- que apenas recebe um impulso do exterior – cujo o resultado é o mundo e é isso exato porque (aqui temos de novo uma tautologia) a totalidade concreta, como concreção do pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da instituição e da representação, mas é a elaboração da instituição e da representação em conceitos. (MARX, 2008, p 261)

Neste sentido, não é uma pesquisa que visa assegurar a neutralidade separando o sujeito do objeto, ao contrário afirmamos que a pesquisa tem intenções políticas bem definidas a defesa intransigente dos princípios inscritos no Código de Ética 1993, dos assistentes sociais (BARROCO e TERRA, 2012).

Para conseguir capturar o objeto de estudo, trabalhamos no interior da pesquisa, além da base do referencial de Marx tese, antítese e síntese buscaremos desenvolver como instrumentos a pesquisa bibliográfica e documental .

A pesquisa bibliográfica tratou de leitura e sistematização sobre o genocídio juventude negra, através de livros, artigos científicos, teses, dissertações.

A presente dissertação constitui em 4 capítulos. No primeiro e segundo capítulo com base no levantamento bibliográfico que consistiu em leitura de livros, artigos acadêmicos, pesquisas e matérias publicadas nos veículos de comunicação que tratam sobre o assunto na atualidade que contribuiu para fundamentar teoricamente a pesquisa.

A análise terá como fio condutor o referencial teórico, pois, a pesquisa tem pretensão de realizar o debate do genocídio da juventude negra e sua relação com o

racismo , sendo necessário debater a questão racial, para compreensão do racismo e suas manifestações no movimento histórico da sociedade se fez importante o aprofundamento epistemológico do autores Florestan Fernandes, Cloves Moura, Abdias do Nascimento, Marcelo Paixão, Antonio Sergio A.Guimaraes, Kabinguele Munanga, Angela Davis e Otávio Ianni.

Já para o aprofundamento do Estado capitalista suas transformações e seus impactos no debate da criminalização da pobreza em e sua vinculação com o debate a letalidade e extermínio, Karl Marx, Zizek já para o contexto da violência urbana e suas manifestações Luzia Fatima Baierl e Givanildo Manoel da Silva e para o aprofundamento em direitos humanos Maria Lucia Barroco, Marilena Chauí, portanto as obras que deram sustentação teórica, para conceituar, compreender e apreender a temática.

Como o quesito cor é fundamental será o termo de classificação do IBGE , que divide em três variantes, auto atribuição de pertença , heteroatribuição de pertença e identificação dos autos grupos populacionais, destas variantes optaremos na auto atribuição que garante a escolhas dos sujeitos em identificar.

No terceiro e quarto capítulo aprofundamos nos estudos qualitativos em especial fazendo uma análise fundamentada a cerca dos dados. Esses dados tiveram como fonte os institutos oficiais de pesquisa como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Fundação SEADE (Sistema Estadual de Analise de Dados), Secretaria de Segurança Publica, Atlas da Violência Juvenil<sup>6</sup>, entre outros.

Já no caso da pesquisa documental feita acerca da análise dos dados apresentados pelo mapa da violência 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 , e Secretaria de Segurança pública do estado de São Paulo e o DATA SUS entre outros dados para aproximar o genocídio com racismo presente na sociedade de classes.

---

<sup>6</sup> [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf).

## **CAPITULO I. O NEGRO NA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA: ELEMENTOS NORTEADORES DE UM PROJETO DE GENOCÍDIO**

O presente capítulo busca compreender historicamente, os determinantes sociais, políticos e econômicos que desdobram na contemporaneidade nas mortes por causas violentas que têm como vítimas preferenciais jovens pretos/pardos nas periferias.

Trata-se de uma análise concreta da realidade acerca da quantidade de jovens mortos na sociedade brasileira, uma sociedade de classes.

Se o racismo configura-se como manifestação ideológica do pensamento conservador do século passado, pensar sua origem e atualidade exige percorrer e buscar elementos da formação socioeconômica e política na história brasileira. É essencial, procurar entender o mito da democracia racial<sup>7</sup>, o racismo e a apropriação desses conceitos pelo sistema capitalista e pela sociedade em geral. Vale destacar o papel da mídia conservadora que difunde em seus programas um discurso ideológico que reforça o preconceito e a ideia de que o genocídio da juventude negra é “natural”, fazer a distinção: quem são os “marginais” e quem são as “pessoas de bem”.

### **1.1 O negro na formação socioeconômica brasileira**

Há evidente intuito de negar a construção histórica afirmada pelo mito da democracia racial e pelo pensamento conservador iluminista do século XVII sobre o continente africano e seus povos originários, em especial, com relação à ideologia e ao conceito de raças e da evolução da espécie que catalogou os ditos “bem-nascidos”. Cabe aqui afirmar que a população da África, mesmo que dentro de um regime que se entende, na atualidade, como primitivo, ela faz parte de um continente com grupos étnicos difusos, diferentes, constituindo-se seres sociais mediante a categoria trabalho.

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu

---

<sup>7</sup> Se durante algum tempo acreditou-se haver democracia racial no Brasil, a contribuição de estudiosos, em particular, de Florestan Fernandes (2014) trouxe elementos para entender o uso contraditório da expressão democracia racial para encobrir a realidade do racismo no Brasil; daí a ideia de mito, isto é, o uso da noção democracia racial para obscurecer a realidade do racismo.



metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento forças naturais pertencentes á sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de sua força seu próprio domínio (MARX, 1988, p. 142).

Os povos originários da África já possuíam domínio sobre o trabalho, particularmente, na agricultura, arquitetura, construção civil e nos processos de mineração, conforme aponta Silvério (2010), em seus estudos sobre o desenvolvimento da África. Vale destacar que a partir do final do século XI, os estudos acerca da África, ao sul do Saara, tornaram-se cada vez mais intensos até o final do século XIV e no século XV, pela expansão da colonização branca, além da comercialização do marfim, ouro e sal.

Falar de África e de povos tradicionais significa dizer que esse continente possui um ethos expresso, não apenas nos primeiros sistemas de organização econômica, dos quais surgiram as primeiras civilizações com suas formas de governo, artes e filosofias, mas também a agricultura, a filosofia, a musicalidade, a escrita e o trabalho. Entretanto, a perversidade ocorrida com a escravidão, própria do sistema colonial, instituída pelo sequestro da mão de obra, transformou os povos africanos em escravos para o enriquecimento econômico e financeiro das colônias.

Realmente a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. Incompleto que se disfarça muitas vezes sob noções que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não resultam na verdade senão de hábitos viciados de pensamento. Estamos tão acostumados em nos ocupar com o fato da colonização brasileira, que a iniciativa dela, os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais se perdem de vista. Ela aparece como um acontecimento fatal e necessário, derivado natural e espontaneamente do simples fato do descobrimento. E os rumos que tomou também se afiguram como resultados exclusivos daquele fato. Esquecemos aí os antecedentes que se acumulam atrás de tais ocorrências, e o grande número de circunstâncias particulares que ditaram as normas a seguir. A consideração de tudo isto, no caso vertente, é tanto mais necessária que os efeitos de todas aquelas circunstâncias iniciais e remotas, do caráter que Portugal, impelido por elas, dará à sua obra colonizadora, se gravarão profunda e indelevelmente na formação e evolução do país. A expansão marítima

dos países da Europa, depois do séc. XV expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o séc. XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem (PRADO, 2011, p. 21).

Por volta de 1550, desembarca no Brasil o primeiro grupo de africanos escravizados, conforme dados organizados pelo Foreign Office Britânico (Ministério Britânico dos Negócios Estrangeiros) que reforçam os cálculos de que, entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 milhões de nativos da África desembarcaram na América. O Brasil foi o principal destino dessa mão de obra no continente, tendo recebido cerca de 40% do total desse fluxo.

O tráfico transatlântico foi um sistema de violência institucionalizada de maior magnitude na história da humanidade; os negros eram acorrentados e separados de suas famílias e trazidos brutalmente nos navios como expressa o poeta Castro Alves no poema *O Navio Negreiro* (2016).

Era um sonho dantesco... o tombadilho  
Que das luzernas avermelha o brilho.  
Em sangue a se banhar.  
Tinir de ferros... estalar de açoite...  
Legiões de homens negros como a noite,  
Horrendos a dançar...

Não só o tráfico, mas todo o processo de escravidão no Brasil significou uma estratégia de construção do capitalismo, ou seja, uma etapa pré-capitalista de acumulação da sociedade colonial, que se divide em duas etapas: Escravidismo Pleno e Escravidismo Tardio, conforme Moura (2014 a). O primeiro trata-se de um processo em que a escravidão se torna um elemento fundamental para consolidação da sociedade brasileira. Considera-se escravidismo pleno o início da colonização até a extinção do tráfico negreiro, em 1850. Caracterizava-se “[...] pelo fato de as relações de produção escravista dominarem, quase que totalmente, a dinâmica social, econômica e política” (MOURA, 2014a, p. 27). O segundo, o Escravidismo Tardio, representou uma transição, outra etapa no desenvolvimento da sociedade capitalista com o fim do comércio de escravos e o declínio da sociedade escravocrata (MOURA (2014a). Dessa forma, a

escravidão deu continuidade ao desenvolvimento interno da sociedade colonial e respondeu, conseqüentemente, aos interesses das nações em face da expansão comercial e mercantil daquele período.

Os africanos<sup>8</sup> escravizados foram aproveitados em diferentes setores econômicos, desde os engenhos de açúcar até os ofícios especializados nas cidades. No final do século XVII e início do XVIII, o ouro foi descoberto em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Para essas áreas mineradoras foram enviados escravos africanos, grandes conhecedores das técnicas de mineração; no século XIX, foi à vez da grande procura para as fazendas de café, principalmente, no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista.

Nas cidades, a população africana na condição de escravo cuidava dos serviços domésticos, trabalhava em pequenos sítios localizados nos arredores, no corte de lenha, nas olarias, nas pedreiras e na fabricação de objetos de cerâmica; essa população abastecia de água as casas, cuidava da limpeza das ruas, da lavagem de roupas, fazia o transporte de proprietários e de cargas e era empregada em ofícios especializados, como ferreiros, barbeiros, e sapateiros. Entretanto, o sistema escravocrata, assim como, o capitalismo, não incluíram nessa condição homens, mulheres e crianças; estas eram chamadas de “crias de pé”, diferenciando-se das crias de peito<sup>9</sup>.

O tráfico de crianças escravas de Luanda para o Brasil foi também um sistema rentável, com o número de aproximadamente 534, em sua maioria, crias de pé. Eram crianças que caminhavam e mediam quatro palmos, tornando-se rentável sua comercialização devido à maior resistência à morte nos navios negreiros, e contribuíram com a extração dos minerais e na manipulação do cobre e do ouro (GUTIEREZ, 1989, p.59).

Ressalta-se aqui o papel das mulheres em condições de escravas, cuja violência e opressão de gênero não serão abordadas neste trabalho, mas vale indicar a informação de Davis.

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens eram vistas como desprovidas de gênero, mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis

---

<sup>8</sup> O conceito de africanos diz respeito às várias etnias e grupos de diversos países do continente africano, em especial, Nigéria, Moçambique, Angola, Guiné Bisal e Benin (antiga Daomé).

apenas as mulheres, elas eram reduzidas a condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p.19).

O período escravocrata tem sua marca na acumulação de riquezas e, portanto, ligação direta no que se refere ao funcionamento do capitalismo: “[...] desta forma, o fluxo permanente de africanos permitia ao senhor níveis de exploração econômica, com nível de exploração despótico e constante” (MOURA, 2014, p. 69).

A formação social econômica e política do Brasil repousou por quase quatro séculos no regime de trabalho escravo. Mais de 3,5 milhões de africanos foram trazidos pelo tráfico atlântico para serem vendidos nos mercados de escravos do país. Só depois que foi proibido o tráfico pela Lei Eusébio de Queiroz de 1850, começou a declinar a proporção, até então, majoritária dos escravos no total da população.

A proibição do tráfico (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871) secaram as duas fontes de reposição da mão de obra escrava: a África e o ventre das mulheres escravas. Decretaram o fim antecipado do regime escravista, consumado na Lei Áurea de 1888. Para os negros saídos da escravidão, não foi oferecida a indenização de um pedaço de terra que lhes pudesse assegurar a sobrevivência, nem tampouco instrução e preparo para enfrentar a concorrência da mão de obra imigrante no mercado do trabalho.

Os processos econômicos e sociais responsáveis pela expulsão do escravo da esfera dos meios de produção, são os mesmos que provocam o afluxo de imigrantes... ao apanhar o modo pelo qual a mão de obra se insere no processo produtivo, nas condições reais da economia nacional, explicam-se as transformações responsáveis pelas modificações na composição e na estrutura da camada dos trabalhadores agrícolas, artesanais e fabris (IANNI, 1972, p. 5)

A nova sociedade capitalista apoiada / firmada / alicerçada / baseada / fundamentada no regime de trabalho “livre” colocou a população negra em situação de extrema pobreza. Recém-saídos da escravidão ficaram à margem do mercado de trabalho industrial, dos serviços e mesmo das atividades agrícolas, que passaram a ser tocadas pelas centenas de milhares de imigrantes europeus importados às pressas e em ritmo crescente, no último quartel do século XIX.

Com essa importação maciça de imigrantes europeus, a população negra vai, cada vez mais ampliando sua situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. A razão não era a falta de capacidade ou de domínio sobre o trabalho, mas a herança do racismo dito “científico”, que culminou no afastamento ou na inclusão no mercado de trabalho em condições de subemprego, até mesmo em situações análogas à escravidão.

Na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o racismo foi uma tentativa de legitimação da escravidão que serviu de pretexto para baixos salários e manutenção de negros em cargos inferiores nas empresas e fazendas; serviu fundamentalmente como ferramenta de controle de classe.

A população negra é testemunha viva do processo de colonização, na medida em que, conforme (FERNANDES, 2014, p. 22 ) naquele momento de revolução das elites brasileiras, não havia espaço, nem para os negros livres, nem para os brancos pobres. Expressa-se, aqui, o mito da democracia racial como escamoteador da sociedade, na verdade, um instrumento para a manutenção da ordem social.

Nota-se também uma estratégia para o fortalecimento da divisão entre negros, mulatos e mestiços, reproduzindo um processo de convencimento ideológico para a população negra aderir aos padrões estipulados ideologicamente, reforçando o discurso do embranquecimento<sup>10</sup> e favorecendo o discurso do preconceito racial. Trata-se de ideologia racial do branco, que vê o mulato como negro disfarçado, fruto da miscigenação e o negro como ser inferior, impondo a negação de sua cultura e identidade.

Em resumo, a análise da ideologia racial dos negros e mulatos mostra-nos que ela possui um caráter fundamental, comum às diversas polarizações: destina-se a facilitar o ajustamento dos negros e mulatos às novas situações sociais emergentes, onde se defrontam com brancos, seja em face dos círculos de convivência social seja quando consideramos os níveis de estrutura social. Ela visa, principalmente, atenuar efeitos subjetivos negativos dos padrões de comportamento interracial numa sociedade dominada pelo branco (IANNI, 1972, p.165).

Como pontua Munanga (2004), o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas, com características físicas hereditárias comuns, que seriam suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas numa escala de valores desiguais. Visto desse ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças

---

<sup>10</sup> “a **tese do branqueamento**.” A defesa do branqueamento, ou do “embranquecimento”, tinha como ponto de partida o fato de que, dada a realidade do processo de miscigenação na história brasileira, os descendentes de negros passariam a ficar progressivamente mais brancos a cada nova prole gerada.”. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/tese-branqueamento.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Sendo assim, pode-se aqui afirmar que o racismo é uma das grandes estratégias do capitalismo, sistema que se apropria da lei da acumulação geral para manutenção dos lucros e da divisão de classes sociais.

## **1.2 Eugenia: mito da democracia racial e racismo na sociedade brasileira**

A palavra eugenia, que vem do grego e significa “bem-nascido”, foi cunhada por Francis Galton<sup>11</sup>, que acreditava que a seleção natural de Charles Darwin se aplicava aos seres humanos, no sentido de que havia hereditariedade não apenas na transmissão de aspectos fisiológicos (cor do olho e feição, por exemplo), mas também nos traços comportamentais e habilidades intelectuais. Essas ideias tomaram força, no Brasil, no final do século XIX e deram sustentação a um movimento das elites brasileiras, também influenciadas pelo movimento eugênico inglês, francês e norte-americano. “A eugenia pode ser definida como a ciência que trata daquelas agências sociais que influenciam, mental ou fisicamente, as qualidades raciais das futuras gerações” (GALTON, 1906, p. 3).

Assim, o movimento eugênico foi um movimento que, em sua aparência, teve o intuito de melhorar a “raça humana”, porém, na essência, apresentou elementos do pensamento iluminista e conservador, além de reivindicar a melhoria das características genéticas das populações por meio da mistura seletiva de pessoas, chegando a propor esterilização em mulheres.

Vale destacar a reflexão de GÓES (2015) para entender os rumos desse movimento no Brasil.

[...] reação conservadora que tem por finalidade oferecer subsídios para a superação das contradições sociais no primeiro momento, nos países do continente europeu, especialmente Inglaterra e França e, posteriormente na Itália e Alemanha. Mas com a consolidação do movimento eugenista, o EUA tornam-se referência do movimento eugenista mundial, que para se consolidar, se nutre de produções técnicas e científicas nas áreas das ciências paulatinamente consolidadas no século XIX como biologia, antropologia, sociologia e fenologia. Ao se valer das referidas disciplinas, os adeptos do movimento eugênico

---

<sup>11</sup> Foi um [antropólogo](#), [meteorologista](#), [matemático](#) e [estatístico inglês](#).

tematizaram o conceito de raça a partir a partir das suas crenças e ideologias e ao mesmo tempo, buscaram resolver as questões sociais relacionados à prostituição, delinquência e aos problemas eleitos pelos protagonistas do movimento (GÓES, 2015, p. 20).

Como foi apontado Francis Galton tinha o intuito de superar os estudos de Darwin (1809-1882) com relação à evolução das espécies, concepções expostas em *A Origem das Espécies* (1859)<sup>12</sup>, na qual evitou debater a seleção natural do ser humano.

Em respostas a esse posicionamento científico, GALTON (1859) na sua teoria vai realizar a junção de uma compreensão sobre os ditos “bem-nascidos”, visando de forma objetiva a teoria da seleção natural do ser humano, desenvolvendo o estudo da hereditariedade, por meio de instrumentações biológicas matemáticas para identificar os melhores membros.

O movimento eugênico no Brasil teve sustentação no processo de transição da sociedade escravocrata. Na perspectiva de uma nova sociedade, a contribuição de Gaston serviu como estratégia de entendimento ao tratar da integração do negro na sociedade de classes. Os negros estavam submetidos à assimilação da cultura europeia e branca e vistos como os “mal-nascidos” dentro da concepção eugênica de sociedade.

De acordo com STEPAN (2004), o movimento eugênico teve presença marcante no Brasil que passou pela visão naturalista, e por meio da cultura, a eugenia e a genética ganham pesos e influencia na academia brasileira, se tornando um movimento social que integrava o teste das ideias sobre uma geração social de conhecimento científico.

No território nacional, o movimento eugênico teve forte atuação entre os anos de 1900 a 1940, justamente nos períodos de mudanças estruturais, políticas e organizacionais da sociedade brasileira e de imigração européia, com forte articulação a um capitalismo dependente, à industrialização pesada e urbanização expansiva.

Observa-se que um pouco antes da I Guerra Mundial, a tese de Alexandre Tepedino (1914), defendida, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com o tema “EUGENIA” influenciou fortemente a fundação da Sociedade Eugênica. Além apoio do filósofo João Ribeiro, com a entrada do Brasil em 1917 com aliado na primeira guerra mundial, em 1918 é fundada a Sociedade Eugênica.

---

<sup>12</sup> “Nesse livro, Darwin apresenta [evidências abundantes da evolução](#) das espécies, mostrando que a [diversidade biológica](#) é o resultado de um processo de descendência com modificação, onde os organismos vivos se adaptam gradualmente através da [seleção natural](#) e as espécies se ramificam sucessivamente a partir de formas ancestrais, como os galhos de uma grande árvore: a [árvore da vida](#)”. Fonte: < <http://ecologia.ib.usp.br/ffa/arquivos/abril/darwin1.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

[...] o surgimento da eugenia brasileira foi condicionada pela situação racial do país, nação racialmente híbrida, resultado da fusão de indígenas, africanos e povos europeus desde de a transferência da coroa portuguesa de Lisboa para Rio de Janeiro, em 1808 raça e relações raciais eram aspectos importantes e centrais da realidade social e dos aspectos ideológicos (STEPAN, 2004, p.338).

O movimento eugênico referenciou-se, de forma significativa, em Renato Ferraz Kehl<sup>13</sup> que, de forma organizada, repactar a teoria de Francis Galton, em especial, reproduzindo a concepção de raça superior e inferior no Brasil. Esse movimento produziu 74 publicações durante o período de 1888-1933, cujas concepções traziam, de forma objetiva, as preocupações com as raças. Essas teorias tinham como norte a inferiorização da população negra, particularmente, da população negra e pobre que eram percebidas como **ignorantes, doentes, alcoólatras, cheias de vícios, com altas taxas de imoralidade, mortalidade.**

Entretanto, na década de 1920, a tese de branqueamento passa a dar suporte e base teórica e filosófica ao Movimento Integralista Nacional, apoiado por uma burguesia vinculada a teorias destruidoras de qualquer possibilidade de cidadania e cada vez mais de afastamento da população negra do espaço urbano com o novo cenário do projeto de embranquecimento.

Antes da abordagem da democracia racial imposta pelo pensamento conservador, é fundamental aqui analisar os conceitos de raça.

Conforme MUNANGA (2003) o conceito de raça, origina-se do latim “razza” que significa categoria, espécie, conforme a dimensão temporal, espacial e dialética da sociabilidade humana. O conceito de raça perpassa a história da humanidade e das relações sociais. Ainda segundo Munanga, em 1684, o autor francês, François Bernier emprega o termo raça visando classificar a diversidade humana, , no século seguinte o conceito começa a ser utilizado pelas classes sociais francesas para distinguir entre os ditos “puros” e “impuros” na sociedade. Com o avanço do processo da etapa pré-

---

<sup>13</sup> “Formado pela [Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro](#) em 1915, Renato Kehl atuou no início de sua carreira no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), realizando atividades voltadas para o saneamento rural e a Educação higiênica e sanitária. A partir do final dos anos 1920, tornar-se-ia empresário da indústria farmacêutica, destacando-se como Diretor da [Bayer](#) no Brasil, multinacional alemã que atuava em diferentes regiões do mundo. Seu nome ficaria mais conhecido pela incansável dedicação à [Eugenia](#), a quem chamava de “a religião da humanidade”. Para o escritor Monteiro Lobato, com quem mantinha uma estreita amizade e consideráveis afinidades intelectuais, Kehl deveria ser considerado o “pai da [eugenia](#) no Brasil”, tendo em vista seu empenho na organização do [movimento eugênico brasileiro](#)”. Disponível: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300877663\\_ARQUIVO\\_RenatoKehl,aeugeniaalemaeadoencadeNietzsche.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300877663_ARQUIVO_RenatoKehl,aeugeniaalemaeadoencadeNietzsche.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2019.



capitalista de colonização esse termo teve forte influência nas relações entre os ditos povos compostos por indígenas, negros, ameríndios, melanésios.

Com o avanço do movimento iluminista, no Brasil, por volta do século XVIII, o conceito de raça perpassou a biologia e a antropologia, que começaram a classificar e a hierarquizar a diversidade humana.

Para a classificação dos seres vivos, a Biologia parte da Zoologia, utilizando-se de fenômenos convencionais e arbitrários para a reprodução, separando as espécies até chegar ao *homo sapiens*. Ainda assim, no movimento histórico da humanidade havia uma necessidade de classificar os seres humanos pela cor da pele, dividindo a espécie humana em três raças branca, negra e amarela. Conforme MUNANGA (2003), no século XVII, “[...] a chamada raça branca tem menos concentração de melanina” e já os negros africanos e não constituíam o mesmo grupo de análise desta dita sociedade.

No século XX, a genética humana, ao definir critérios sanguíneos, estabeleceu, de forma definitiva, estudos, pesquisas comparativas geneticamente e debate em torno das células troncos e da melanina.

Por meio da classificação da humanidade em raças hierarquizadas, a raciologia (história racial do homem) ganha força no início do século XX, marcada pela estratégia de organização de um discurso científico, recuperado por grupos nazistas na II Guerra Mundial e por grupos integralistas no Brasil. A partir dessa análise, portanto, pode-se dimensionar que o conceito de raça não está somente ligado à questão biológica, mas também a um conceito de natureza social, político e ideológico.

De acordo com MUNANGA (2004), a partir da concepção de que a raça é um termo político e ideológico, o conceito de racismo está à ela estreitamente relacionado.

Com efeito, com base nas relações raça e racismo, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que tem características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores. Visto deste ponto, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e intelecto, o físico e cultural (MUNANGA, 2004, p. 8).

Sendo assim, o racismo não é uma teoria isolada, pois ela segue um percurso histórico amplo que, de acordo com Munanga, perpassa desde uma concepção bíblica (que não será aprofundada) neste estudo, a uma concepção científica que emprega um

determinismo social para analisar as características, físicas, biológicas, por meio dos traços morfológicos, cor da pele. Assim “[...] é justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos, e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desembocam na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores” (MUNANGA, 2003, p.12).

Ainda segundo Munanga (2003), Carl Von Linné foi o primeiro naturalista do século XVIII, a classificar a raça humana em três grupos: **americano** (descrito como moreno, colérico, cabeçudo); **amarelo** (melancólico); **africano** (negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente), governado pela vontade de seus chefes, sua mulher tem vulva pendente e seus seios são moles e alongados.

Essa concepção biológica vai influenciar o racismo na sociedade brasileira por meio da genética humana, bioquímica, biologia. e se norteara por meio desta vertente até a década 70 e o racismo atual irá se submeter a concepção étnico racial, cultural e de classe social.

Assim, o racismo surge no âmbito da sociedade de classes como ação ideológica que, por meio da discriminação racial, inferioriza a população pela condição da raça, hierarquizando e reproduzindo os ditames entre as raças superiores e inferiores.

Já o mito da democracia racial foi estratégia utilizada para o processo de branqueamento e metáfora ideológica para a perpetuação do racismo brasileiro, tendo como base a política imigratória da sociedade de classes do Brasil.

É importante lembrar que as legislações de institucionalização em massa dos filhos dos ditos africanos livres (Decreto-Lei n. 17.943-A de 12 de outubro de 1927 (BRASIL, 1927)<sup>14</sup>, seguiram os preceitos / princípios do Movimento Eugênico Brasileiro João Batista Lacerda em sua defesa científica em 1911 sobre o processo de Branqueamento calculou que, até 2012, a população negra estaria reduzida a zero e os mulatos seriam 3% da população. Na mesma direção, Oliveira Vianna, argumenta que por meio do cruzamento étnico de brancos haveria uma dominância biológica entre brancos sobre negros e mulatos.

---

<sup>14</sup> Este decreto consolida as leis de assistência e proteção aos menores, constituindo-se o Código dos Menores (BRASIL, 1927). “Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”. Trata-se de período em que estado compreendia a criança e o adolescente sobre uma perspectiva adultocêntrica. Cabe observar que o acolhimento institucional se dirigia à população pobre do Brasil. Esse código foi revogado pela Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979, e novamente revogada pela lei n. 8.0869, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Cabe aqui mencionar que o processo de embranquecimento / branqueamento (teve origem, em 1889, quando o, então, ministro de finanças do Brasil, Rui Barbosa, ordenou pela incineração de todos os documentos, registros estatísticos, demográficos, sociais, financeiros, relativos à escravidão; sua justificativa partia da premissa da justiça social. Na verdade, foi uma estratégia para apagar a herança da dita “Mancha negra da história do Brasil”.

O Movimento de Branqueamento, constituído pela burguesia nacional e consolidado em bases de cunho integralista, apoiou a ida de cidadãos brasileiros para a I Guerra Mundial e fortaleceu o movimento eugênico liderado por Renato Kehl, como foi apresentado anteriormente.

O mito escamoteador apresentado por Fernandes (2014), e Nascimento (2016), em seus estudos, ao tratarem do branqueamento como uma estratégia do genocídio, aprofundando de forma objetiva as formas mais perversas do capital especulativo estrangeiro

Para a solução deste grande problema, a ameaça da “mancha negra” já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originado os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem-de-cor, o fusco, e assim por diante, mencionados anteriormente. o Crime de violação a subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal ao longo das gerações... por isso não faltam mulatos conscientes de sua origem e identidades africanas, que se erguem como grandes vultos na luta anti racista: Luis Gama, Talvez o melhor exemplo como mais recentemente temos um José Correia Leite, um Henrique Cunha um Sebastião Rodrigues Alves (NASCIMENTO, 2016, p. 84).

O processo de naturalização da miscigenação étnico e racial está fundamentado na exploração sexual da mulher negra, na perspectiva de que, com o crescimento da população, o clareamento iria contribuir com o desaparecimento progressivo da população negra. , que já no processo de finalização do Regime colonial escravocrata era adotado pelo regime da política imigratória, utilizada como instrumento de embranquecimento.

Nascimento (2016), apresentou de forma objetiva dados para ilustrar a realidade populacional e a concretude do processo de esmagamento da população negra, trazendo as estimativas apresentadas desde a sociedade escravocrata até à sociedade de classes. Conforme tabela 01.

**Tabela 01. Distribuição População Brasileira no ano de 1600**

<b>Grupo racial</b>	<b>Dados</b>
Indígenas	35.000
Branços	10.000
Africanos e seus descendentes	20.000

Fonte: Nascimento, 2016, p. 89

Observa-se, de acordo com os estudos, que a população brasileira, em 1600, tinha uma composição populacional de número significativo de indígenas e pretos e de número inferior de brancos e seus descendentes; com a ideologia do mito da democracia racial e o processo de embranquecimento / branqueamento, esse número passou a diminuir. Como revele o quadro abaixo:

**Tabela 02. Distribuição da população brasileira de 1892 a 1950**

<b>Grupo racial / ano</b>	<b>1892</b>	<b>1890</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
Branços	3.787.289	6.308.198	26.171.778	32.027.661
Negros	1.954.542	2.097.426	6.035.869	5.692.657
Pardos	4.188.737	5.934.291	8.744.365	13.786.742

Fonte: Nascimento, 2016, p. 89

Os dados do Quadro 2 expressam declínio da população negra, mas aumento significativo da população parda. Entretanto, é fundamental observar que o contexto de racismo institucional e as estratégias utilizadas na direção do branqueamento fazem parte da tentativa de materialização da ideologia racial do branco.

Conforme Manfroi (1975, p. 44), “[...] Os resultados parecem ter sido positivos: “de 1867 a 1887, a média anual da entrada de imigrantes foi de 30.000, e de 1888 a 1900 essa média situou-se em torno de 100.000”. (MANFROI, 1975, p. 44).

Esse movimento e as orientações predominantemente presentes nessa política tiveram como instrumento embranquecer e eliminar o negro do Brasil, considerando-o população geneticamente inferior. Nascimento aponta que essa fórmula foi construída de maneira objetiva por “[...] Arthur Gobineau (1816-1882), influente diplomata e

escritor francês ‘Fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos da raças européias’. Gobineau previa que dentro de dois séculos a raça negra desaparecia por inteiro (GOBINEAU apud NASCIMENTO, 2016, p. 85).

Necessitava conforme a receita de Arthur Gobineau(1816-1882), influente diplomata e escritor francês “Fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos da raças européias” Gobineau previa que dentro de dois séculos a raça negra desaparecia por inteiro. (NASCIMENTO, 2016, p. 85)

No início do século XX, o Movimento Eugênico Brasileiro se fortaleceu com a presença de grandes intelectuais, desde Joaquim Nabuco, Silvio Romero e João Pandia Calógeras, que declararam apoio à política de embranquecimento / branqueamento. Todavia, uma legislação severa se concretizou no fim da gestão de Getúlio Vargas, com a assinatura do Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945 (que dispõe sobre a Imigração e Colonização e dá outras providências), criando a política imigratória no Brasil que proibia a entrada de africanos no país, e estimulava a vinda de portugueses do Congo, Angola e de Moçambique e, também, um número expressivo de líderes fascistas portugueses.

Para fins desta discussão, há pouco interesse em aprofundar. é a patente que depois da abolição e no contexto jurídico-político do Estado republicano seria possível se cogitar da situação entre “negros” e “brancos”, imperialmente em São Paulo, como sendo uma “democracia racial”. na realidade, porém, as coisas não caminharam nessa direção. De um lado enquanto a ordem jurídico-política permaneceu quase idêntica ao que era o regime das castas. De outro o “negro” jamais encontrou no “branco” um ponto de apoio efetivo as suas tentativas de tomada de consciência e de melhoria da sua situação histórico social (FERNANDES, 2014, p. 318).

Fernandes (2014) e Nascimento (2016) apontaram que o mito da democracia racial serviu de estratégia para a consolidação da situação de inferioridade do negro na sociedade de classes, preenchendo funções econômicas muito bem intencionadas, associando a manipulações conservadoras de assimilação pela população negra da cultura branca europeia, negando o processo histórico e a cultura e identidade religiosa política e social africana.

O negro preenchia funções econômicas muito bem intencionadas, mas sofriam pressão associadas a manipulações conservadoras para assimilação da cultura branca

européia, na tentativa de negar a cultura e a identidade religiosa, política e social africana. A miscigenação, entendida como algo bastante evoluído para espécie humana responde à estrutura econômica da sociedade classes, na qual a população negra ocupa um lugar estratégico como trabalhadores subalternos e reféns das expressões da questão social.

O fato que o impacto desde as classificações grotescas, a crença da inferioridade de nossa população, o sincretismo e o desaparecimento da questão negra por meio da Lei de Segurança Nacional dão indícios de um processo de genocídio da população negra.

### **1.3 A Sociedade capitalista e o negro na sociedade de classes**

O sistema capitalista implantado no Brasil, com suas particularidades, possui a mesma intensidade que ao redor do mundo, isto é, a acumulação da riqueza se faz através da exploração da mão de obra de trabalho pelos detentores dos meios de produção, a burguesia, e a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho para garantir a produção e reprodução da vida social.

A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado é que o processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a massa de “pobres laboriosos” isto é, dos assalariados que convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente (MARX, 2013 p. 839).

De acordo com Antunes (2007) “a classe que vive do trabalho” constitui-se por meio de um processo de trabalho estranhado e de alienação cuja riqueza socialmente produzida, se faz por meio de sua força de trabalho. Nessa estrutura da sociedade de classes, de um lado, o racismo se torna estratégia para manutenção da ordem do capital e, de outro, a população negra recém-saída de um regime de trabalho escravo (bem como os demais trabalhadores) passa a trabalhar em um processo de trabalho explorador

de sua força de trabalho, semelhante à escravidão, reforçando a eugenia e o lugar subalterno do negro na sociedade de classes.

Ele deve ser mais “polivalente”, “multifuncional”, algo diverso do trabalho que se desenvolveu na empresa taylorista e fordista. O trabalho que cada vez mais as empresas buscam, não é mais aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mas o que floresceu na fase da “desespecialização multifuncional”, do “trabalho multifuncional”, que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho. E isso ocorre tanto no mundo industrial, quanto nos serviços, para não falar do agronegócio, soterrando a tradicional divisão entre setores agrícola, industrial e de serviços. (ANTUNES, 2007, p.4)

Em outras palavras fortalecendo a divisão social e técnica do trabalho, e, colocando a população negra em um afastamento demográfico, social, pois agrupa negros descendentes de africanos e mulatos cada vez mais afastados dos centros urbanos em posto de trabalho, subalterno, ou seja, o trabalhador na sociedade de classe em condição periférica.

Vale apontar a importante a reflexão de Ianni nessa mesma perspectiva.

Mas esse desenvolvimento não se realiza economicamente, sem obstáculos graves, nascidos em ambas às partes de um lado o preconceito contra o negro assumirá configurações complexas, destinadas a solidificar a hierarquia dos grupos sociais. Por outro, a experiência histórica dos grupos sociais boa parte da população negra se acomodará em um regime de vida adstrito aos mínimos vitais, tentando desfrutar agora um ócio impossível. Prejudicados pelas experiências dramáticas da escravidão e por um horizonte cultural empobrecido inerente á condição de escravo, o negro, e seus descendentes estarão incapacitadas para um reajustamento positivo ao sistema econômico social (IANNI, 1972, p. 69).

A classe trabalhadora incluída a população negra vão compor o novo exercito industrial de reserva. Essa situação de reajuste afeta a população negra e toda a classe trabalhadora que irá compor o novo exercito industrial de reserva o excedente a parte sobranete que não acessa ao mercado de trabalho e consequentemente irá sofrer da situação de pauperismo, pois ao mesmo tempo em que o capitalismo possui a riqueza ele ira produzir a pobreza em longa escala, pois gera uma população latente, flutuante e estagnada e o pauperismo se torna uma manifestação da Lei da acumulação geral.

A população negra do início do século XX irá se encaixar a categoria da super. Exploração relativa à estagnada, ou seja, uma população excedente socialmente necessário para a acumulação capitalista o exercito industrial de reserva, ou os trabalhadores em condições irregulares de trabalho, formas e estratégias de sobrevivências, os setores que também contribuem com a acumulação do capitalismo. Essa população crescente excedente que não acessa o mercado de trabalho, e quanto menos outras formas de sobrevivência, o lupemproletariado que mesmo possuindo aptidão para o mundo do trabalho, são os candidatos ao exercito industrial de reserva, em situação de imobilidade entre eles os aptos as trabalhar, os moradores de rua, os maltrapilhos, os incapazes para produção da vida e do trabalho irão sofrer no mundo capitalista os impactos do pauperismo.

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exercito do trabalhador ativo e o peso morto do exercito industrial de reserva.

[...] superpopulação relativa, sua necessidade na necessita dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos faux frais (peso morto) da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe media. (MARX, 2013, p. 874)

A população negra, na sociedade capitalista, que se apropria do racismo como uma estratégia para o controle e manutenção do funcionamento da produção, em condições subalternas de vida e de trabalho o maior componente do exercito industrial de reserva também sofrera os impactos das expressões da questão.

A sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que produz a riqueza também produz a pobreza e a desigualdade. A questão social<sup>15</sup> significa ao mesmo tempo a contradição entre o capital e o trabalho, mas também a luta da classe trabalhadora por condições de equidade, justiça, liberdade e direitos sociais, políticos e econômicos. Suas expressões afetam os trabalhadores em igual intensidade, mas no Brasil a população negra sendo sua maioria no processo de historicidade irá arcar com maior intensidade a

---

<sup>15</sup> No sentido universal do termo, questão social significa o conjunto de problemas políticos sociais e econômicos, que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista, assim a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho Ou , nas palavras de um profissional do serviço social: a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado (NETTO, 2011 a p. 17).



equação sinistra entre a pobreza e o exercito industrial de reserva devido à vinculação do racismo com a condição de classe trabalhadora.

A população brasileira naturalizou o afro descendente como um trabalhador de funções de baixa qualificação e prestígio. Esta associação acaba servindo como profecia que se cumpri por si mesma por não acreditar que terá sucesso em determinadas profissões, um negro não se habilita para exercê-la (PAIXÃO, 2002, p. 150).

A naturalização do processo de pobreza se concretiza com os índices da realidade social da população negra no Brasil, desde sua história em especial uma parcela significativa da população brasileira e se revelam nos dados da realidade no passado e no presente da vida dos povos negros e de seus descendentes.

O genocídio do negro no Brasil é um processo que vai se construindo ao longo da história posto pela ideologia racial implantada por meio do movimento eugênico que, ideológica, política e socialmente, produz e constrói instrumentos de embranquecimento / branqueamento da população negra. Esse processo leva em conta desde o cruzamento inter-racial, a negação da afirmação da identidade, a assimilação da cultura branca, a criminalização e proibição das praticas sociais, políticas e ideológicas, a aculturação por meio de estratégias educacionais e literárias para controle social e imposição da cultura da brancura.

Anteriormente, foram apontados elementos do movimento histórico eugenia no qual, percebe-se que o racismo, uma das estruturas presentes nas relações sociais, que se torna uma estratégia, por meio do embranquecimento para manutenção das relações de opressões presentes na sociabilidade capitalista.

Por meio das ideologias pseudo científicas tendo como base a antropologia, biologia e depois a ideias do pensamento iluminista conservador das revoluções burguesas norte americana e francesa no qual as diferenças raciais serão inventadas, e racionalizadas através de processos de manutenção de pensamento e ações nas relações sociais.

Na contemporaneidade, o racismo se fortalece pela manutenção da hierarquização de uma raça sobre a outra no qual as ideias de naturalização entre grupos superiores e inferiores, na medida em que se utiliza uma classificação por fenótipo como justificativa para o processo de separação social entre trabalhadores na mesma condição, visando sobre opressão e exploração dos trabalhadores pelo capital.

Como ideologia que persiste historicamente, o racismo se manifesta de diferentes formas, ações e atitudes através de relações estruturais, institucionais e por ações concretas de discriminação e preconceito racial, intolerância religiosa e segregação étnico racial.

O preconceito étnico-racial está intrinsecamente ligado à reprodução ideológica do senso comum, como um julgamento antecipado, uma espécie de antipatia. . O preconceito étnico é uma antipatia errônea e inflexível, que pode ser sentida ou expressa, dirigida a um grupo ou indivíduo materializada em ações discriminatórias, através de linguagens insultuosas, evitação, discriminação, ataque físico e extermínio. Isso significa um conjunto de julgamentos negativos sem fundamentos reais a respeito de um grupo social, capaz de gerar um gradiente de intolerância crescente.

A discriminação racial é a materialização concreta do preconceito, ou seja, um produto expresso em atitudes e ações, entre elas, o genocídio.

O genocídio da população negra significa não só o ataque físico por meio de execuções sumárias, mortes por causas violentas, por arma de fogo, mas todas as ações que visam aniquilar a população negra desde o projeto de embranquecimento / branqueamento, segregação geográfica, assimilação e cultura histórica somado à ausência de políticas públicas e naturalização da pobreza. Trata-se de um conjunto de ideias, valores e ações carregados de racismo e discriminação racial, resultando ainda em encarceramento em massa, institucionalização e regime de privação de liberdade de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e constatação de expulsão de jovens do mercado de trabalho.

Em resumo, compreende-se que a formação socioeconômica brasileira primeiramente pela escravidão e depois pelo mito da democracia racial e o processo de embranquecimento, cristalizou-se o racismo, apropriado pela burguesia para manter os ditames e privilégios da sociedade colonial. O racismo permanece, até hoje, como ideologia manifestada nas relações sociais de classe e tornou-se instrumento para manutenção da opressão e alienação com o genocídio do negro na sociedade brasileira.

## **CAPITULO II. RACISMO COMO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL**

*Eu sou notícia que alimenta a imprensa,  
Câmeras do mundo inteiro aqui marcam presença.  
Em cadeia mundial, mostram o crime acuado.  
Elite da tropa, a serviço do Estado.  
Armamentos pesados em minha direção,  
Programados pra matar, pra alívio da nação*

Composição: MV Bill

Este capítulo tem o objetivo de debater e analisar a violência e suas repercussões na contemporaneidade, especialmente dirigida à juventude, que se expressa no preconceito étnico e racial, na discriminação e no racismo na perspectiva de compreensão da dinâmica das relações sociais.

O modo de produção capitalista, por ser um sistema econômico, social e político possui como estratégia para a acumulação de riqueza a exploração da mão de obra de trabalho, produzindo nas relações sociais, um modo de ser marcado por valores do individualismo e da moral burguesa. E, especialmente, da reprodução do preconceito étnico racial, da discriminação e do racismo nos coloca a tarefa de compreender os elementos fundantes destas relações sociais..

A exploração do homem pelo homem, por meio da sociabilidade capitalista adquire valores universais, como tal desvendados por MARX (2013), em seus estudos sobre o capital. É importante compreender que a opressão são relações sociais produzidas pela sociabilidade do capital e do trabalho que são meios de produção, porém, a opressão no mundo capitalista é uma ideologia que, associada à sociabilidade e ao modo ser burguês, constitui-se ferramenta de controle para a manutenção da mais-valia nas relações sociais.

Conforme IANNI (2004), o modo de produção capitalista global compreende um ciclo intensivo do capitalismo com manifestações e configurações que seguem um percurso histórico que perpassaram o mercantilismo, o colonialismo, o imperialismo,

globalismo e o neoliberalismo, que se mesclam e excluem influenciando e transformando a realidade. Obviamente, de forma singular, porém, o capitalismo cria e recria formas de acumulação, envolvendo estruturas de dominação política e apropriação econômica, produção e reprodução de excedentes técnicas de administração, violência étnica e racismo.

Pode se afirmar que o “neoliberalismo” como teoria, prática e ideológica, é precisamente emblema do novo ciclo da revolução burguesa em curso de globalização, assim como o “liberalismo”, como teoria, prática e ideológica, foi precisamente o emblema da revolução burguesa nacional (IANNI, 2004, p.141, grifos do autor).

Nesse sentido, o neoliberalismo adquire uma configuração globalizada do capitalismo desde a Guerra Fria<sup>16</sup>, produzindo uma destruição criativa da mobilização, em torno de lutas históricas da classe trabalhadora, resultando no fortalecimento da burguesia nacional. Com formas distintas de atuação porém com a objetividade no processo de exploração e acumulação desde seu processo histórico.

Desde os primórdios dos tempos modernos, seja o regime escravo vigentes sob os diversos colonialismos, seja o regime de trabalho livre, seja na época da máquina de vapor, seja na época das tecnologias eletrônicas, a história social revela a produção e reprodução contínuas e crescentes de “marginalização”, “exclusão”, “pobreza”, “miséria” ou pauperismo e lumpenização. O desemprego, e o subemprego, ou desemprego disfarçado, tem sido algo inerente e essencial da dinâmica do capitalismo (IANNI, 2004, p. 145, grifos do autor).

Sendo assim com o desenvolvimento de novas tecnologias, o modo de produção capitalista potencializa a divisão social e técnica do trabalho, aumenta o desemprego estrutural produzindo um processo de uberização, precarização e subproletarização do mundo do trabalho; por consequência, potencializam-se, tornando-se de forma objetiva a globalização da questão social, que vai potencializar as tensões raciais e de gênero.

Esse mesmo processo, que dinamiza o modo de produção capitalista, traz em longa escala a dimensão do desemprego potencializado de forma estrutural e conjuntural que envolve a marginalização, exclusão, pobreza, entre as novas formas e expressões multifacetadas da questão social.

---

<sup>16</sup> “A Guerra Fria, que teve seu início logo após a Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, disputando a hegemonia política, econômica e militar no mundo.”. Disponível em: <[www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria](http://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria)>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Acontece que a destruição criativa significa não somente a contínua criação de novos produtos e a contínua inovação da tecnológica significa também a obsolescência programada, a criação de sucata, o abandono de mercadorias, máquinas, equipamentos, técnicas e procedimentos. Nesse sentido é que a destruição criativa é, simultaneamente, um processo de sucateamento contínuo e reiterado. Sucateiam-se mercadorias, máquinas, equipamentos, técnicas e procedimentos, justamente com trabalhadores ativos e de reserva, expulso dos locais de trabalho ou impedido neste de ingressar, um processo que atinge indivíduos, e coletividades, em escala nacional e mundial (IANNI, 2004, p. 146).

Esse desemprego globalizado atinge a realidade mundial e o Brasil, por ser uma população composta com o número estimado de mais de 207 milhões de habitantes destes 53% representam a somatória entre pretos e pardos e dessa população conforme IBGE 2010.

Segundo o Relatório da OXFAM de 2017, no Brasil, 5% da população possui renda salarial de 95% dos trabalhadores; com relação à população negra, que representa 53% do índice populacional nacional, a condição salarial é ainda mais grave, pois entre a população que recebe de 0 a 1,5 salário mínimo, 67% pertencem à população negra e os dados apontam que 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos.

Como foi discutido no Capítulo 1, o debate do racismo tem uma dimensão histórica e se reproduz como ideologia por meio da eugenia e se reproduz nas relações sociais no movimento de assimilação, aculturação e alienação da população negra no processo de embranquecimento / branqueamento, encarceramento e assimilação da ideologia racial sobre os valores e costumes ditados pela concepção da época e ainda presente nas relações sociais.

[...] o Brasil, na sua formação histórico-social construiu dois modelos de sociedade: o *escravista colonial*, subordinado à economia colonialista e o *capitalismo dependente* subordinado ao imperialismo. Para que se desse, se imprimisse dinâmica à formação desses dois modelos houve necessidade de importação de etnias diversas, formando-se uma sociedade de população poli-étnica, altamente competitiva nas suas áreas dinâmicas, primeiro escravos, depois marginais que se encontravam comprimidas na franja do sistema, sem possibilidades de chegar ao seu centro. Entre o colonialismo e o imperialismo desenvolveu-se o processo de subordinação estrutural dos dois modelos que foram criados. Por tudo isto, podemos concluir que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou fundos vestígios nas relações de produção da sociedade brasileira. Tais vestígios, tais traços não são, porém elementos mortos. O modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista deles se aproveitou e faz deles uma parte dos seus

mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante (MOURA, 1983, p. 34, grifos do autor).

## **2.1 Racismo na contemporaneidade**

Antes de abordar e resgatar os elementos do racismo nas relações sociais contemporâneas é fundamental analisar, a partir da reflexão de Moura (1994), a perspectiva atribuída ao racismo de arma ideológica de controle e dominação de classe.

Sobre o racismo, tema do polêmico, instigantes e inesgotáveis do mundo moderno, concentram-se opiniões contraditórias, que discutem em vários níveis, as consequências de sua prática. A discussão sobre as diversas formas de sua atuação, significado e função vem sempre acompanhada de uma carga emocional, o que demonstra como a polêmica que se monta em torno de seu significado transcende em muito as questões acadêmicas, para atingir um significado mais abrangente, da ideologia de dominação. Somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente (MOURA, 1994, p. 28).

Se o racismo é uma manifestação ideológica presente nas relações sociais, é essencial compreender a ideologia.

Conforme Marilena Chauí (2008, p. 92), as determinações da ideologia consolidam-se como resultado da divisão social e técnica do trabalho e é um instrumento de dominação de classe, tendo como origem a divisão em classes sociais distintas. E as lutas sociais por meio de teorias e ideias construídas para manutenção da dominação

Ainda, segundo Chauí, um conjunto sistemático de ideias se consolida quando os valores da classe emergente são interiorizados tornando-se valores hegemônicos na relação social.

[...] uma vez sedimentada e interiorizada como senso comum a ideologia, mantém-se mesmo após a vitória da classe emergente, que se torna, então, classe dominante. Isso significa que mesmo quando os interesses anteriores, que eram interesses de todos os não domina e são negados pela realidade da nova dominação- isto é, a nova dominação converte os interesses particulares da classe dominante e, portanto nega a possibilidade de que se realizem como interesses de toda a sociedade tal negação não impede que as ideias permaneçam como algo verdadeiro para os dominados (CHAUI, 2008, p. 98).

Nesse sentido, a ideologia é um instrumento utilizado para a manutenção da classe dominante construindo um consenso ideológico para a sociabilidade de classes. Nessa direção, o racismo tornou-se uma arma ideológica no passado recente de nossa formação socioeconômica, na medida em o mito da democracia racial e o processo de embranquecimento / branqueamento, articulado a teorias biológicas, jurídicas e sociais, produziram conhecimento e ações na tentativa de eliminação do negro na sociedade.

O racismo significa um recurso ideológico de dominação na contemporaneidade e na história das relações sociais, como foi apresentado no Capítulo 1, que ultrapassa as questões objetivas e subjetivas da vida sendo “[...] atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classe em todos os pais em particular” (MOURA, 1994, p. 30).

Na América Latina e particularmente no Brasil, o imperialismo multiplicou formas de modernização do racismo, utilizando-o como arma de dominação mais sofisticada de manutenção e controle da classe social, valendo-se de diferenças biológicas e científicas da eugenia e das condições de salário da população negra.

[...] no caso da América latina, o racismo, como ideologia penetrou fundo no pensamento da elite intelectual, colonizada. Todo o arsenal científico que vinha da Europa sobre a questão racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse “a ultima palavra da ciência”, mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles (MOURA, 1994, p. 42, grifos do autor).

Ainda segundo Moura, para além de Silva Romero, Euclides da Cunha repetiram na história o pensamento eugênico e racista, assim como, Oliveira Viana, Monteiro Lobato, Renata Kehl, entre outros representavam um concepção ideológica nas relações sociais.

Cabe observar que ao longo da história tiveram lutas e resistências de combate ao racismo, sendo que a opressão sofrida pelos quilombos transformou-os em espaços de resistência à escravidão. Entretanto, no âmbito científico e acadêmico, em 1935, o Manifesto de intelectuais contra o preconceito racial, o Manifesto contra o racismo, em 1942, cabe observar que nestes documentos o debate se tratava em colocar a escravidão como um atraso e enfatizar o processo miscigenatório.

É importante reforçar que, nos dias atuais, o racismo se expressa na sua aparência não mais com o determinismo biológico, mas põe meio do processo de pela naturalização da branquitude, da cultura eurocêntrica, norte-americana, em especial, na

negação da identidade étnica; o racismo se manifesta também nas contradições postas entre capital e trabalho na dimensão a vida.

Vale indicar a reflexão de Callinicos (1993).

O racismo é, portanto, uma criatura da escravidão e do Império. Ele desenvolveu-se para justificar a negação aos oprimidos das colônias os direitos iguais que o capitalismo prometia a toda a humanidade. A discussão até aqui estabelece, portanto, um vínculo histórico entre racismo e capitalismo. Mas e o racismo contemporâneo? Interromper simplesmente a análise nesse ponto deixaria o racismo contemporâneo como algum tipo de resquício do passado, que de alguma forma teria conseguido sobreviver à abolição da escravidão e colapso dos impérios coloniais (CALLINICOS, 1993, p. 20).

Ainda de acordo com o autor, o racismo contemporâneo não se apresenta somente como questão biológica à semelhança do que foi no passado, mas ele se materializa nas relações sociais, em especial, nas relações de trabalho, mantendo diferenciações de direitos e de entre trabalhadores negros e brancos.

Acrescenta-se que de acordo com estudos sobre a demografia da cor, no período de 1890 a 2007 a população negra<sup>17</sup> brasileira superou a população branca, sendo **49,8 %** preta ou parda conforme estudo de Sergei Soares (2008 p. 97-98). Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) nos Indicadores de Desigualdade Racial de 2004, na Cidade de São Paulo a população negra possuía **11.120.427** pessoas, das quais **5.630.520** eram homens e **5.489.907** mulheres, sendo que do total **43,5 %** encontravam-se em situação de vulnerabilidade social<sup>18</sup> e **14, 6 %** estavam desempregados.

Estudos realizados pela ONU, entre os anos de 1993 a 2003, dentre as mulheres desempregadas, 30% são negras e entre os desempregados homens 24% são negros, maiores que da população branca. (ONU, 2005, p. 64)

---

<sup>17</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra é a somatória do universo entre pretos e pardos <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>.

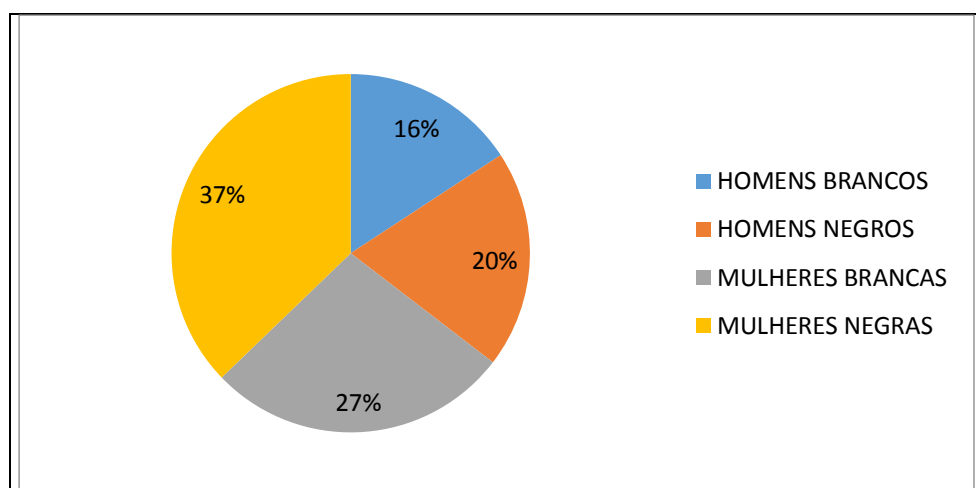
<sup>18</sup> Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), “[...] a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e consequências distintas, obtém-se uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem os vários segmentos populacionais, bem como das possibilidades de sua superação ou minimização. Nessa perspectiva, é no confronto entre as características individuais e familiares – ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, escolaridade, renda corrente, formas de inserção no mercado de trabalho e condições de saúde – e suas possibilidades de desfrute dos bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado que se definem suas efetivas condições de vida e possibilidades de mobilidade social”. Fonte: Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/projetos/ipvs/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.



Essa mesma diferença se expressa no setor dos trabalhadores autônomos, sendo 56,6% de trabalhadores negros e no concurso público 28,6% “[...] em 2003, os brancos ainda ganhavam em media 113% mais que os homens negros e as mulheres negras 84%, mais que as mulheres negras” (ONU, 2005, p. 64).

No retrato das desigualdades de gênero e raça, o IPEA (2011), apresenta a taxa de desemprego, trabalho domestico e remunerado, condição de habitação, pobreza e assistência social, que avalio importante apresentar neste estudo.

**Gráfico 1- Taxa de desemprego por raça/cor – 2009**



Fonte: IPEA (2011)

Em 2009, (IPEA,2011) a porcentagem de desemprego entre negros e brancos se apresentou da seguinte forma 5,3% homens brancos e 6,3 % negros e 9,2 % de mulheres brancas e 12,5 % negras, o que já demonstra que a população negra possui os maiores índices de desemprego.

Com relação ao trabalho remunerado, 24,6% da população negra possuía registro, em 2009, e destes, 34% eram chefiados por homens negros com a renda em media de R\$ 833,50 para homens negros e R\$ 544,40 a renda das mulheres negras manifestadas em 70% da população usuária do bolsa família.

Sendo assim, o que acontece no contexto neoliberal com a população negra é uma espécie de massificação de desempregados.

Retomando a discussão de Callinicos (1993), o racismo na contemporaneidade mantém os elementos de diversificação biológica, cultural e social, pois reafirma a retórica da diferença cultural, do apelo da inferioridade em especial por meio da branquitude que reforça a ideia de trabalhadores brancos terem superioridade. Sustentado pelo nacionalismo, esses valores fazem com que os trabalhadores negros se

coloquem em condições de inferioridade, assim como, naturaliza-se a condição de pobreza

Reafirma-se, portanto, o racismo como instrumento de controle de classes e elemento ideológico para a manutenção do imperialismo por meio da discriminação racial e do preconceito. Trata-se de realidade explícita na história brasileira e mundial, reproduzida de forma ideológica pela mídia e manifestada nas relações sociais, seja através de linguagens insultuosas, evitação, dentre outras formas de violência; esta, materializada nos altos índices de mortalidade de jovens negros, feminicídio de mulheres, acolhimentos institucional de crianças e adolescentes, encarceramento em massa, internação involuntária.

A violência contra negros e negros manifesta-se brutalmente também em ações mais diretas como o cartaz da UNB “Fora Macacos Cotistas”, a depredação dos Terreiros de Candomblé no Rio de Janeiro e São Paulo e na não aceitação da cultura e identidade étnico e racial, por exemplo.

#### **Imagem 1. Fora Macacos Cotistas**



FONTE: <https://limpinhoecheiroso.com/2016/11/12/no-fundo-os-patriotas-brasileiros-sao-trump-tambem> retirado em 10/12/2018.

Tanto a desvalorização do negro no Brasil, como a xenofobia em relação à população imigrante, em especial, de países como Nigéria e Haiti, devem ser apontadas como expressões de forte racismo e de sérias repercussões no desenvolvimento pessoal e social desses segmentos populacionais.

O *racismo* no Brasil, enquanto uma construção socio-histórica, traz consigo o *preconceito* e a *discriminação racial*, acarretando prejuízos

à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. Reforça-se pela linguagem comum, mantém-se e alimenta-se pela tradição e pela cultura, ao mesmo tempo em que influencia a vida, a forma como as instituições se organizam e as relações interpessoais (LOPES; 2007, grifo da autora).

O racismo na contemporaneidade incorpora valores do pensamento conservador do passado e manifesta-se nas relações concretas da vida da classe trabalhadora em especial como reforço ideológico para a manutenção do preconceito, subemprego, condições de vida e moradia, violência, materializada no contexto de genocídio e feminicídio da população preta brasileira, latino-americana e africana.

É fundamental apontar a intolerância e o apartheid social velado nas periferias e nos bairros mais afastados das cidades, nos quais, a ação e omissão do Estado resultam em altos índices de pobreza e vulnerabilidade, de mortes, encarceramento em massa, ataques às casas de religiões de matriz africana, como alguns exemplos, para enfatizar a gravidade da situação vivida.

O que se observa, de um lado, é a valorização do branco, o fortalecimento da “branquitude” e da cultura europeia e a reprodução do ideário branco burguês, por outro, a continuidade de um racismo histórico, mascarado, no qual vários veículos midiáticos reproduzem um tipo de marginalização étnica com a apresentação de programas, quase sempre cômicos, no limite do deboche.

Exemplos clássicos são as novelas globais, entre elas, a recente “Segundo Sol”, que retrata uma Bahia sem a população preta e baiana, seus principais protagonistas e um Pelourinho embranquecido, como que apontando a inexistência de negros e de racismo na sociedade brasileira.

Como se sabe, o racismo possui sentidos e significados sociais negativos, atingindo grupos diferenciados com manifestações diferentes, segundo tempos e lugares. Pode-se defini-lo como a crença de que todos os membros de uma raça possuem as mesmas características e que elas são superiores pelas condições dadas historicamente e pela insistência do mito da democracia racial e da fábrica de consensos.

No presente, os atos de racismo e discriminação racial existem independentemente da aceitabilidade brasileira do termo de raça, por vezes, manifesta-

se de forma violenta no interior das escolas, como *bullying*, porém o termo vai tratar de forma genérica não aprofundando a opressão e forma de vida

Lopes (2007) aborda o racismo contemporâneo não só como vontade, escolha ou opinião pessoal, mas segundo a autora trata-se de reflexo, justificação, projeto social, ou seja, ideologia.

Como vemos, a chamada “questão racial” não pode ser compreendida se a interpretarmos como uma questão meramente científica, cuja solução será encontrada pelos antropólogos entre as quatro paredes de um laboratório ou nas salas de congressos de especialistas. Pelo contrário. Devemos partir de uma posição crítica radical, através da reformulação política, da modificação dos pólos de poder, especialmente das áreas do chamado Terceiro Mundo. É uma situação que ficará sempre inconclusa se não a analisarmos como um dos componentes de um aparelho de dominação econômica, política e cultural. (MOURA, 1994)

Enquanto fenômeno ideológico, o racismo submete a todos e a todas sem distinção, revitaliza e conserva sua essência, porém mantém-se dinâmico na sociedade, respondendo aos interesses dos grupos dominantes e autorizando o tratamento diferenciado e desigual de um grupo para o outro.

O racismo é condição histórica e traz consigo o preconceito e a discriminação afetando a qualidade de vida, saúde, moradia, dirigido a todas as pessoas Além disso, há valores alimentados pela tradição e pela cultura do branqueamento que influencia a vida e a dinâmica das relações sociais.

Há exemplos extremos, mas infelizmente cotidianos que dizem respeito aos casos de genocídio (de jovens, gays e transgêneros) e de feminicídio (mulheres).

De acordo com a declaração da Unesco sobre raça e preconceitos de 1978, o racismo manifesta-se por meio das disposições legais, regimentais e por práticas discriminatórias, antissociais, impedindo o pleno desenvolvimento de suas vítimas, tanto relacionado às questões objetivas como subjetivas.

De acordo com o Instituto AMMA Psique e Negritude (2008), os efeitos psicossociais do racismo afetam a vida de toda população, segundo eles o racismo adoece.

Rever a história do Brasil de um ponto de vista não racista e não sexista talvez seja trabalho para gerações inteiras. Mas a largada já foi dada e seus pilotos são, principalmente, sociólogos, antropólogos, educadores, psicólogos, negros ou brancos comprometidos com a tarefa de passar a limpo os conteúdos da nossa história. (AMMA,2008 p.24)

Esses significados sociais, as crenças, atitudes e ações, em relação aos grupos étnicos raciais, em especial, a população de pretos e pardos têm se traduzido em

políticas de rearranjos sociais, criando obstáculos aos pactos internacionais de combate ao racismo e tensões entre povos.

E por atingir esse grupo preto reafirma o etnocentrismo<sup>19</sup>. Cabe observar que a palavra etnia é derivada de *ethos* e se refere ao grupo, povo ou nação. Trata-se de um termo que define as características proeminentes de grupos que se reconhecem distintos, de algum modo. Para Cashmore (2000), existe conexão entre classe social e conflitos étnicorraciais tão significativa como os conflitos de classe.

Na mesma perspectiva, Almeida (2018) aborda esta questão com outros elementos esclarecedores.

A institucionalização das diferenças raciais e de gênero garante que o trabalho seja realmente submetido ao capital, uma vez que o racismo retirará do trabalhador qualquer relevância enquanto indivíduo. No mundo-racista- o negro não tem condições de reivindicar um *tratamento igualitário* ou de exigir que suas diferenças sejam respeitadas, o tratamento dispensado ao trabalhador e até mesmo suas diferenças não dependem dele ou que venha achar de si mesmo. A forma com que o trabalhador será tratado, o que é justo ou não e até onde pode ir nas suas reivindicações, vai depender única e exclusivamente das determinações da produção capitalista e da replicação da forma de valor. Assim é que o racismo se conecta a subsunção real do trabalho ao capital, vez que a identidade será definida segundo os padrões de funcionamento da produção capitalista (ALMEIDA, 2018, p. 142, grifo do autor).

Então, reafirma-se aqui que o racismo institucionalizado por meio de uma teoria social, na contemporaneidade, se manifesta em todas as relações inclusive nas relações de trabalho e de suas contradições, se reificando no mundo capitalista. Observa-se um entrelaçamento das crises econômicas com o racismo, na medida em que as estratégias violentas de subjugação da população negra estão presentes nos parâmetros da atuação estatal, reproduzindo formas renovadas de violência e de subjugação.

O esfacelamento da sociabilidade regida pelo trabalho abstrato pela valorização do valor resulta em terríveis tragédias sociais haja vista que o movimento da economia e da política não mais de integração ao mercado há que se lembrar na lógica liberal de mercado é a sociedade civil. Como não serão integrados ao mercado seja como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e

---

<sup>19</sup> Consiste em um conjunto de valores preconceituosos e práticas discriminatórias voltas a privilegiar determinado universo de representações propondo como modelo e reduzindo os demais universos e culturas (LOPES, 2007, p. 64).

minorias sexuais será vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física- por exemplo, corte dos direitos sociais. Enfim no contexto de crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de normalidade e que se apresenta como um modo de integração possível de uma sociedade em que conflitos tornam-se cada vez mais agudos (ALMEIDA, 2018, p.162).

Viu-se que o racismo, de fato, é um instrumento ideológico presente nas relações sociais e na sociedade de classes, ao lado da violência que, de maneira muito cotidiana, promove o genocídio da juventude negra, tema a ser abordado no próximo item.

## **2.2 Violência**

Geledes (2013) oferece uma contribuição significativa para iniciar esta discussão.

A violência que começa com a super exploração capitalista é potencializada e amplificada pelo Estado – na medida em que este é mero instrumento de reprodução de uma ordem da qual a violência é componente intrínseca –, tanto do ponto de vista econômico e social, quanto do ponto de vista racial, a ponto de o senso comum racista consagrar o bordão: “negro correndo é suspeito, parado é ladrão” (GELEDES, 2013, p. 4, grifo do autor).

Na mesma direção, IANNI (2004), de forma objetiva, apresenta a violência como algo presente na formação histórica da humanidade e no modo de produção capitalista.

Que inicia-se na etapa pré-capitalista por meio do colonialismo, no desenvolvimento do capital por meio das guerras até chegar à contemporaneidade no século XXI, expresso na força física do Estado, nas relações de poder como também uma escolha política, econômica e social, mais uma cultura de violência reforçada pela sociabilidade capitalista posta pelas relações de opressão na sociedade

As sociedades nacionais contemporâneas e a sociedade global em formação na passagem do século XX ao século XXI tornaram-se um vasto cenário de violência. São muitas as formas de violência, atingidas e recentes conhecidas e desconhecidas que se manifestam nesta sociedade (IANNI 2004, p.167).

O autor ainda informa que o debate não é simplificado, pois se trata de relação construída, que ultrapassa as barreiras do imaginário entre o invisível para algo concreto com implicações políticas, econômicas e socioculturais.

Nesse sentido, pode-se reafirmar que a violência é algo estrutural nas relações capitalistas que perpassa a história da humanidade, como massacres, fundamentalismo, racismo, nazismo, terrorismo, confronto civil, expressões de uma violência estrutural da sociedade.

A violência está presente evidente, escondida e latente em muitos lugares, nos mais diversos setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades. É um fenômeno eminentemente histórico, no sentido que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais. Pode atingir um indivíduo isolado ou uma coletividade inteira, selecionar uns e esquecer outros (IANNI, 2004, p. 174).

A violência é um fenômeno ou uma ação concreta na contemporaneidade que se manifesta em vários espaços e territórios, atingindo mentes e corações, em especial, pelos veículos tecnológicos e de comunicação, produzindo um mercado posto pela ideologia do medo social e do ódio aos pobres potencializados pela ideologia neoconservadora. A violência é uma expressão histórica na sociedade que se dá nas relações sociais, bastante gravada pelo modo de produção capitalista.

Maria Cecília Minayo (2006) aborda a violência como processo que acompanha a trajetória da humanidade, apresentando-se como violência estrutural, na medida em que afeta diretamente a vida, a condição de vida, a partir da realidade, econômica, histórica e social. Essa violência se expressa nas condições vulneráveis advindas do trabalho infantil, da mendicância, do trabalho no tráfico de drogas, do envolvimento com as substâncias consideradas ilícitas, da venda e comércio do corpo resultante da precariedade econômica; em síntese, da expressão mais perversa da contradição capital/trabalho pela ausência de recursos financeiros, para garantir a manutenção e o sustento da família e a própria sobrevivência (MINAYO, 2006, p.31).

Ainda de acordo com a autora a violência intrafamiliar, causada como maus-tratos por parte de familiares dos moradores da residência, ou seja, causada no seio da família para com crianças e adolescentes, não tem como pensar essa violência isolada da opressão de gênero, produzida historicamente na sociedade, colocando as crianças e adolescentes como maiores vítimas; estas tornam-se não separados da violência sexual que

é a somatória da física, moral e inclui o ato sexual trazendo serias sequelas e traumas para o desenvolvimento da criança e do adolescente (MINAYO, 2006, p. 32).

Outra violência que não pode ser esquecida é a delinquencial, ou melhor, o conflito com a lei quando o adolescente em razão de sua questão concreta e material coloca a própria vida em risco para garantir a manutenção e sustento da vida. Na realidade, é visível ou se adequar aos padrões de consumo, vendido pela mídia capitalista, ou como resposta a maneira perversa de o Estado responder empregando a força ao entrar na residência das famílias brasileiras, em especial, nas grandes periferias, onde adolescentes sofrem extermínio ou genocídio, por envolvimento com o tráfico, resultante, como já foi mencionado, pela ausência de políticas sociais ou em razão cor da pele/raça/etnia.

Sendo assim, a violência estrutural sofrida pela juventude é resultado de um processo histórico e econômico da sociedade. Baierl (2004), em seus estudos acerca do medo social e da violência faz uma crítica à violência produzida na sociedade de forma banalizada. ao mesmo tempo em que é praticada, reproduzida e ideologicamente constituída por meio de uma naturalização más com um universo de significados.

Quando uma sociedade trata a violência como corriqueira, o risco que se corre é a banalização do cotidiano Chegando á barbárie. A realidade Brasileira expressa essa situação. A violência aparece como algo corriqueiro, típico do cotidiano das pessoas que seja a violência na cidade quer seja a violência no campo: homicídios, chacinas, ocupações violentas de terra, dizimação de índios, mortes perinatal, estupro, acidentes de trânsito, assaltos roubos a banco, sequestros, vitimização de mulheres, crianças, violência policial, extorsão, tráfico de drogas, linchamento, tráfico de crianças e uma violência que não deixa marca no corpo, mas que se expressa no conjunto das relações sociais e na vida cotidiano: ausência de equipamentos sociais mínimos, tempo gasto para o transporte, desemprego, filas de espera, baixos salários, qualidade e quantidade dos serviços públicos de direito cidadão, desrespeito, perda de dignidade, ausência de cidadania, que vai minando o cotidiano dos sujeitos (BAIERL, 2004, p. 52).

As múltiplas expressões da violência contemporânea afetam diretamente a vida de sujeitos, particularmente a juventude, como o suicídio e as agressões físicas. E coletivos e, especificamente, uma fase de vida da desde o suicídio às agressões físicas e à reprodução da violência física, psicológica, sexual entre outras. Ao mesmo tempo, a violência que provoca o medo social e os lucros no modo de produção capitalista.



Nos estudos sobre violência na era neoliberal no período de 1998 a 2004, Baierl (2004) apresenta dados relevantes acerca do custo da violência, no Brasil. A autora destaca que, no ano de 1999, foram investidos 10,5 % do PIB, em contra partida reafirma os custos não explicados em especial a desvalorização de regiões e bairros periféricos, as chamadas áreas perigosas.

A violência e o medo gerado por ela fazem crescer um novo mercado, que se encontra em ampla expansão, que é a indústria do medo. O mercado e trabalho, no setor de segurança privada, vem ampliando-se a olhos vistos industrias, comercio e condomínios fechados mantém, hoje um exército de aproximadamente, 1,3 milhão de trabalhadores na segurança privada, que vem tendo um incremento de 30% ao ano (BAIERL, 2004, p.71).

Expressar esses dados na contemporaneidade significa compreender, os altos índices de policiamento, segurança privada e segurança pública.

De acordo com o relatório<sup>20</sup> sobre os custos da segurança dos países da América Latina e do Brasil, Granzotto apresenta uma análise sobre a violência, que incluem os custos sociais do crime, no ano de 2017, envolvendo homicídios, qualidade de vida, custos do setor privado e custos do governo no investimento em segurança. . Nesse sentido apresentou que o Brasil utiliza 3,78 % do Produto Interno Bruto (PIB).

Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017) apresenta os gastos da violência no Brasil como somatória dos custos de homicídio; gastos com segurança privada; seguro do sistema de saúde; segurança pública; sistema prisional, resultando em 5,9%, no valor de **372 bilhões de reais**, ou seja se gasta mais com a violência ao invés da criação de políticas de prevenção e proteção à infância e adolescência.

A violência, da maneira como vem sendo dissimada gera impacto significativo na sociedade, dilapidando seu capital físico, humano, social e natural. segundo Mise, a violência corrói o capital físico “quando ela reduz as reservas na fábrica, os equipamentos a infra estrutura e outros recursos produtivos do indivíduos, do setor de negócio ou do próprio país. Isso acontece quando a habitação, o bem maior das pessoas é destruído ou desvalorizado devido a ataques violentos de grupos organizados, levando as pessoas a abandonarem suas moradias, ou quando há limitação de circulação de transportes em locais reconhecidos como violentos, ou mesmo quando esses não oferecem segurança ao usuários (BAIERL, 2004, p. 72).

---

<sup>20</sup> O Relatório da Segurança Pública da Câmara dos Deputados Federais apresenta um balanço a cerca da violência no Estado Brasileiro e visa diagnosticar os principais problemas afetos à segurança pública e identificar as deficiências da atividade das agências de controle social bem como os desafios da segurança publica no brasil. Fonte: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/seguranca-publica-prioridade-nacional>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

Mas essa violência além do capital financeiro atinge o capital humano, não podendo ser avaliada de forma particularizada, mas, como resultado de uma sociabilidade adversa e contraditória, produzida e reproduzida pelas relações sociais, atingindo pessoas grupos e fases da vida humana.

Os últimos dados de violência contra crianças e adolescentes apresentados pelo Disque 100 (SDH, 2018) indicaram a existência de mais de 84 mil denúncias no ano de 2018, sendo 749.024 denúncias de violência e maus-tratos contra mulheres.

Esses dados acima representam a expressão de uma cultura de violência potencializada nas relações que atinge um universo de significados sociais, políticos.

Aqui, estamos falando sobre a violência inerente a um sistema: não só da violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e de exploração, incluindo a ameaça de violência (ŽIŽEK, 2007, p. 24).

ŽIŽEK (2007) apresenta três principais tipos de violência: objetiva, subjetiva e simbólica. Nesse sentido compreende-se por violência objetiva aquela que emerge da história da humanidade e se potencializa no interior do modo de produção capitalista, entre elas, as relações de dominação, exploração que tem o real como materialidade. Cabe observar que, nessa relação, a violência sai do contexto de abstrações, desumanizando as relações humanas e sociais.

É demasiadamente simplista afirmar que o espectro desse monstro auto regenerativo que segue seu caminho ignorando qualquer preocupação humana ou ambiental seja uma abstração ideológica e que por trás dessa abstração há pessoas reais e objetos naturais em recursos e capacidades produtivas se baseia na circulação de capital alimentando-se deles como um parasita gigante (ŽIŽEK, 2007, p. 25).

Assim, o real determina a vida dos sujeitos e grupos sociais, pois é sobre as bases materiais concretas que se constitui a vida humana, pois esse modo de ser do capital solidifica, de forma concreta e lógica, a realidade. Uma forma de violência, por exemplo, é o desemprego, resultante de um capitalismo global que se materializa em relação sistêmica de violência.

Já a violência subjetiva se dá por meio dos fundamentalismos presentes nas relações sociais, entre eles, o racismo, uma ideologia construída no processo histórico e manifestada nas relações sociais.

A violência simbólica está presente na linguagem do percurso histórico, por não se restringir a casos de violência evidentes, mas se manifesta a partir da imposição, ou seja, uma violência sistêmica que se apropria da constituição do próprio sistema político.

Precisamos ser capazes de perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões. O passo para trás nos permite identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência e promover a tolerância (ŽIŽEK, 2014, p.17).

Compreende-se, portanto, a violência como uma construção histórica e expressa na formação da humanidade que no mundo capitalista neoliberal se concretiza, de forma objetiva, subjetiva e simbólica, na vida dos sujeitos sociais.

### **2.3 Juventude**

A palavra juventude possui um universo de significados referentes a uma fase da vida que se inicia na adolescência e segue um período da vida adulta, para além das mudanças biológicas. Como construção social, histórica e cultural, ela deve ser entendida e compreendida como um universo dinâmico, histórico, mas inserida em condições específicas e determinações concretas.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2005) considera como jovens, as pessoas de **15 a 24 anos de idade**. Já no Brasil, tanto nas diretrizes da Secretaria Nacional de Juventude como o projeto de Lei 4530/2004 a Lei 12.852/2013, que institui o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude, definem como jovens aqueles que têm entre **15 e 29 anos**.

Vale destacar a contribuição de Julio Jacobo Waiselfisz (2007).

[...] juventude é uma palavra bastante conhecida e utilizada em nosso cotidiano, é uma dessas palavras que todo mundo entende e que, portanto, permitiria uma compreensão homogênea e cristalina. Percebe-se, no entanto, num exame mais acurado, que ela esconde diferentes sentidos, sendo usados diferentes contextos, com diferentes significados (WASELFISZ, 2007, p.11-12).

Para Waiselfisz, a palavra juventude apresenta a ideia de uma fase da vida, situada entre a infância, que perpassa pela adolescência até chegar à vida adulta, fase

peculiar na qual, ocorrem transformações e mudanças biológicas, sociais, dependendo das condições concretas e objetivas da vida social.

Nas sociedades modernas, o processo que leva da infância à vida adulta se mostra muito mais longo e se dá de forma bem menos ritualizada, com menor definição de papéis, tornando-o geralmente mais difícil e conflituoso. Considera-se que a juventude começa na adolescência, mas a adolescência não chega na mesma idade para todos, pois depende do desenvolvimento fisiológico, da experiência pessoal e do contexto sociocultural em que cada um vive.

Em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa no qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para produção e reprodução da vida, ainda são considerados socialmente imaturos para desempenhar essas funções (WASELFSZ, 2007, p.11).

Na modernidade, o processo que leva a infância à vida adulta se define por juventude, fase que se divide em etapas e caminhos históricos a depender das condições concretas e objetivas da vida, conforme Freitas (2007, p. 20). “[...] a noção de juventude como as demais fases da vida, apresenta-se como uma construção sócio histórica em cada fase e cada época indiferente dos grupos que a compõe”.

Assim pode-se afirmar que a juventude divide-se em etapas e fases da vida: o jovem adolescente vai dos 15 aos 17 anos de idade, o jovem, dos 18 aos 24 anos e o jovem adulto dos 25 aos 29 anos de idade.

Entretanto, na sociedade contemporânea, pode-se dizer que os jovens e as jovens apenas se preparam para o futuro. A juventude pode ser considerada o oxigênio da história porque esteve e está inserida em vários espaços de cultura, em lutas sociais, em movimentos de resistência do passado e do presente, pautando ações reivindicatórias ligadas ao cotidiano (diminuição da tarifa de transporte coletivo, por exemplo) ou ações no âmbito das lutas democráticas de diferentes segmentos sociais por mais direitos.

É importante destacar que a juventude não é acessada por todos em condições de igualdade e equidade, depende dos determinantes sociais e da vida social, pois ao mesmo tempo que significa a transição para vida adulta mesmo diante de marcos legais e institucionais, a sociabilidade perversa não emprega condições de igualdade havendo aí um universo de conflitos e tensões e também de acesso a formas de trabalho e da

riqueza socialmente produzida que colocam a vida de jovens adolescentes em conflito da lei a expressão concreta da questão social.

O desejo de ter tênis, roupa e de consumir fazem dessa juventude alvos de violência, criminalização, encarceramento, institucionalização e, também, de mortes, suicídios e execuções sumárias do Estado; são vítimas preferenciais da polícia, do tráfico, da Fundação Casa<sup>21</sup> e do desemprego, especialmente, a juventude negra.

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil possui a população total de **190.732.694**; destes, **93.390.532** são homens e **97.342.162** mulheres. O Estado de São Paulo possui **41.252.160** habitantes, sendo **21.180.394** homens e **39.552.234** mulheres; já o município possui **11.244.369** habitantes, dos quais, **5.323.385** são homens e **5.920.984** mulheres.

A população juvenil brasileira de 15 a 29 anos é de aproximadamente **13,35%** do sexo masculino e **13,67%** feminino. No total de homens e mulheres, a população juvenil corresponde a **27,03%** da população total (IBGE, 2010).

De acordo com a demografia da cor, no período de 1890 a 2007, a população negra brasileira superou a população branca, sendo **49,8 %** preta ou parda, conforme estudo de Sergei Soares (2007, p. 97-98). A recente publicação do IBGE (aponta que a população preta e parda corresponde a 53% da população nacional).

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), nos Indicadores de Desigualdade Racial de 2004, a população negra possuía **11.120.427** de pessoas, das quais **5.630.520** eram homens e **5.489.907** mulheres, destes **43,5 %** encontravam-se em situação de vulnerabilidade social e **14, 6 %** estavam desempregados.

É fundamental destacar a necessidade de estudo juventude preta, pobre e periférica, em seu universo de possibilidades, principalmente, nesses tempos em que vivemos, de criminalização da pobreza e militarização da vida social.

Um dos fatores que afeta os jovens em nosso cotidiano diz respeito ao uso ou envolvimento com as drogas e a guerra às drogas que os levam ao encarceramento de jovens no sistema penitenciário e os adolescentes no sistema de internação na Fundação Casa, aspectos que serão abordados no próximo item ao tratar do genocídio da juventude negra como configuração do racismo.

---

<sup>21</sup> Fundação Casa é um serviço de atendimento sócio educativo para adolescentes em medida sócio educativa de internação.

É importante salientar que, de acordo com o “Levantamento Anual do Sistema Socioeducativo” (CDH,2018) divulgado com atraso pelo governo Temer apresenta que o Brasil possui 26.868 adolescentes em cumprimento à medida socioeducativa de restrição de liberdade dessa população. 18.381 jovens destes 68% se encontram em medida de internação<sup>22</sup>.

Neste capítulo, procurou-se abordar as categorias racismo, violência e juventude como determinantes sociais presentes na sociedade de classe, pois o racismo como ideologia histórica se concretiza na dimensão social da vida humana e materializa-se por diversas formas em uma perversidade violenta que afeta o cotidiano e fase fundante da vida a juventude.

---

<sup>22</sup> O artigo 122, I, do ECA, permite-se a imposição de medida de internação se o ato infracional é praticado mediante grave ameaça ou **violência** a pessoa

### CAPITULO III. GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

#### *A carne*

*A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Que vai de graça pro presídio  
E para debaixo de plástico  
Que vai de graça pro subemprego  
E pros hospitais psiquiátricos  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Que fez e faz história  
Segurando esse país no braço  
O cabra aqui não se sente revoltado  
Porque o revólver já está engatilhado  
E o vingador é lento  
Mas muito bem intencionado  
E esse país  
Vai deixando todo mundo preto  
E o cabelo esticado*

Composição: Marcelo Yuca, Seu Jorge, Ulisses Cappelletti,

Colocar em discussão o genocídio da juventude negra e seus aspectos relevantes e repercussões na sociedade brasileira, tema deste capítulo, não é tarefa fácil.

A tarefa central é descrever e compreender o genocídio da juventude negra como configuração do racismo presente e materializado no cotidiano da juventude preta, pobre e periférica.

Abdias do Nascimento (2014) conceituou genocídio do negro no Brasil, pelo do processo de embranquecimento / branqueamento, pela assimilação da cultura branca, pela estratégia eugênica, e no processo do racismo mascarado pelo mito da democracia racial, aspectos também abordados por Clovis Moura (2014), Octavio Ianni (1972) e Florestan Fernandes (2014), além de homens e mulheres que fizeram da luta coletiva um instrumento de denúncia das opressões produzidas pelo modo de produção capitalista.

#### **3.1 Movimento eugênico na atualidade**

Conforme foi apresentado no Capítulo 1, sabe-se que a eugenia como ideologia conservadora tem sua origem no Movimento Eugênico Brasileiro. Trata-se de um movimento muito bem articulado em continuidade à reflexão sobre a origem das

espécies apresentada por Charles Darwin, em 1859. Francis Galton, em 1883, fundamenta essa ideologia um grupo de médicos brasileiros fundaram a Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1917.

A proposta de utilização da eugenia como meio de melhoramento dos homens chegou ao Brasil a partir da preocupação das elites em relação aos destinos do país enquanto nação, após a consolidação da primeira república em 1889. Havia necessidade de constituir um seguimento “eleito” para expressar o estagio de “civilidade” e “modernidade” da nação Brasileira, visto que a “Republica” era concebida para a intelligentsia símbolo do progresso, civilidade e modernidade (GÓES, 2017, p. 96, grifos do autor).

Assim, o movimento eugênico ganhou força a partir de 1917, desenvolvendo atividades que impactaram inclusive a [Constituição da República, de 1934](#), por meio de uma educação eugênica e por ações que produziram higiene social. No governo Vargas, na politica imigratória e no envio de negros, judeus e latinos no envio para Morte da Guerra do Paraguaia

Durante a ditadura militar, no início da década de 1970, um documento encaminhado pelo governo americano, denominado “Relatório Kissinger<sup>23</sup>” foi denunciado, de forma combativa, pelo movimento negro da época, pela abordagem de fortalecimento ao planejamento familiar, controle de natalidade e métodos contraceptivos; anticoncepcionais de prevenção, tendo como principal foco as mulheres pobres e negras e o reforço ao controle de natalidade (GÓES, 2017, p. 99).

Nessa década, o debate se dava em torno do planejamento familiar, que ampliava a discussão para a noção de esterilização, considerada crime no Brasil. Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que constou em seu Art. 226, inciso 7º, “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”

---

<sup>23</sup> “O “Relatório de Kissinger” foi escrito no ano de 1974 pelo então secretário de Estado dos Estados Unidos Henry Kissinger, intitulado como “Memorando de Estudo de Segurança Nacional 200: Implicações do Crescimento Populacional Mundial para a Segurança e os Interesses Ultramarinos dos Estados Unidos” e entregue a Gerald Ford, presidente norte-americano na época. De interesse exclusivo dos Estados Unidos, o documento foi o caminho encontrado para impedir o crescimento populacional dos países pobres, pois o grande medo do poderio norte-americano é perder os países nos quais têm interesses políticos, econômicos e estratégicos”. Disponível em: <https://destrave.cancaonova.com/relatorio-de-kissinger-documento-aponta-medidas-para-conter-o-aumento-populacional/>. Acesso em: 30 jan. 2019.



(BRASIL, 2016, p. 132). Entretanto, mesmo após a Constituição Federal de 1988, que conduziu o Brasil a um patamar de “sociedade democrática de direitos”, a Escola Superior de Guerra, às vésperas das eleições de 1989 apresentou para a Presidência da República recomendações focando seu olhar na população negra e na situação da criminalidade no Rio de Janeiro.

[...] ao afirmar que havia duas questões cadentes para o Brasil os cinturões de pobreza, sobretudo no rio de janeiro, especialmente as favelas sugerindo a formulação de políticas de contenção das populações pobres visando prevenir ações subversivas que venham ameaçar a estabilidade da nação Brasileira e “os menores abandonados”, afirmando que a quantidade de meninos de rua estaria crescendo de forma excepcional e poderia resultar numa expressiva quantidade de “malfeitores” e “assassinos” equivalentes a quantidade do exército Brasileiro (GOES, 2017, p.100, grifos do autor).

Cabe lembrar que, em seguida, em 1993, houve o desaparecimento forçado e a execução de oito jovens em situação de rua, na famosa Chachina da Candelária, no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, a situação não foi diferente, o discurso de Paulo Maluf com a “rota na rua” representa a consolidação pelo pensamento e reprodução do discurso Alberto Pereira de Oliveira que defendia o branqueamento do país e reproduzida como a cartilha da criminalização da pobreza e da população preta na cidade de São Paulo, no governo que não mediu esforços para militarizar a vida paulista.

Sendo assim, o movimento eugênico não findou, muito pelo contrário, ele se reatualiza, tendo como forte estratégia a força física do Estado, para conter qualquer possibilidade de organização e mobilização da classe trabalhadora, afetando diretamente a população preta e parda na cidade, em especial, na expulsão dos negros dos centros urbanos e na criminalização das ocupações dos territórios periféricos. É um não ser dentro de um mundo de contradições.

De acordo com os estudos de Góes (2017), as afirmações passadas sobre o fim do movimento eugênico caem por terra no mundo neoliberal, pois a nova manifestação eugênica se materializa no cotidiano em uma nova perspectiva, não mais a eugenia e sim a genética. “O novo “eugenismo” objetiva a predominância do mercado, subsidiando os serviços genéticos e biomédicos de alta tecnologia e se desenvolveram de forma cada vez mais sofisticadas nos últimos 30 anos, em consonância com a ideologia do mercado” (GÓES, 2017, p.102).

Assim a ideologia conservadora do século passado, de manutenção dos ideários de propagação dos “bem-nascidos” e do processo de embranquecimento / branqueamento adquire, em sua aparência, um novo patamar / estágio, que na verdade se dá nas estratégias de criminalização da questão social, na guerra às drogas, no encarceramento em massa, no genocídio da juventude negra.

### **3.2 Criminalização da questão social**

Antes de mais nada, cabe aqui observar que a análise sobre a questão social vem do debate através da reflexão marxista e marxiana da realidade que implica em compreender como resultante das contradições entre o capital e o trabalho (IAMAMOTO, 2011) como fruto das relações contraditórias. Sua gênese está ligada ao movimento das relações e tensões produzidas pelo modo de produção capitalista e o processo de tensões e reivindicações da classe trabalhadora.

Conforme Netto (2006), existem cinco caminhos ou apontamentos para a compreensão da questão social. Em primeiro lugar, a instauração da sociedade de classes e as profundas contradições apresentadas entre eles o pauperismo resultado de uma pobreza maciça e desenfreada nas relações sociais, pois com o avanço do modo de produção capitalista que sobrevive da acumulação da riqueza potencializa-se também a pobreza.

Mas como um efeito do modo de produção capitalista, o termo questão social vinha como forma de definir a situação de pauperismo, decorrente da industrialização na Europa Ocidental. A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante. Trata-se do fenômeno pauperismo (NETTO, 2016, p.153).

Ainda, seguindo as análises apresentadas por Netto (2016), a história da humanidade registrou profundas mudanças sobre a temática da questão social no século XIX e de lógica burguesa conservadora, com o caráter e urgência entre o vocabulário de manutenção da ordem vigente sobre a naturalização dos “bem-nascidos” na lógica e na perspectiva das relações sociais, frisando o tratamento da questão social sobre a lógica de amenização e redução sobre política e ações limitadas ou sobre uma perspectiva divina.

Sendo assim a moralização da questão social era a ferramenta utilizada para o controle social e da classe trabalhadora, através de programa um programa de manutenção da propriedade privada.

Porem a partir de 1848, com a crítica marxista a cerca da realidade a compreensão a cerca da questão social, vai subsidiar o debate apresentando as contradições latentes do modo de produção revelando a questão social como um traço único e exclusivo da relação capital e trabalho e as relações capitalista.

A partir da consolidação do Estado de Bem-Estar Social, após a II Guerra Mundial, a compreensão a cerca do tema remete-se ao passado, o que potencializa uma aparente ideia de nova expressão da questão social, na verdade trata-se da mesma questão social que se modificou ao longo da história social politica e econômicas foram suas expressões impactando na dimensão social da vida social e coletiva da classe trabalhadora.

“A tese aqui sustentada- e evidentemente oferecida, como hipótese de trabalho- é a de que inexistente qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é para além da permanência de manifestações “tradicionais” da questão social que é insuprimível sem supressão do capital.

Iamamoto (2011), ao analisar de forma aprofundada a questão social na cena contemporânea apresenta, primeiramente, os impactos do regime neoliberal sobre a lógica da reestruturação produtiva, sobre as novas formas do regime de acumulação capitalista globalizado e flexibilizado que tem traços na economia politica a partir do Consenso de Washington 1989<sup>24</sup>, uma estratégia de acumulação flexível.

Cabe acrescentar os estudos de contemporâneos, a respeito do capitalismo globalizado e flexibilizado na esfera mundial e seus impactos nos países de capitalismo tardio, em um movimento de flexibilização dos direitos resultantes das lutas sociais e políticas conquistadas pela classe trabalhadora, reduzindo a ação do Estado como regulador dos interesses da burguesia nacional e mundial.

---

<sup>24</sup> Trata-se de um encontro realizado na capital dos Estados Unidos, em 1989. “Convocados pelo *Institute for International Economics*, reuniram-se, naquela ocasião, diversos economistas latino-americanos liberais, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. Com o tema *Latin American Adjustment: How Much has Happened?*, o encontro buscava avaliar as reformas econômicas na América Latina, e recebeu este nome de John Williamson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro. As conclusões do Consenso de Washington formam um conjunto de medidas, compostas de dez regras básicas [...] pautavam-se nas ideias de abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico”. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/consenso-de-washington-objetivos-regras-e-o-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Nesse sentido, as expressões da questão social sofrem metamorfoses, evidenciando a fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais.

Situação essa reproduzida no processo de banalização da vida humana, no qual a violência é escondida pelo fetiche do capital e do dinheiro na relação sociais, pois o capital ao impregnar formas e estratégias em todos os espaços, e esferas da vida social e política. E a violência que tem no aparato do estado o poder repressivo de sua força física expresso pelas polícias e a militarização da vida ao capturar por meio das finanças e apoio de grandes empresas de segurança privada se coloca ao serviço do mercado, da propriedade privada e do poder daqueles que mantêm o controle social, político e financeiro do país a burguesia.

Os principais alvos são diretamente a população negra, pobre e periférica, ou seja, a classe trabalhadora, crianças, adolescentes, mulheres, idosos, e principalmente a juventude nos últimos tempos.

Assim crescem a exploração e a desigualdade social, bem como, sua inversão ao longo de um período de lutas resistências e insatisfações sociais e históricas, que colocam em movimento e fazem oxigênio e esperança a partir das mobilizações históricas da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo Concomitantemente, constata-se um capitalismo sobre na perspectiva da lógica mundial de terceirização e subproletarização do trabalho, da política e da vida social,.

Compreendendo as multifacetadas expressões da questão social, nessa lógica da acumulação flexível do modo de produção capitalista, neoliberal em um efeito mundializado coercitivo, sinistro, perverso adoecedor, expresso na cultura da violência, no genocídio da juventude negra, nos conflitos do modo de produção capitalista, territoriais e sociopolíticos.

A mundialização do capital também reproduz, de forma ampliada, a questão social no espaço mundial das desigualdades e disparidades econômicas, políticas, religiosas, etnicorraciais, de gênero, entre outras múltiplas dimensões. Espraia-se as desigualdades de toda ordem de conflitos delas decorrentes aos recantos do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas, segundo as características nacionais (IAMAMOTO, 2011, p.147).

Nesse sentido, há manutenção constante do exército industrial e reserva expresso pelo alto índice de desemprego estrutural, trabalho em condições análogas à escravidão,

fluxos migratórios, relações fronteiriças e casos de refúgio e proteção consular; a exemplo disso, são os trabalhadores haitianos, bolivianos, nigerianos, congoleses no interior do Brasil reféns de condições sub-humanas de vida<sup>25</sup>. Assim percebe-se que as manifestações das expressões da questão social impacta de forma mundializada a vida de todos os cidadãos, do mundo afora e do Brasil, em especial a juventude.

É impossível compreender a criminalização da questão social distinta e isolada do pensamento conservador ou, mais que isso, neoconservador, como ideologia presente e atuante na sociedade brasileira.

Cabe observar os estudos de Nisbet (1987), sobre o conservadorismo como um pensamento ideológico que surge do Iluminismo no início das sociedades modernas em especial nas revoluções burguesas do século XVII entre elas a revolução Francesa e a Revolução Norte americana.

Uma outra revolução dessa época despertou os conservadores e também os românticos da Europa. Refiro-me à revolução industrial e à sua exportação para a Europa, ao mundo da máquina a vapor, das máquinas de fiar e, em rápida sequência, de um exército de monstros mecânicos emitindo sinfonias diabólicas de sons – e também de visões e de odores – nunca até então conhecida nos prados e colinas de Inglaterra. Há indícios que sugerem que, ao princípio pelo menos, o público aderiu prontamente ao espectáculo destes novos engenhos trabalhando sem quererem saber do ritmo dos dias e das noites, das estações, do tempo húmido ou seco, do calor ou do frio. Talvez que eles sugerissem finalmente a libertação do homem da sua longa sujeição ao trabalho bruto. Se assim foi, surgiram mais tarde muitas e às vezes duras experiências: nas fábricas sempre em crescimento de Inglaterra, a ensombraram essas primeiras ilusões (NISBET, 1987, p.30).

O conservadorismo defende a manutenção de valores de uma sociabilidade burguesa, porém centrados no passado, cujas bases estão alicerçadas na valorização de formas de vida e de defesa de instituições, como a religião, a família, a hierarquia, a propriedade privada e o Estado.

Nesse sentido, visando apresentar esse pensamento manifestado no tempo presente pode-se aqui refletir sua nova face, mas do que isso uma ideologia presente manifestada pelo apelo a ordem, a guerra as drogas, mas que isso no tratamento da questão social a base de repressão e preconceito.

---

<sup>25</sup> Não faz parte do escopo deste trabalho, aprofundar aspectos referentes aos fluxos migratórios, muito embora essa temática mereça uma análise cuidadosa.

Sua difusão é facilitada pela reificação, que, no capitalismo tardio, invade todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações, e pelo irracionalismo, que dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social, exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo (Lukács, 1972; Barroco, 2013b) BARROCO, 2015, p. 624).

Afirma-se, aqui, o conservadorismo como algo presente nas relações sociais que agrega a moral conservadora, como instrumento do apelo social de forma transformada reificada, ou seja, o neoconservadorismo, que neste tempo presente se blinda negando a história em especial às revolucionárias, com o apelo ao presente de forma similar e se apresenta como progressista reafirmando a tradição o apelo à ordem a retomada da ditadura militar, a divisão social e sexual do trabalho.

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, 2015, p. 625).

Nesse sentido, os vários discursos neoconservadores e racistas se expressam na vida, no cotidiano de jovens negros e negras; um exemplo marcante é o adolescente amarrado no poste com corrente de bicicleta após espancamento<sup>26</sup>.

### **Imagem 2. Adolescente espancado**



Foto: Yvonne Bezerra de Mello

<sup>26</sup> Fonte: Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2014/02/04/adolescente-e-espancado-e-presos-a-um-poste-no-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

A criminalização da pobreza e da questão social se expressa no cotidiano na vida da classe trabalhadora, em especial, das famílias atendidas pelas políticas sociais e pelos programas de transferência de renda, ou seja, a moralização da questão social. Uma reprodução de individualizada das expressões de preconceito outro elemento é a culpabilização da juventude sobre o uso de substâncias de drogas em especial no encarceramento e internação desta população no sistema sócio educativo.

A militarização da vida cotidiana, seja na ocupação de favelas, na desocupação de áreas de moradia no campo e na cidade, no extermínio de indivíduos e grupos sociais, na defesa ideológica do armamento e do aprisionamento em massa, atende a interesses econômicos e políticos das elites nacionais e internacionais. Além de visar o controle social, participa do processo de acumulação capitalista, favorecendo interesses de latifundiários, de indústrias de armamento e de segurança, de investimentos imobiliários, eliminando a população sobrando para o capital, disciplinando a força de trabalho para o mercado informal e aplacando a ira insana das forças neoconservadoras e reacionárias. Essas forças estão atualmente representadas no Congresso Nacional por 251 deputados conservadores e reacionários entre agentes de repressão, ruralistas e fundamentalistas. Não é casual a recente inserção de um ex-integrante da Rota na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo. No contexto atual, a moralização das expressões da questão social típica do (neo) conservadorismo, não é dirigida prioritariamente ao ajustamento dos indivíduos, mas à sua punição. Juízes, jornalistas, intelectuais, comentadores midiáticos definem o que é delito, dando lições de moral e indicando soluções punitivas (BARROCO, 2015, p. 629).

Ao denunciar os crimes de maio de 2006, em sua pesquisa, Francilene Gomes Fernandes aborda a criminalização da pobreza e da questão social, em especial, da juventude, destacando a violência como um componente estratégico do Estado capitalista.

Todas essas determinações são imprescindíveis para poder compreender mais um aspecto muito presente na vida desses jovens – cujas condições sociais de vida e inserção em processos violentos são as mesmas nas quais vivem os sujeitos de nossa pesquisa. Seu protagonismo face ao Estado se dá como vítimas da ação da polícia, seu braço forte, que os executa sumária e barbaramente todos os dias. Assim, são nesses contextos permeados por relações violentas, autoritárias e tirânicas como solos férteis para que cotidianamente sejam dizimadas a vida de pessoas – em sua maioria homens jovens, negros, pobres e moradores de periferias – que ocorreram os *Crimes de Maio de 2006* em São Paulo, marcando uma das maiores, senão a maior violação dos direitos humanos em pleno Estado Democrático de Direito. Com vistas a resgatar o histórico desse mês sangrento faz-se

necessário compreender o papel dos agentes de “segurança” pública promotores da violência: a polícia (FERNANDES, 2006, p. 50).

Assim é impossível pensar a criminalização da juventude sem compreender as drogas e sua criminalização.

### **3.3 Juventude e relação com as drogas**

A questão do uso de drogas entre os jovens e sua criminalização materializa-se, de forma dramática, no cotidiano das cidades; neste trabalho, a cidade de São Paulo. Sabe-se que o consumo e o tráfico de drogas acompanham, de modo particular os adolescentes institucionalizados, os jovens encarcerados e a juventude em risco, e em grande parte morta nas periferias.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) as substâncias psicoativas não produzidas pelo organismo vivo que têm como propriedades atuar em um ou mais dos seus sistema. Elas estão classificadas em drogas lícitas e ilícitas que provocam alterações no sistema nervoso central, desde a sensação de leveza até a disposição total, estimulando, deprimindo e/ou perturbando suas funções; as propriedades dessas drogas podem causar dependência (BRITES, 2016).

A partir dessa reflexão, compreende-se que o consumo de drogas não é algo distante, mas, sim, muito presente que perpassa nossa história, coletiva, social e individual, “[...] as substancias adquirem funções e significados no interior das relações sociais em seus muitos aspectos: político, religioso científico e estético” (LEAL, 2018, p.35); portanto, a droga se materializa na vida social de adolescentes e jovens, em especial, da juventude negra.

Falar dessa juventude preta pobre e periférica é reafirmar uma população e 51% de acordo com IBGE 2010, mas podemos restringir a juventude negra e periférica distante das expressões concretas da questão social, pois de um lado o lastro conservador solicita desta juventude responsabilidades do outro o acesso ao trabalho se torna ineficiente na sociedade de contradições, pois uma parte não acessa com a mesma densidade o mundo do trabalho e tão pouco as políticas sociais.

Assim como na organização do modo de produção capitalista, no período da escravidão, a utilização da mão de obra negra era fundamental para a organização da vida social e a produção de riqueza, e nem de longe essa população acessa, natalidade a



inserção de crianças e adolescentes e jovens negros (as) no tráfico de drogas ilícitas (produção armazenamento) e as diversas atividades paralelas que ocorrem porque tais ações têm como locus privilegiado as grandes periferias onde a concentração da população negra é muito alta (EURICO, 2018, p.56).

Não se está aqui, querendo dizer que a questão da droga não afete outros grupos juvenis, mas, o uso de substância psicoativa de jovens reflete a ausência do Estado na garantia de políticas de direitos. Entretanto, há uma espécie de autorização, de consentimento dos governantes na realização de bailes funks, pois nesses espaços, há diversão, mas também consumo de drogas. Produzidos como estratégia da omissão do Estado nas periferias da cidade.

Por outro lado, no caso da juventude periférica existem outros fatores, sendo um deles a condição de classe, que por si só já revela o uso da força física do Estado, quanto mais por ser negro, aumentam-se as chances de maior violência.

A combinação entre ser jovem, negro (a), de baixa renda e morar na periferia favorece certo tipo de sociabilidade que comporta a produção da cultura popular, expressa na música, na dança, nos bailes funks, nos saraus, nas batalhas de poesias entre outros. Contraditoriamente, o espaço da periferia também vulnerabiliza esse segmento populacional em relação ao uso de drogas e “justifica” a violência policial para manutenção da ordem, por se tratar de prática altamente “criminalizada” pela sociedade em geral (EURICO, 2018, p.57, grifos da autora).

Dessa forma, o uso de substâncias psicoativas está ligado à questão da sociabilidade, não podendo ser visto pelo viés conservador da política proibicionista, mas como algo que chega de várias formas às periferias das cidades; então, o consumo ou o uso de drogas estão ligados antes de mais nada determinações objetivas e subjetivas, na inserção de classe e suas determinações.

Vale reafirmar que a maioria dos jovens desempregados faz parte da juventude negra, a qual sofre os impactos da violência, do uso abusivo ou recreativo de drogas, bem como, de outras formas de repressão em seu cotidiano, que vão desde a abordagem policial até os homicídios.

Outro elemento a ser citado, de difícil quantificação, é a parcela de jovens que trabalham no tráfico de drogas para garantir sobrevivência pessoal e de suas famílias, no tempo presente, pois o futuro não se tem previsão. Esse contingente de jovens estão à

disposição do capital e são absorvidos pelo mundo do tráfico por determinações concretas e reais.

Esses jovens trabalham no comércio ilícito do varejo de drogas. São eles que travam um contato fugaz, apreensivo e vigiado com os interessados recebendo em essência, o dinheiro necessário para a compra da mercadoria que logo será repassado aos seus superiores gerais. Fazem parte de uma população que se constitui como um exército de reserva de mão e obra, à disposição do mercado oficial, e por vezes, não oficial. Desempregados, e são a serviço das necessidades da expansão do capital, tanto lícita quanto ilícita. Desta forma são obrigados a desenvolver estratégias de sobrevivência, ou são impulsionados a transpor a margem tênue das contradições da sociedade capitalista (FEFFERMANN, 2008, p.4).

Cabe observar que, no tráfico, o trabalho é majoritariamente feito por jovens do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos até antes, possuídos de força e determinação, mas também de poder. Na perspectiva de gênero, é bom destacar que, às adolescentes e jovens, fica o trabalho violento de transportar a droga, chamadas de “mulas”, porque se utilizam do próprio corpo como meio de transporte, uma violência fora do comum.

De toda a forma, os jovens e as jovens que trabalham no tráfico de drogas possuem condições mínimas de trabalho e estão sempre à mercê, em especial, dos ditos empregadores.

Como nas empresas que não garantem condições mínimas de trabalho e sugam do empregado qualquer benefício, direitos obtidos por meio de várias lutas sindicais, o tráfico promete benefícios e garantias aos seus empregados, mas, em troca, os aprisiona em uma dívida interminável. Os mecanismos discursivos são os mesmos, mas no tráfico a consequência é que o jovem se emaranha cada vez mais no crime. Os patrões expõem de forma crescente seus trabalhadores, se houver algumas falhas no trabalho, o patrão mata ou manda matar. Não há diferença substantiva, a única diferença é que o jovem é demitido da vida (FEFFERMANN, 2008, p. 8).

Por outro lado, a criminalização da juventude por seu envolvimento se dá em ações realizadas pela polícia especialmente nas regiões periféricas, pois ao mesmo tempo em que o tráfico oprime tanto a polícia, como a juventude, que se torna peça de peão na mão dessas duas forças em um jogo, transformando a vida desses jovens em moeda de troca rentável.

Seguindo o debate proposto por FEFFERMANN (2008), é preciso desconstruir os preconceitos em torno dessa juventude que vende sua força de trabalho, como

trabalhadores da “FIRMA”. Esses jovens estão expostos à dependência do tráfico, alguns por questões financeiras objetivas, outros que conseguem quitar as dívidas saem tranquilamente; entretanto, uma parcela deles encontra ali o amparo negado pelo Estado, notadamente, pela ausência de políticas sociais.

O jovem não está no tráfico porque ele se sente contido, ele se sente respeitado dentro de uma sociedade, mas que isso ele sente.

Os jovens vendem a sua força de trabalho e isso envolve assumir o risco do combate, do enfrentamento com a polícia e dos concorrentes. Sugere-se que os jovens vendedores e trabalhadores da indústria do tráfico têm obrigações e seguem regras de trabalho. O contrato verbal existente nas relações de trabalho. A punição para o desrespeito de uma regra pode ser a morte. Vivem a ilegalidade, o sigilo e a necessidade de estar em constante Estado de alerta – o uso das armas faz parte desse processo. Nessas condições, passa a pertencer a um grupo, a adquirir objetos de consumo, o que seria quase impossível por outros meios e, também, por causa disso são reconhecidos e respeitados. Essas atitudes são reforçadas pela sua faixa etária que, em conjunto, com os riscos e a transgressão, torna esses jovens a parte mais vulnerável desta engrenagem (FEFFERMANN, 2008, p. 9).

Luciana Phebo (2005, p. 9) apresenta a discussão sobre a questão da violência armada, não como um fato inevitável nesse tempo moderno capitalista. Afirmando como passíveis de prevenção, porém devido à passividade de serem vistos como fatos da vida, e pelo fato da sociedade civil ainda não ter respondido adequadamente esta questão dos acidentes e violência mesmo com o grande índice de mortes da juventude no país.

De acordo com Relatório de Desenvolvimento Humano (2005, p. 85), o desenvolvimento humano inclui os aspectos sociais, políticos, econômicos, o direito à segurança e à vida, independente de raça/cor, etnia, fenótipo, gênero, nacionalidade. É essencial a igualdade de direitos para garantir uma adequada expansão das capacidades dos indivíduos.

A violência não afeta a todos em igual intensidade; as taxas de homicídios, por exemplo, são mais altas nos bairros em que os serviços urbanos são mais deficientes e a renda média é menor, o principal alvo desta violação, portanto, é a população negra.

No Brasil, os movimentos de lei e ordem têm inspirado a adoção de programas de combate à violência. Seus resultados mais evidentes são: a proliferação de legislações de exceção – a exemplo das leis de Crimes Hediondos, Prisão Temporária e do Crime Organizado, que têm como objetivos principais aumentar o rigor através do

endurecimento de penas e regimes de execução penal –; a retirada de direitos e garantias fundamentais daqueles que cometem determinados delitos; proliferação e fortalecimento de discursos discriminatórios com consequente aumento da tolerância a práticas policiais e judiciais violadoras de direitos fundamentais; e a exigência de movimentos pela pena de morte, prisão perpetua e redução da maioridade penal. (ONU 2005, p. 86).

A segurança pública, de acordo com Luiz Eduardo Soares (2006, p. 99), passa por um período de reformas. A polícia brasileira, de modo geral, é ineficiente nas ações preventivas, repressivas, na investigação e na aquisição de confiança da população, pelo fato de não declarar à sociedade civil, de maneira segura, seus relatórios de controle e monitoramento, e, pela ausência de avaliação da própria atuação e pelos problemas vinculados à corrupção e à brutalidade. Vale ressaltar que os agentes públicos são trabalhadores concursados com salários defasados, que vendem sua força de trabalho para garantir a segurança pública do país, que se encontra em constante processo de reformas políticas e esta ineficiência é consequência do modelo de Estado mínimo, que por sua vez se ausenta da garantia de direitos fundamentais e terceiriza responsabilidades essenciais.

### **3.4 Genocídio da juventude negra**

A palavra genocídio foi criada pelo polonês Raphael Lemkin, expressando os crimes de ódio dos grupos fascistas na II Guerra Mundial, termo que passa a ser utilizado depois da convenção sobre “A prevenção e a Repressão do crime de Genocídio”, aprovada, em 1948, mas decretada, em 1951, “[...] entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso” (ONU, 1951).

Sabe-se que muitos movimentos em várias partes do mundo impulsionaram as lutas de combate ao genocídio, porém em uma sociabilidade burguesa, não ficou pactuado os assassinatos de Ruanda de 1994 e nem tampouco os conflitos produzidos pelo imperialismo no continente africano, visando à aniquilação da cultura dos povos e inculcação da cultura a imposição da branquitude em todos continentes.

Cabe aqui observar que somente, em 1998, foi julgado pela Corte Criminal Internacional para a Ruanda<sup>27</sup> o caso de Jean Paul Akayesu por torturas realizadas.

---

<sup>27</sup> “Na época em que os Julgamentos de Nuremberg foram realizados, o conceito de “genocídio” não existia legalmente. Mais de 50 anos após, no dia 2 de setembro de 1998, a Corte Criminal Internacional

temos Hoje o Boku Haram, organização [fundamentalista islâmica](#), que se utiliza de métodos [terroristas](#), tem amedrontado as populações nigerianas e por todo o continente chegando a sequestrar 200 duzentas adolescentes, no ano de 2014.

E ainda assim reafirmamos o genocídio com os elementos apresentados como um atentado grave de membros do mesmo grupo; assassinato de membros submissão deliberada do grupo nacional e étnico racial, submissão deliberada de condições de existência.

Sabe-se que no interior da formação social brasileira, o debate do genocídio da população negra foi apresentado por Nascimento (2014) ofereceu sustentação que referendou, à noção de genocídio como um conjunto de ações que visam aniquilar a população negra em todos os seus aspectos físicos, sociais e até biológicos, por meio da junção das raças e do mito de democracia racial. Na atualidade, o genocídio da juventude negra adquire metamorfoses sociais políticas e críticas, que vão desde mortalidade juvenil, o encarceramento em massa, até mesmo, o não acesso da população negra à políticas públicas.

Cabe observar que, de acordo com o relatório População Encarceradas Nacional do Departamento Penitenciário Nacional, de 2016 o Brasil possuía 700 mil pessoas, tendo o Estado de São Paulo 33% dos índices ou 240,61 (mil) pessoas privadas de liberdade; destas 45% têm idade de 18 a 29 anos de idade, as demais são jovens, a maioria, 64%, negros.

Em outras palavras, afirmamos aqui que o genocídio da juventude negra não só como a materialização das mortes dos jovens nas periferias que apresentaremos a seguir, mas se constitui também na própria ação do Estado que inicia-se com o movimento eugênico e a teorias de aniquilação do passado e se manifesta nas relações sociais, por meio a ação e omissão do Estado.

Quando o Estado não garante educação pública de qualidade, laica, presencial e para os jovens negros, quando não garante efetividade na Lei 10.639/2003 (que prevê o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira nas escolas); quando não garante o acesso e permanência de jovens pretos nos níveis de graduação e pós-graduação pode-se

---

para a Ruanda – um tribunal especialmente criado pelas Nações Unidas para julgar crimes de guerra e crimes contra a humanidade naquele país – proferiu uma sentença de condenação por crime de genocídio, a primeira em toda a história humana. Aquele tribunal internacional condenou, após cuidadoso julgamento, um homem de nome Jean-Paul Akayesu por considerá-lo culpado de genocídio e crimes contra a humanidade, pois o mesmo havia participado e supervisionado tais episódios sangrentos enquanto era prefeito da cidade ruandense de Taba”. Disponível em:

<<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/rwanda-the-first-conviction-for-genocide>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

afirmar que está em curso um projeto de genocídio, que o Estado está matando pela falta de ações efetivas de prevenção, que evitariam o encarceramento, o abandono e a segregação periférica.

As políticas de exclusão pós-abolição, articuladas á segregação racial e urbana da população negra, construíram as bases da condição do extermínio da juventude negra. É um processo que nos fundou, vista que a periferia, atualmente sob a égide da necropolítica, configura-se como o território de produção e reprodução da morte, marcado pela ascensão do neoliberalismo e enfraquecimento das políticas sociais públicas. A produção da morte “fazer morrer e deixar de viver” se dá pelas condições precárias de vida da população negra nas periferias e a produção desencadeada pelas políticas de exclusão pós abolição, a segregação urbana e social atualmente insensificadas pelas políticas neoliberais que precarizam as políticas publicas (ADÃO, 2017, p.57).

Nesse sentido, estamos reconhecendo o genocídio da juventude negra para além das mortes, mas incluindo as mortes como um dos fatores centrais para essa discussão.

No final da ditadura no Brasil, registram-se casos recorrentes de assassinatos de jovens negros e de chacinas. Em 1983, é morto no centro de São Paulo, o adolescente Joilson de Jesus, além de ter sido morto pela polícia, aos 19 anos, o menino Fernando Ramos da Silva, que atuou no filme “Pixote, a lei do mais fraco”. Em 2 de outubro de 1992, a tropa de choque da Polícia Militar de São Paulo foi chamada para conter uma briga de presos no Pavilhão 9 do Complexo Presidiário do Carandiru e assassinou 111 detentos, no que foi chamado pela imprensa de o “Massacre do Carandiru”. Na madrugada de 23 de julho de 1993, oito das 40 crianças e adolescentes, que dormiam na Praça da Candelária no Rio de Janeiro, foram baleadas e mortas por policiais, conhecida como a Chacina da Candelária. Em 17 de abril de 1996, aconteceu no Pará o massacre de Eldorado dos Carajás, em que 19 integrantes do MST foram mortos pela Polícia Militar do Pará.

A materialização do genocídio se expressa em mortes e desaparecimentos forçados de tantos “Amarildos<sup>28</sup>” e “Marielles<sup>29</sup>”, no Brasil, reproduzindo as chacinas

---

<sup>28</sup> Amarildo foi um trabalhador, morto na operação da implantação das UPPS, no Rio de Janeiro, em 14 de julho de 2013, desaparecido de forma forçada pelos agentes do Estado. Assim como as execuções sumárias e os crimes de maio de 2006.

<sup>29</sup> Marielle foi vereadora do PSOL, assassinada após a realização de denúncia das operações das UPPS no Rio de Janeiro e da violação dos direitos humanos, bem como, o genocídio de jovens negros na periferias do Rio de Janeiro.

cotidianas nas periferias em nome da paz, ou seja, os novos crimes de maio<sup>30</sup>, que no seu sentido mais objetivo atingem diretamente os jovens negros nas periferias.

A teoria dos “bem-nascidos” se tornara tornou-se uma estratégia de Estado, no Brasil, por meio de ações e manifestações de rearticulação de ideias para sustentação de um projeto internacional em um país que do regime do colonialismo, escravismo para o imperialismo capitalista.

Uma vez, que a população brasileira constitui-se de povos negro africanos e de seus descendentes e a elite Brasileira de colonizador resguarda-se para a manutenção dos privilégios da colônia na sociedade classes.

---

<sup>30</sup> “Em 12 de maio de 2006, o Primeiro Comando da Capital (PCC) deflagrou diversas rebeliões em presídios de todo Estado de São Paulo, com a participação de centenas de presos, que fizeram mais de uma centena de reféns. Enquanto rebeliões ocorriam no sistema carcerário, postos, viaturas, delegacias de polícia, cadeias, presídios e prédios públicos foram alvos de ataques armados nos quais policiais e agentes penitenciários eram os alvos prioritários. [...] A polícia então promoveu uma “onda de resposta” a esses ataques. Este “revide”, perpetrado por agentes estatais e grupos de extermínio, foi marcado pela violência exacerbada, execuções sumárias, chacinas, centenas de homicídios e diversos desaparecimentos”. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/relatorios/relatorio-c.e-crimes-de-maio>. Acesso em: 31 jan. 2019.

## **Capítulo IV – Mortalidade Negra na Cidade de São Paulo.**

No capítulo anterior, descrevemos sobre o genocídio como uma continuidade do projeto de eliminação do negro da sociedade, neste capítulo, apresentaremos o as mortes e os dados como expressão da realidade e para contribuir com aproximação com o tema proposto

Elegemos a Cidade de São Paulo como apresentaremos as informações pertinentes de uma metrópole, entendo e compreendendo sua história.

Mas nesta pesquisa elegemos os homicídios e apresentaremos análises e tabelas por meio, dos dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Os dados quantitativos tiveram como fonte os institutos oficiais de pesquisa como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), Secretaria de Segurança Pública, Atlas da Violência Juvenil<sup>31</sup>, entre outros e estará dividido em índices nacionais gerais da população negra, homicídios e causas violentas, o índices paulistas de vulnerabilidade para elucidarem o processo construído ao longo desta pesquisa.

### **4.1 População Negra no Brasil e Expressões de Mortalidade.**

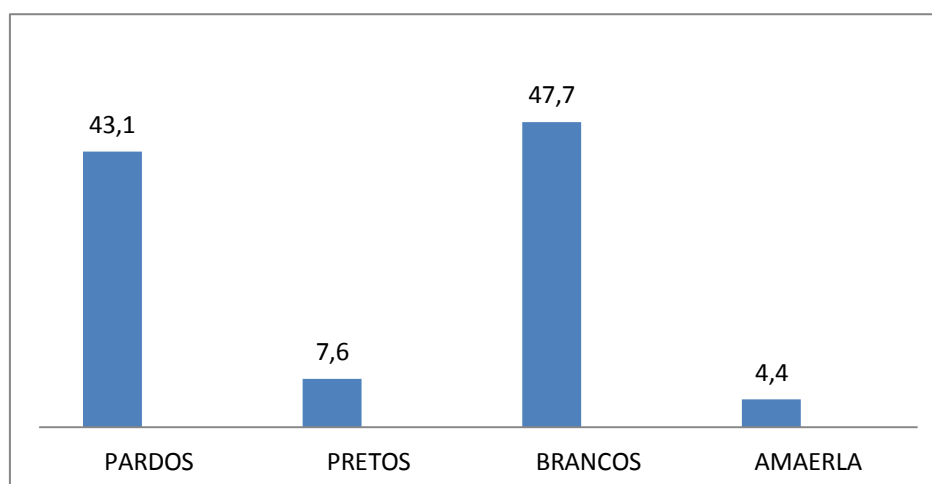
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, CENSO 2010, a população Nacional possui 190.755.799 milhões de habitantes, deste índice populacional 51% composta com a população negra Brasileira composta como somatória de pretos 7,6 e pardos 43,1 % conforme gráfico abaixo.

---

<sup>31</sup> [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf).



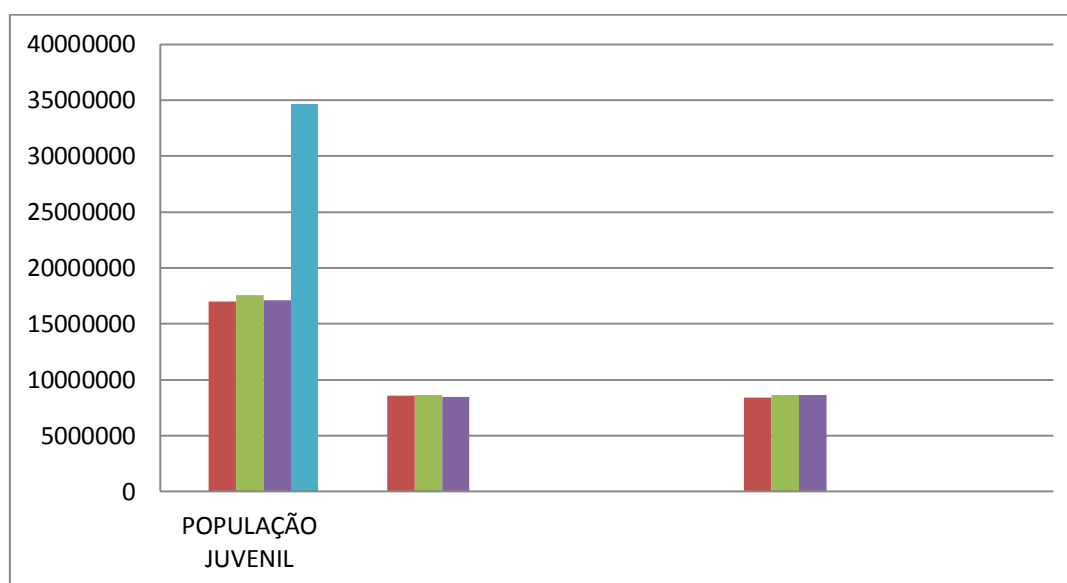
**Gráfico 03- Distribuição de População Negra no Brasil**



Fonte : CENSO IBGE 2010.

E juventude fase fundamental da vida esta composta por 346.496.06 pessoas com idade entre 15 á 29 anos de idade de acordo com a tabela abaixo:

**Gráfico 4- Distribuição População juvenil segundo Censo IBGE 2010**



Referente a emprego e desemprego de acordo com os indicadores IBGE no ano de 2015 tivemos 11 748 (milhões) de trabalhadores com carteira assinada, porem 57,0 % homens e 43,0 de mulheres ocorrendo uma disparidade de gênero fora do comum. Porem 1 978(milhã) de pessoas em situação de desemprego em 2015. Cabe observar que a população jovem com 15-29 anos compõe 79,5 % a população com idade de 15 á 29 anos de acordo com IBGE.

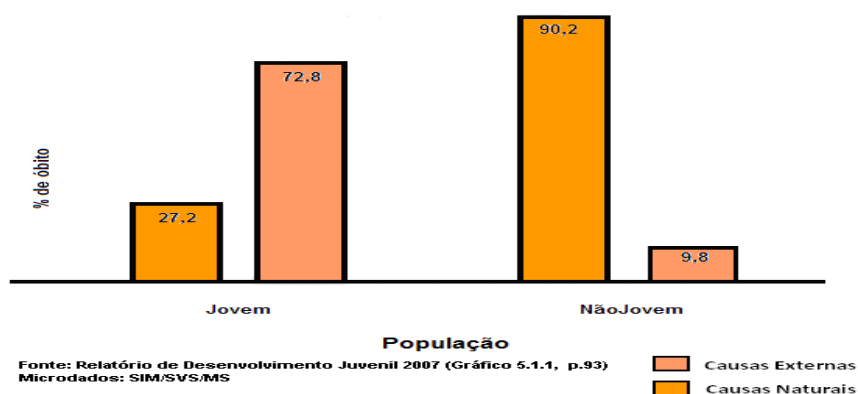
Quando tratamos destes dados os índices separados por cor a população em situação de desemprego e ocupação é composta majoritariamente por homens pretos e pardos com (51,4%), e as mulheres pretas pardas em sua maioria de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o que nos revela a dimensão do racismo e os fatores de desigualdades por ele produzidos.

### **Mortalidade da juventude**

De acordo com o Waiselfisz, no Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2007, estudos históricos realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro mostram que as causas de morte, entre os jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos, que eram as epidemias e doenças infecciosas há cinco ou seis décadas, foram progressivamente substituídas pelas “causas externas” de mortalidade, fundamentalmente os homicídios e os acidentes de trânsito.

Segundo o universo de óbitos registrado pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o grupo jovem que compreende (aqueles que se encontram na faixa etária entre 15 e 24 anos), comparado ao grupo (de 0 a 14 anos e de 25 anos de idade para cima) é possível notar a diferença entre os grupos, no que se refere às mortes por causas internas (doenças) e causas externas (acidentes, homicídios, suicídios, etc.). O grupo jovem é atingido severamente com as causas externas, que são responsáveis por 72,8% da mortalidade, já no grupo não jovem a mortalidade por causas externas corresponde a apenas 9,8% do total. Como revela o gráfico 02

**Gráfico 2. Porcentagem das causas externas e naturais de mortalidade (em %) da população jovem e da não jovem no Brasil**



A tabela nº 3 apresenta detalhadamente os dados de mortalidade juvenil, por unidade federada e permite traçar um comparativo com anos anteriores, em especial 90.2 % de mortes por causas naturais e 72.8 de mortes por causas externas.

**Tabela 3 – Estrutura da mortalidade juvenil (número, taxas e % de óbitos) segundo regiões brasileiras causas (internas e externas). Brasil – 2001/2005.**

UF/ REGIÃO	Número de Óbitos			Taxas de Óbito			% de óbitos		
	Inter.	Exter.	Total	Inter.	Exter.	Total	Inter	Exter.	Total
Acre	74	87	161	49,9	58,6	108,5	46	54	100
Amazonas	265	452	717	36,9	62,9	99,8	37	63	100
Amapá	40	149	189	30	11,9	141,9	21,2	78,8	100
Para	754	1142	1.896	49,4	74,8	124,3	39,8	60,2	100
Rondônia	78	305	383	23,8	93,1	117	20,4	79,6	100
Roraima	37	66	103	43,8	78,1	122	35,9	64,1	100
Tocantins	122	186	308	43,1	165,6	108,7	39,6	60,4	100
<b>NORTE</b>	<b>1.370</b>	<b>2.387</b>	<b>3.757</b>	<b>42,5</b>	<b>74,1</b>	<b>116,6</b>	<b>36,5</b>	<b>63,5</b>	<b>100</b>
Alagoas	200	675	895	34	104,2	138,2	24,6	75,4	100
Bahia	1008	2018	3.026	32,9	65,8	98,6	33,3	66,7	100
Ceara	622	1304	1.926	37,9	79,5	117,4	32,3	67,7	100
Maranhão	610	669	1.279	44,9	49,3	94,2	47,7	52,3	100
Paraíba	268	517	785	36	69,5	105,5	34,1	65,9	100
Pernambuco	673	2392	3.065	38,4	136,3	174,7	22	78	100
Piauí	349	407	756	53,1	61,9	115	46,2	53,8	100
Rio Grande do Norte	187	425	612	30,4	69	99,4	30,6	69,4	100
Sergipe	177	301	478	42,1	71,5	113,6	37	63	100
<b>NORDESTE</b>	<b>4.114</b>	<b>8.708</b>	<b>12.822</b>	<b>37,7</b>	<b>79,8</b>	<b>117,6</b>	<b>32,1</b>	<b>67,9</b>	<b>100</b>
Espírito Santo	211	927	1.138	30,2	132,6	162,8	18,5	81,5	100
Minas Gerais	1.194	3.020	4.214	31,2	79	110,2	28,3	71,7	100
Rio de Janeiro	1.052	4.186	5.238	37,6	149,5	187,1	20,1	79,9	100
São Paulo	2.132	6.371	8.503	27,2	81,2	108,4	25,1	74,9	100
<b>SUDESTE</b>	<b>4.589</b>	<b>14.504</b>	<b>19.093</b>	<b>30,3</b>	<b>95,6</b>	<b>125,9</b>	<b>24</b>	<b>76</b>	<b>100</b>
Paraná	602	2.242	2.844	30,7	114,5	145,2	21,2	78,8	100
Rio Grande do Sul	572	1.519	2.091	29,4	78,2	107,6	27,4	72,6	100
Santa Catarina	264	972	1.236	23,7	87,3	111	21,4	78,6	100
<b>SUL</b>	<b>1.438</b>	<b>4.733</b>	<b>6.171</b>	<b>28,7</b>	<b>94,4</b>	<b>123</b>	<b>23,3</b>	<b>76,7</b>	<b>100</b>
Distrito Federal	190	505	695	36,4	96,7	133,1	27,3	72,7	100
Goiás	281	1058	1.339	24,4	91,7	116	21	79	100
Mato Grosso do Sul	158	512	670	35,1	113,7	148,8	23,6	76,4	100
<b>Mato Grosso</b>	<b>202</b>	<b>587</b>	<b>789</b>	<b>34,4</b>	<b>100,1</b>	<b>134,5</b>	<b>25,6</b>	<b>74,4</b>	<b>100</b>
<b>CENTRO OESTE</b>	<b>831</b>	<b>2.662</b>	<b>3.493</b>	<b>30,6</b>	<b>98,1</b>	<b>128,8</b>	<b>23,8</b>	<b>76,2</b>	<b>100</b>
<b>Brasil Jovem 2005</b>	<b>12.342</b>	<b>32.994</b>	<b>45.336</b>	<b>33,3</b>	<b>89,1</b>	<b>122,4</b>	<b>27,2</b>	<b>72,8</b>	<b>100</b>
<b>Brasil Não Jovem 2005</b>	<b>866.852</b>	<b>94.639</b>	<b>961.491</b>	<b>589,1</b>	<b>64,3</b>	<b>653,4</b>	<b>90,2</b>	<b>9,8</b>	<b>100</b>
<b>Brasil Jovem 2003</b>	<b>13.206</b>	<b>34.371</b>	<b>47.577</b>	<b>37,2</b>	<b>96,7</b>	<b>133,9</b>	<b>27,8</b>	<b>72,2</b>	<b>100</b>
<b>Brasil Jovem 2001</b>	<b>13.558</b>	<b>32.250</b>	<b>45.808</b>	<b>39,2</b>	<b>93,2</b>	<b>132,3</b>	<b>29,6</b>	<b>70,4</b>	<b>100</b>

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007 (Tabela 5.1.1, p. 94)  
Microdados SIM/SVS/MS.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, o Brasil apresentou um número de óbitos por causas externas entre os anos de 2001 a 2005 de 194.254 mortes.

Destes 99.615 mortes estão relacionadas a juventude e 94.639 os índices de mortes para população não jovem. Em Relação ao numero de mortes a Região sudeste com o numero 14.504 mortes e ainda que tenha o numero inferior de população de negros e pardos a região sul do país possuem numero de 4.733 pessoas mortas, expressando a violência contra a juventude nas relações sociais.

Comparado ao resultado do país no ano de 2005, o Estado de São Paulo representa 6.371 mortes por causas externas, portanto, pode-se afirmar que São Paulo foi o Estado mais violento do país no período.

Observa-se que na região norte a taxa de óbitos entre causas externas e internas é de 141,9 no Amapá já no nordeste o estado de Pernambuco com 174,7 de taxas de e na Região Sudeste com a Maior taxa o Estado do rio de Janeiro.

Essas mortes expressão o juvenicídio, ou seja a morte da juventude por causas externas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2007, esclarece que a atual violência juvenil compreende um leque de atos agressivos, desde a intimidação e a briga até formas mais graves de agressão e os homicídios Conforme Waiselfisz (2007) os homens jovens são, ao mesmo tempo, os principais praticantes e as principais vítimas dos homicídios.

No ano de 2000, ocorreram 199 mil mortes de jovens no Brasil, o que representa uma taxa de 9,2 por 100.000. A América Latina e a África possuem as taxas mais elevadas de homicídio juvenil, a maior parte dos países com taxas de homicídio superiores a 10 em 100.000 são países em desenvolvimento (WASELFIZS, 2007).

Estudos e pesquisas realizados pela Organização Mundial da Saúde - Subsistema de Informações de Mortalidade, confirmam o acima exposto, no Brasil a principal causa de mortalidade entre os jovens são as causas externas, mais especificamente as causas violentas (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios). As vítimas de homicídios são, preponderantemente, jovens na faixa dos 15 aos 24 anos.

No ano de 2005, o Subsistema de Informações de Mortalidade registrou um total de 45.336 óbitos de jovens por todo tipo de causa, que vão de enfermidades até acidentes, afogamentos ou homicídios. Desse total, 27.784, o que representam quase dois terços – 61,3% foram mortes aqui consideradas violentas, ocasionadas por acidentes de transporte, homicídios ou suicídios (Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007, p.96).

Na Tabela 4 podem-se encontrar taxas de mortalidade diferenciadas entre brancos e negros, pois a situação é complexa quando se trata dos homicídios. A vitimização de negros parece ser uma constante em todas as regiões e em todos os Estados, com exceção do Acre e do Paraná. Em alguns casos, como os de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Paraíba, as taxas de vítimas negras são de 80% , índice superior às dos brancos.

**Tabela 4. Taxas de mortalidade juvenil brasileira (causas violentas em 100.000) por raça/cor, segundo região/unidade da federação 2005**

UF/ REGIÃO	Homicídios			Suicídios			Transporte			Total Violentos		
	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %
<b>NORTE</b>	<b>20,9</b>	<b>51,7</b>	<b>-59,6</b>	<b>2,6</b>	<b>5,3</b>	<b>-50,8</b>	<b>17,6</b>	<b>18,5</b>	<b>-4,9</b>	41,0	75,4	-45,6
<b>NORDESTE</b>	<b>13,1</b>	<b>51,1</b>	<b>-74,4</b>	<b>1,6</b>	<b>3,8</b>	<b>-58,1</b>	<b>10,8</b>	<b>17,0</b>	<b>-36,5</b>	25,5	71,9	-64,6
São Paulo	32,2	59,1	-45,4	4,0	4,0	-0,5	27,0	15,2	77,5	<b>63,2</b>	<b>78,3</b>	-19,3
<b>SUDESTE</b>	<b>35,0</b>	<b>81,3</b>	<b>-56,9</b>	<b>3,8</b>	<b>3,4</b>	<b>13,4</b>	<b>26,0</b>	<b>16,7</b>	<b>56,2</b>	64,9	101,3	-35,9
<b>SUL</b>	<b>41,5</b>	<b>55,6</b>	<b>-25,3</b>	<b>8,6</b>	<b>4,0</b>	<b>112,7</b>	<b>39,6</b>	<b>16,8</b>	<b>136,0</b>	89,7	76,4	17,4
<b>CENTRO OESTE</b>	<b>30,4</b>	<b>66,9</b>	<b>-54,7</b>	<b>6,3</b>	<b>6,1</b>	<b>3,9</b>	<b>35,4</b>	<b>27,6</b>	<b>28,3</b>	<b>72,1</b>	100,7	-28,4
<b>Brasil Jovem 2005</b>	<b>31,6</b>	<b>62,8</b>	<b>-49,6</b>	<b>4,6</b>	<b>4,0</b>	<b>14,3</b>	<b>26,6</b>	<b>17,9</b>	<b>48,7</b>	<b>62,9</b>	84,7	-25,8
<b>Brasil Jovem 2003</b>	<b>38,9</b>	<b>68,0</b>	<b>-42,8</b>	<b>4,6</b>	<b>4,2</b>	<b>9,5</b>	<b>24,1</b>	<b>16,4</b>	<b>47,0</b>	<b>67,6</b>	88,6	-23,7

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Juvenil (Tabela 5.2.3, p . 105) Microdados SIM/SVS/MS.

De acordo com Waiselfisz (Mapa da Violência, 2011, p, 56) o índice de homicídios, conforme o quesito raça/cor no Brasil, no ano de 2008, foi de **32.349** homicídios de jovens negros, destes **9.606** na região Sudeste, **4.208** na região norte, **14.187** no nordeste e, especialmente no Estado de São Paulo, ocorreram **2.348** homicídios de jovens negros, conforme tabela 5.

**Tabela 5. Número de homicídios na população total por raça/cor, segundo região/unidade da federação – 2002/2008**

UF/ REGIÃO	Número de Homicídios					
	Branços			Negros		
	2002	2005	2008	2002	2005	2008
Acre	46	25	22	100	79	72
Amazonas	53	61	33	442	506	767
Amapá	16	20	5	157	169	197
Pará	138	170	205	1.027	1.701	2.592
Rondônia	182	144	134	370	388	318
Roraima	21	12	15	91	71	74
Tocantins	39	44	40	136	154	188
<b>NORTE</b>	<b>495</b>	<b>476</b>	<b>454</b>	<b>2.323</b>	<b>3.068</b>	<b>4.208</b>
Alagoas	107	68	51	650	795	1.540
Bahia	137	167	325	1.280	2.300	4.099
Ceará	130	146	191	704	755	1.382
Maranhão	92	117	141	465	740	1.070
Paraíba	49	44	46	432	605	925
Pernambuco	529	436	419	3.576	3.448	3.868
Piauí	40	52	53	239	307	324
Rio Grande do Norte	65	71	101	217	267	562
Sergipe	65	73	78	380	350	417
<b>NORDESTE</b>	<b>1.214</b>	<b>1.174</b>	<b>1.405</b>	<b>7.943</b>	<b>9.567</b>	<b>14.187</b>
Espírito Santo	287	245	261	809	1.008	1.255
Minas Gerais	888	1.109	1.058	1.916	2.826	2.614
Rio de Janeiro	2.863	2.362	1.709	4.907	4.431	3.389
<b>São Paulo</b>	<b>8.220</b>	<b>4.998</b>	<b>3.580</b>	<b>5.988</b>	<b>3.652</b>	<b>2.348</b>
<b>SUDESTE</b>	<b>12.258</b>	<b>8.714</b>	<b>6.608</b>	<b>13.620</b>	<b>11.917</b>	<b>9.606</b>
Paraná.	1.780	2.276	2.657	400	641	697
Rio Grande do Sul	1.555	1.583	1.853	322	405	472
Santa Catarina	433	458	662	84	93	106
<b>SUL</b>	<b>3.768</b>	<b>4.317</b>	<b>5.172</b>	<b>806</b>	<b>1.139</b>	<b>1.275</b>
Distrito Federal	103	103	107	632	631	760
Goiás	394	385	414	645	927	1.267
Mato Grosso do Sul	299	229	253	333	343	359
Mato Grosso	321	263	237	613	638	687
<b>CENTRO OESTE</b>	<b>1.117</b>	<b>980</b>	<b>1.011</b>	<b>2.223</b>	<b>2.539</b>	<b>3.073</b>
<b>BRASIL</b>	<b>18.852</b>	<b>15.661</b>	<b>14.650</b>	<b>26.915</b>	<b>28.230</b>	<b>32.349</b>

Fonte: Mapa da Violência 2011 (Tabela 3.7.1, p. 56)SIM/SVS/MS, IBGE.

Ao analisar os dados da Tabela 5, observa-se o grande índice de mortes na região Nordeste, no ano de 2008, especificamente, no Estado da Bahia com **4.099** homicídios e Pernambuco com **3.868** homicídios de jovens negros.

No comparativo entre a população branca e a população negra no ano de 2008 o número de homicídios da população jovem branca foi de **14.650**, número expressivamente inferior ao número de jovens negros mortos, que totalizou **32.349**; portanto, no período, morreram mais jovens negros que brancos em todas as regiões do Brasil, com exceção da região Sul, em que o número de negros é inferior ao número de brancos na totalidade da população dessa região.

Entre 2002 e 2008, o número de brancos assassinados caiu 22,3%. A morte de negros cresceu em proporção semelhante: os índices foram 20% maiores, em média. Em algumas unidades da federação, os números se aproximam de características de extermínio: na Paraíba, campeã dessa triste estatística, foram mortos 1.083%, isto é, muito mais negros do que brancos. Em Alagoas, 974% mais. E na Bahia, a terra do menino Joel, os assassinatos de negros superam em 439,8% os de brancos (Carta Capital, 9 de março de 2011, p.24-25).

Em discussão, a Carta Capital apresenta dados que revelam o aumento nos índices de morte dos jovens negros, no ano de 2008 para cada três mortos, dois eram negros, a desigualdade racial é um dos fatores que ilustra essa diferença nos números de mortos brancos e negros no Brasil.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Racismo Pobreza e Violência (ONU, 2005) a proporção de pretos e pardos mortos pela polícia é maior do que na população em geral. Apenas no ano passado (2010) a polícia paulista matou 495 indivíduos o que representa um índice de letalidade altíssimo, um dos maiores do mundo e a grande maioria das vítimas têm o mesmo perfil, ou seja, homem, preto e pobre com idade entre 15 á 24 anos.

Conforme se apresenta nas considerações iniciais do Mapa da Violência 2016 (WAISELFISZ, 2016) entre 1980 a 2014 foram mortas 967.851 pessoas vítimas de disparo de arma de fogo no território nacional. Nesse período, as vítimas passaram de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, o que representa um crescimento de 415,1%. Temos que considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 65%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona pela magnitude (WAISELFISZ, 2016, p.15).

Os dados do mapa da violência (2016) revelam que na cidade de São Paulo composta de 11.244.369 habitantes (IBGE, 2010), entre o ano de 2004 a 2014 ocorreram 16.640 mortes e, atualmente, para comparar essa discussão 8.427 mortes no ano de 2015. Ao realizar o estudo aprofundado na cidade de São Paulo, no quesito raça/cor se constituem são 60% de jovens pretos e pardos com idade entre 15 e 24 anos sendo uma parcela significativa da juventude, fase de desenvolvimento que expressa à fase entre a adolescência e a vida adulta.

O Atlas da Violência 2017, produzido pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revela que as taxas de mortalidade juvenil tiveram um aumento de 38,5%, dos índices de morte de jovens negros que reafirma os dados acima apresentados.

Olhar esta realidade e tais determinações, presentes nas relações sociais e expressas em sua concretude em homicídio doloso<sup>32</sup>, instiga a análise de tal situação com radicalidade (ir à raiz), e compreender as suas principais determinações.

Com relação ao preconceito étnico, é importante citar a reflexão de Guimaraes (2008).

[...] étnico é uma antipatia errônea e inflexível, que pode ser sentida ou expressa, dirigida a um grupo ou indivíduo e é materializada em ações discriminatórias que são: linguagens insultuosas, evitação, discriminação, ataque físico e extermínio, ou seja, conjunto de julgamentos negativos sem fundamentos reais a respeito de um grupo social, capaz de gerar um gradiente de intolerância crescente (GUIMARAES, 2008, p.48-49).

Para complementar a discussão sobre genocídio cabe o entendimento que Waiselfisz (2007, p.91) ao referendar o debate da saúde e causas de morte em especial por meio da Organização Mundial da Saúde que compreende: “A saúde é compreendida como um Estado de completo bem estar físico, mental, social e não como ausência de doença”. (OMS)

Conceitua as mortes como internas e externas, sendo as causas internas ou endógenas causadas pela deterioração da saúde ou por algum tipo de endemia, epidemia ou doença, já as causas externas são provocadas diretamente por uma intervenção humana ou não se estiver se referindo a causas externas no geral, ou seja, óbitos violentos, homicídios, acidentes de transporte e suicídios entre outras. Waiselfisz

---

<sup>32</sup> Homicídio doloso significa uma ação causada com o objetivo e intenção de matar.



salienta que nos homicídios morrem preferencialmente os jovens do sexo masculino e negros, o que dá indícios do genocídio da juventude negra apresentados acima.

José Fernando da Silva (2004), em seus estudos sobre os fundamentos do extermínio, apresenta dois elementos: a violência continuada e a higienização social e conceitua o extermínio como um aspecto particular do homicídio, em especial o mesmo particulariza-se com a ação feita pelos justiceiros, ou seja, as mortes em series, que revelam objetivos e situações que se repetem de forma sistemática.

As ações de extermínio executadas pelos “justiceiros” materializam uma forma da violência que busca superar a resistência do corpo e da consciência, eliminando-os. Essa destruição, no entanto, dispõe, simultaneamente, a construção de um modelo societário inspirado numa visão e mundo cujo o conceito de justiça, privilegia e preserva o cidadão “trabalhador” “honesto” “fiel cumpridor dos seus deveres” (SILVA, 2004, p. 65, grifos do autor).

Neste sentido, existe critério de classe na escolha de quem são os cidadãos honestos e bons nas relações sociais em especial.

No debate apresentado pelo instituto Geledes<sup>33</sup> apresentam

[...] o aumento da violência urbana contra os jovens, indica que estudos recentes divulgados pela ONU, atestam que 70% dos jovens com idade entre 15 e 24 anos, vítimas de homicídio no Brasil, são jovens negros, o que caracteriza uma espécie de genocídio que, do mesmo modo, vem se naturalizando, ano após ano. Isso não provoca mais reação de indignação da sociedade civil organizada, nem das organizações de direitos humanos (Geledes, 2018, p. 3).

Sobre a renda segundo o Relatório da OXFAM de 2017, no Brasil, 5% da população possui renda salarial de 95% dos trabalhadores, e na população negra que possui 53% do índice populacional nacional é mais grave ainda, pois entre a população que recebem de 0 a 1,5 salário mínimo, 67% pertencem a população negra e reafirmam que 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos.

Conforme VIEIRA<sup>34</sup>

A violência que começa com a super exploração capitalista é potencializada e amplificada pelo Estado – na medida em que este é

---

<sup>33</sup> <https://www.geledes.org.br/a-violencia-racial-no-brasil-todo-camburao-tem-um-pouco-de-navio-negreiro/> retirado em 18/01/2018

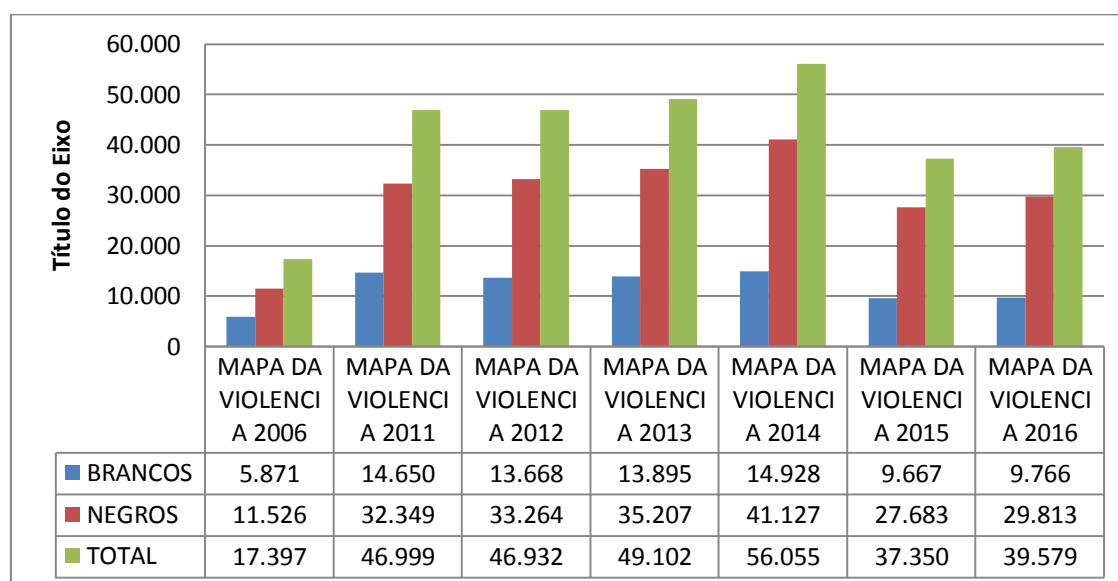
<sup>34</sup> <https://eusr.wordpress.com/2013/04/26/a-violencia-racial-no-brasil - /RETIRADO> em 18/01/2018

mero instrumento de reprodução de uma ordem da qual a violência é componente intrínseca –, tanto do ponto de vista econômico e social, quanto do ponto de vista racial, a ponto de o senso comum racista consagrar o bordão: “negro correndo é suspeito, parado é ladrão” (VIEIRA, 2013, p. 4, grifo do autor).

Esses índices nacionais reafirmam que as mortes da população jovem preta estão ligadas diretamente às condições de vida, e às diversas formas de materialização do racismo contemporâneo, envolvendo a desigualdade, fruto das contradições entre o capital e o trabalho e da criminalização da pobreza, fatores estes que serão desenvolvidos ao longo da história, processos que foram sendo desenvolvidos ao longo da história brasileira.

Ao analisarmos os dados de jovens negros e suas mortalidade causada por armas de fogo, homicídios no Brasil ficaremos bastante preocupados com os dados nacionais conforme tabela abaixo.

**Gráfico 5- Homicídios por raça cor segundo o Mapa da Violência 2011-2016.**



Quando analisamos os índices nacionais estamos aqui apresentando a manutenção das mortes sendo a vitimas preferenciais a juventude negra que a cada ano soma-se aos dados de violência com **210.969** mortes com idade de 15 á 29 anos.

Ao observar a relação de mortes nos países da América Latina em conformidade com o mapa da violência 2008, sobre os jovens e a América latina, o Brasil possuía

**25,2%** de índice de mortes ficando em 05º lugar das mortes , o que referencia o debate internacional que morem mais jovens negros nas periferias do Brasil do que em países de guerra por exemplo a Turquia com 0,5 %de mortes .

Acrescenta-se aqui a dimensão de gênero incluindo o feminicídio das mulheres negras, tema este que merece estudo aprofundado, e que nesta dissetação não conseguiremos aprofundar.

De acordo com o mapa da violência 2015 a violência contra a mulheres negras, aumenta se a cada momento pois a população das vítimas de homicídio sua maioria são mulheres negras que entre o ano de 2003 á 2013 foram registradas 25637 de mulheres negras em todo o território nacional conforme tabela 06.

**Tabela 6 - Homicídio de Mulheres no Brasil Segundo Mapa da Violência 2015.**

UF/REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
Acre	7	7	8	8	9	5	6	13	11	14	29	314,3	262,5
Amapá	12	14	13	10	7	13	10	14	16	15	15	25,0	50,0
Amazonas	30	34	40	33	43	56	60	60	66	89	71	136,7	115,2
Pará	78	77	101	118	112	137	152	196	154	202	189	142,3	60,2
Rondônia	29	13	30	31	20	20	35	23	31	35	27	-6,9	-12,9
Roraima	5	3	9	3	10	5	12	9	9	7	14	180,0	366,7
Tocantins	17	14	15	18	25	17	23	30	36	40	31	82,4	72,2
<b>Norte</b>	<b>178</b>	<b>162</b>	<b>216</b>	<b>221</b>	<b>226</b>	<b>253</b>	<b>298</b>	<b>345</b>	<b>323</b>	<b>402</b>	<b>376</b>	<b>111,2</b>	<b>70,1</b>
Alagoas	39	42	46	66	67	71	96	104	114	116	117	200,0	77,3
Bahia	100	155	164	197	207	260	283	358	374	368	360	260,0	82,7
Ceará	40	44	45	65	84	74	80	111	104	110	125	212,5	92,3
Maranhão	58	44	49	56	50	67	67	99	109	96	107	84,5	91,1
Paraíba	25	47	45	49	55	76	84	98	117	119	104	316,0	112,2
Pernambuco	187	206	226	261	241	245	252	197	223	185	224	19,8	-14,2
Piauí	24	14	29	28	24	31	22	28	28	40	36	50,0	28,6
Rio Grande do Norte	16	13	27	27	25	48	38	51	56	42	59	268,8	118,5
Sergipe	16	15	22	22	21	21	21	36	50	52	48	200,0	118,2
<b>Nordeste</b>	<b>505</b>	<b>580</b>	<b>653</b>	<b>771</b>	<b>774</b>	<b>893</b>	<b>943</b>	<b>1.082</b>	<b>1.175</b>	<b>1.128</b>	<b>1.180</b>	<b>133,7</b>	<b>53,0</b>
Espírito Santo	67	69	90	103	116	129	152	128	104	137	129	92,5	25,2
Minas Gerais	199	230	212	238	248	221	246	258	283	303	274	37,7	15,1
Rio de Janeiro	275	250	272	266	216	223	189	193	223	223	235	-14,5	-11,7
São Paulo	378	285	260	242	185	199	229	223	179	256	215	-43,1	-11,2
<b>Sudeste</b>	<b>919</b>	<b>834</b>	<b>834</b>	<b>849</b>	<b>765</b>	<b>772</b>	<b>816</b>	<b>802</b>	<b>789</b>	<b>919</b>	<b>853</b>	<b>-7,2</b>	<b>0,5</b>
Paraná	32	41	50	48	41	55	57	51	55	68	59	84,4	22,9
Rio Grande do Sul	23	26	22	30	29	32	36	38	21	39	33	43,5	10,0
Santa Catarina	8	7	6	15	6	8	8	15	5	18	16	100,0	6,7
<b>Sul</b>	<b>63</b>	<b>74</b>	<b>78</b>	<b>93</b>	<b>76</b>	<b>95</b>	<b>101</b>	<b>104</b>	<b>81</b>	<b>125</b>	<b>108</b>	<b>71,4</b>	<b>16,1</b>
Distrito Federal	45	43	32	39	41	57	61	50	61	63	66	46,7	69,2
Goiás	74	64	83	91	82	104	117	128	182	171	191	158,1	109,9
Mato Grosso	53	60	51	42	54	57	55	54	60	61	61	15,1	45,2
Mato Grosso do Sul	27	30	31	24	28	22	25	38	40	45	40	48,1	66,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>199</b>	<b>197</b>	<b>197</b>	<b>196</b>	<b>205</b>	<b>240</b>	<b>258</b>	<b>270</b>	<b>343</b>	<b>340</b>	<b>358</b>	<b>79,9</b>	<b>82,7</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1.864</b>	<b>1.847</b>	<b>1.978</b>	<b>2.130</b>	<b>2.046</b>	<b>2.253</b>	<b>2.416</b>	<b>2.603</b>	<b>2.711</b>	<b>2.914</b>	<b>2.875</b>	<b>54,2</b>	<b>35,0</b>

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Essa distância relativa, entre as taxas de vítimas brancas e negras, é o que denominamos índice de vitimização negra, que nada mais é do que a diferença percentual entre as taxas de homicídio de mulheres de ambos os grupos. Vemos que o índice de vitimização negra, em 2003, era de 22,9%, isso é, proporcionalmente, morriam assassinadas 22,9% mais negras do que brancas. O índice foi crescendo lentamente, ao longo dos anos, para, em 2013, chegar a 66,7% (WASELFIZ, 2015, p.32)

## 4.2 MORTES NO ESTADO E MUNICÍPIO

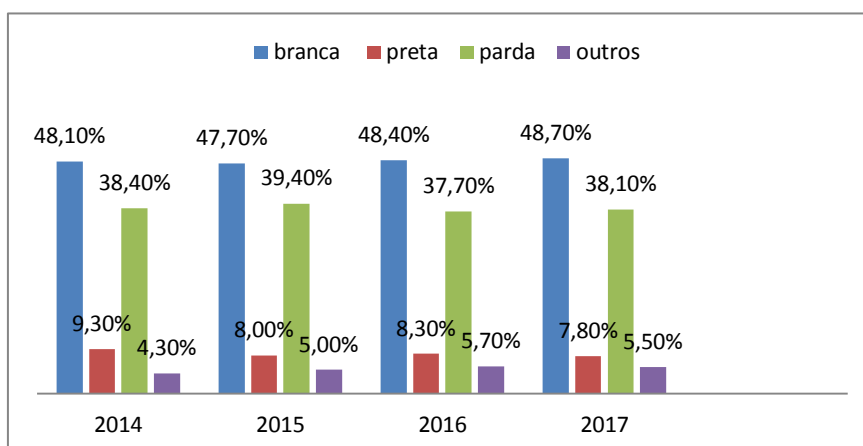
A escolha destes territórios por expressarem de forma objetiva, a dimensão das contradições entre o capital e o trabalho, sabemos que o Estado de São Paulo, se constitui com opressão e segregação espacial da população negra, em especial a capital paulista.

o território é causa de maior desigualdade entre firmas, instituições e sobretudo entre os homens. Em lugar de se tornar o desejado instrumento de igualdade individual e de fortalecimento da cidadania, o território manterá o seu papel atualmente perverso, não apenas alojando, mas na verdade criando cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também em função do lugar onde vivem (SANTOS, 2011, p.190)

Neste sentido apresentaremos aqui os índices de homicídios e os dados da Secretaria de Segurança Pública que no ano de 2017 em todo o Estado de São Paulo Registrou o numero de **406.737** inquéritos policiais. E no inicio do ano de 2018 com **191.225** inquéritos registrados, podemos informa que destes dados tiveram o numero de **5.118 adolescentes** apreendidos em 2017 e **2238** no ano de 2018.

Ao analisar os homicídios, no Estado de São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública apresenta o índice das vitimas por raça e cor contendo o numero maior entre pretos e pardos tendo a somatória de 49 % em cada ano.

**Gráfico 06 – Distribuição de Homicídio segundo Raça Cor Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.**

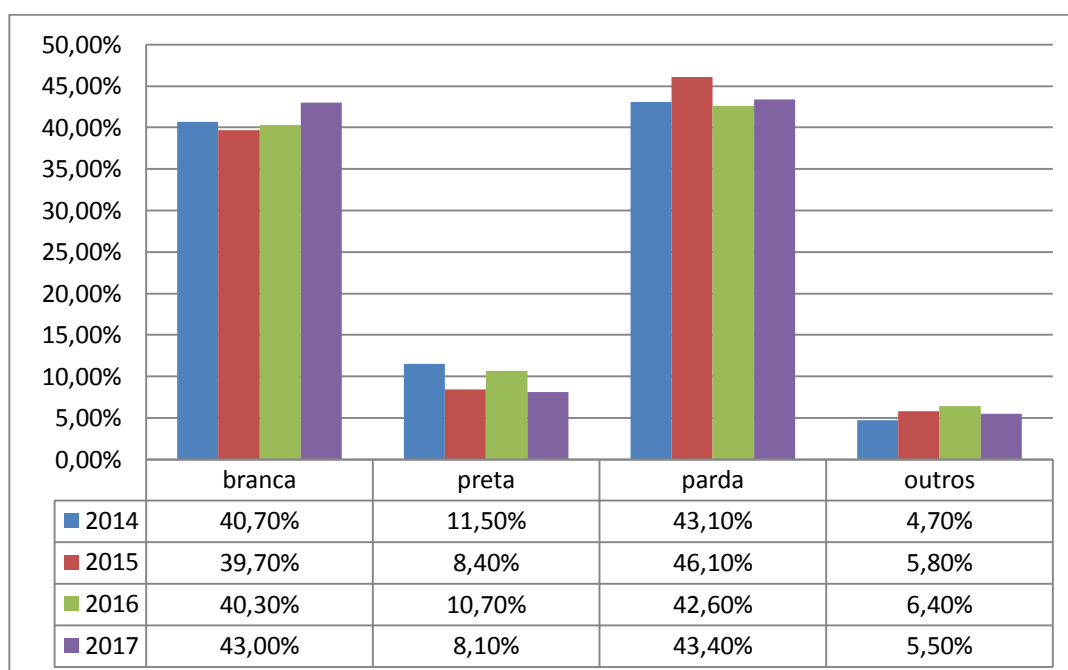


Fonte : SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA

E sua maioria com idade entre 15 á 29 anos, porem, o que nos traz preocupação é a forma que a segurança publica apresenta somente a porcentagem havendo a ausência dos números da letalidade nestes anos.

A cidade de São Paulo os índices se intensificam por ser uma expressão da totalidade de todo o Estado de São Paulo, a megalópole as coisas se intensificam e expressam também o maior índice de pretos e pardos ainda assim cabe observar

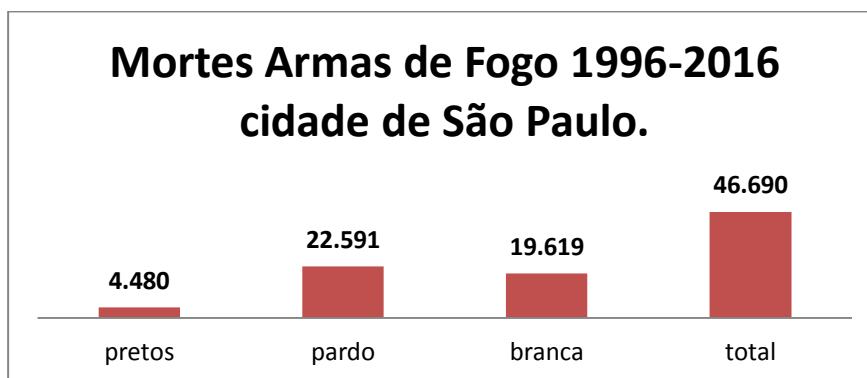
**Gráfico 07 – Homicídio por raça cor no Município de São Paulo**



Fonte: SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA.

Cabe acrescentar que a cidade de São Paulo de acordo com os dados do data SuS entre 1996 e 2016 Data SuS, que apresentou o numero de **46.690** mortes por arma de fogo na cidade de São Paulo destas **27071** de jovens pretos e pardos entre o ano de 1996 e 2016 na Cidade de São Paulo conforme gráfico 08.

**Gráfico 8 - Mortes por Armas de Fogo segundo Data Sus**



#### 4.3 OS TERRITÓRIOS PESQUISADOS.

A pesquisa social responde a questões muito particulares. Ela preocupa, nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados.. (2009, p. 21)

**Foto 4- Mapa da Zona Leste**



Fonte: <<http://www.zonalestesp.com.br/mapa-da-zona-leste-de-sao-paulo>> Retirado em 10/01/2019 às 22:00

Os Bairro de Guaianases, Lajeado, Cidade Tiradentes e Itaim Paulista. Nasceram da retaliação das grandes sesmarias, grandes fazendas, nos séculos XVII e XVIII até chegar às chácaras no início do século XX local de forte agrupamento de tribos e grupos indígenas, que com a colonização tornam-se fazendas de exploração da mão de obra escrava. Nos primeiros anos do século XIX os povoados foram desmembrados do território de São Miguel uma parte tornou-se Guaianases, outra Itaquera, e a outra foi chamada de Lajeado e por ultimo cidade Tiradentes (Biblioteca Cora Coralina, pasta 09, consulta em fevereiro de 2011).

De 1.930 à 1.939 vieram para São Paulo 435.864 nordestinos sendo que grande parte foi para São Miguel, Itaquera e Lajeado. Em decorrência de seu tamanho, Lajeado transformou-se em distrito em 1.929. A distância do centro trouxe com o tempo um

isolamento que a cada ano se tornou maior, gerando um esquecimento da região por parte do poder público, conforme informações da Biblioteca Cora Coralina, citada acima.

A Zona Leste do Município de São Paulo, nasce do processo de expulsão dos trabalhadores em especial negros dos centros urbanos, mas, também das lutas por melhores condições de vida, saneamento básico, por creche ou seja das lutas e resistências sociais .

Oliveira (2016) em seus estudos, apresentam a cidade como o espaço de desenvolvimento do modo de produção capitalista e que a metropolização acompanha o processo de desenvolvimento econômico, e no seio dos conflitos sociais e urbanos que transformaram os antigos subúrbios nas atuais periferias.

Ainda de acordo com o autor o processo de metropolização da cidade acompanhou a consolidação econômica com avanço significativos e ocupações na década de 1950 e posteriormente com grande construção e avanço nas regiões de Itaquera, Lajeado, Itaim Paulista.

Conforme o desenvolvimento composto por crescimento populacional, as periferias tornam-se espaços de alta concentração de trabalhadores, cujo a ocupação dos subúrbios solicitam demandas por moradia, saúde, saneamento básico.

A cidade como espaço do capital expressa suas contradições desde as expulsões dos grandes centros urbanos a população negra desde a integração desintegrada a na sociedade de classes .

o espaço urbano como local da reprodução social e das relações de produção se tornou contraditório no processo de urbanização da sociedade, esse processo é evidente na formação socioespacial dos subúrbios paulistanos. É no espaço urbano que tais relações acontecem e se reproduzem na forma de apropriação do espaço. (OLIVEIRA, 2016, p.19)

Ainda de acordo com o autor as regiões próximas aos centros urbanos tiveram avanços às políticas sociais e estruturas urbanas já nas periferias a produção e atendimento das políticas públicas sempre foram constituídas por meio dos conflitos e tensões sócio políticas conforme já nos abordou Sposati.



A partir da concepção de território e da categoria território, aqui apresentadas, é preciso situar a conexão existente entre estas e as políticas sociais. Nessa direção, parte-se do entendimento de que, para as políticas sociais, o território, para além de um espaço geográfico, é um chão histórico, marcado por múltiplas relações, que materializa a identidade de uma dada política social, no cotidiano relacional da vida das pessoas. (SPOSATI, 2013, p.7)

Elemento importante a ser debatido neste universo é a situação de vulnerabilidade social, em especial os indicadores de pobreza e vulnerabilidade nos territórios pesquisados.

**Tabela 7 – Distribuição de Vulnerabilidade Social**

DISTRITO	BAIXA VULNERABILIDADE		MEDIA VULNERABILIDADE			ALTA VULNERABILIDADE			TOTAL
	1	2	3	6	4	5	7	8	
ITAIM PAULISTA	264	4.480	6.330	11.838	56.782	19.677	104.842	8.520	212.733
GUAIANASES	0	1957	0	10.266	33.810	16.818	32.779	2.917	98.546
LAJEADO	0	3954	0	4686	33.535	33570	68.985	13043	157.773
CIDADE TIRADENTES	814	220007	0	24.084	42.998	23.811	65.789	11.123	190.631
									659.683

Fonte: MAPA da Vulnerabilidade Social 2004.

Em relação aos indicadores de vulnerabilidade conforme tabela 07 nos mostra que no ano de 2004 a região possuía um numero expressivo de famílias em situação de extrema vulnerabilidade com o total de 659.683 habitantes com alguma situação e vulnerabilidade social. Porem, com maior número na região de Cidade Tiradentes com 11.123 e Lajeado subdistrito do Lajeado com 13043 famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social . A Vulnerabilidade Social está relacionada à condição de vida não somente econômica, mas também à ausência de direitos sociais como: habitação, saúde, alimentação, moradia e trabalho, garantidos na Constituição Federal de 1988.

Estamos aqui revelando de territórios com uma das maiores concentrações populacionais de ocupação irregular da zona leste São Paulo, conforme senso do IBGE , o Bairro de Guaianases possui o numero de 268.508 habitantes destes temos o numero de 103.996 no distrito do Lajeado, 164,512 em Guaianases. Desta população foram ainda identificados pelo CadÚnico 2.737 casos de deficiência e 21 casos de trabalho infantil. Segundo dados da SMADS/CGB de janeiro 2014 que constam no Atlas socioassistencial da cidade de São Paulo (2015) no distrito do Lajeado tem 9.308

famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, sendo 8.357 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, 1.056 famílias beneficiárias do Programa Renda Cidadã e 590 famílias beneficiárias do Programa Renda Mínima.

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e das fontes citadas acima no mesmo período de referência em relação aos beneficiários de Benefício de Prestação Continuada – BPC temos: 1.657 beneficiários de BPC idoso e 1.404 BPC de pessoas com deficiência, porém este último dado não especifica o número de crianças e adolescentes, que se caracteriza como público prioritário para o serviço objeto deste edital.

Em relação ao CadÚnico (julho/2014) no Lajeado Guaianases possuem um total de 32.339 famílias cadastradas, sendo que destas 14.846 são crianças e adolescentes de 06 a 14 anos e 8.946 jovens de 15 a 17 anos. Acrescenta-se que, conforme observatório da SMADS, no ano de 2016 foram identificadas e incluídas no auxílio para o combate ao trabalho infantil 06 crianças e adolescentes. Observa-se que de acordo com o relatório de prestação e contas do conselho Tutelar do Lajeado 2016 foram 16.100 atendimentos destes 80% da demanda estão relacionadas a suspeita e violação dos direitos humanos o que incide a necessidade e manutenção de um projeto que trabalhe a promoção, prevenção itens fundamentais para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos e que assegurem a consolidação da cidadania.

De acordo com Andrade<sup>35</sup> 2012, o sistema de garantia de direito no território do lajeado ainda que existam políticas sociais elas devem ser fortalecidas e implantadas pelo Estado se tornando um instrumento na defesa e garantia dos direitos sociais e políticos de crianças, adolescente e juventude suas famílias.

OS Dados da Secretaria de Saúde representam o índice de 16.8 da mortalidade por causas externas de adolescentes com idade de 15 á 29 anos Conforme tabela 6.

Já o bairro do Itaim Paulista bairro construído no processo de consolidação das ferrovias, no Século XVIII, e atualmente composto com o numero de 373.127 habitantes, desta população 149,053 pertencentes ao subdistrito do Curuçá e 224.074 do Itaim paulista, possui o numero de 19.863 pessoas beneficiárias do Programa bolsa Família e 57 pessoas do programa Renda cidadã conforme a Secretaria de assitencia

---

<sup>35</sup> (A situação do Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente no Distrito do Lajeado- Unicsul 2013)

social do Município de São Paulo – SMADS (2017)<sup>36</sup>. E com a Taxa de Mortalidade de 19.4 por arma de fogo.

A cidade Tiradentes nasce como um subdistrito de Guaianases na década de 1980 e em 2004 se torna uma subprefeitura, com o índice de 211.501 habitantes destes habitantes 11.511 famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família e 110 famílias recebem o programa Renda Cidadã.

Referente ao índice de morte de acordo com a secretaria da Saúde o índice de 16.9 de homicídios de jovens de 14 á 29 anos de idade

**TABELA 08 – homicídios idade de 15 á 29 anos de acordo com Secretaria municipal de Saúde.**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>LAJEADO</b>	22,3	13,3	10.4	13,4	10,8	10,2	15,5	12.8	16.4
<b>GUAIANASES</b>	8.1	8.2	8.8	12.7	8.5	20.6	10.2	9,5	12.5
<b>ITAIM</b>	18.6	20.6	16,5	16.3	12.9	13.0	10.8	16	19.4
<b>CIDADE TIRADENTES</b>	14.9	14.2	13	12,5	17.8	9.4	10.7	16.4	16.9

Percebe-se que os índices de mortes nos bairro pesquisados encontra-se com o numero total de 65% no ano de 2014, cabe observar que não apresenta o quesito raça cor. Em pesquisa a Secretaria de Segurança Publica os bairro de Guaianases, Lajeado, Itaim Paulista e Cidade Tiradentes possuem registro dos boletins de ocorrência por Homicídio Doloso<sup>37</sup>, Tentativa de Homicídio<sup>38</sup>, neste sentido apresentaremos gráfico

<sup>36</sup> Observatório SMADS PMSP:

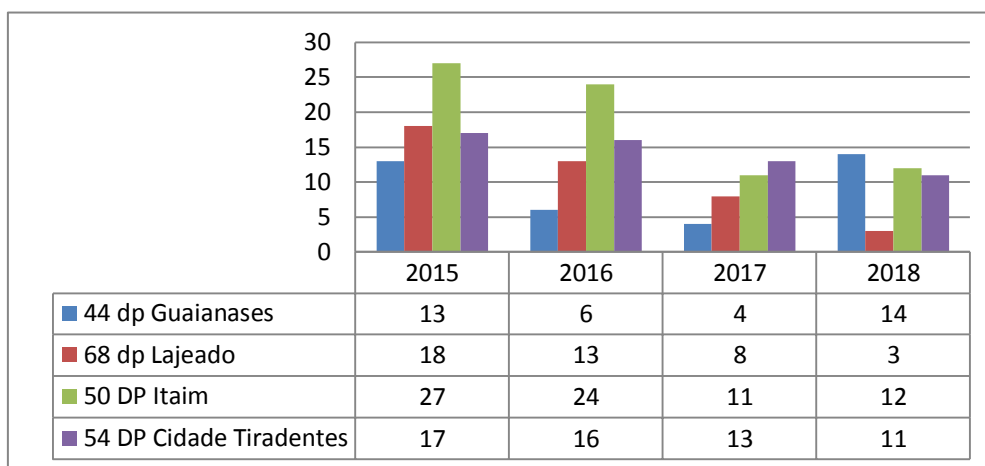
<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_social/mapas/index.php?p=2012](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/mapas/index.php?p=2012)>. Retirado em 20/02/2019 às 10:00

<sup>37</sup> Aquele no qual o agente quis ou assumiu o risco de matar alguém. Opõe-se a homicídio culposo ou involuntário. Fonte: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/291548/homicidio-doloso>> Retirado em 25/01/2019 às 22:00 horas.

<sup>38</sup> Aquele que se pretendeu praticar, mas dos atos do agente não resultou a morte da pretendida vítima. Fonte:< <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=tentativa+de+homicidio>> Retirado em 25/01/2019 às 22:00 horas.

com informação coleta por meio desta pesquisa entre o anos de 2015 á 2018. Conforme gráfico 09:

**Gráfico 09. Distribuição de homicídio doloso territórios pesquisados 2015 á 2018. Secretaria de segurança publica.**



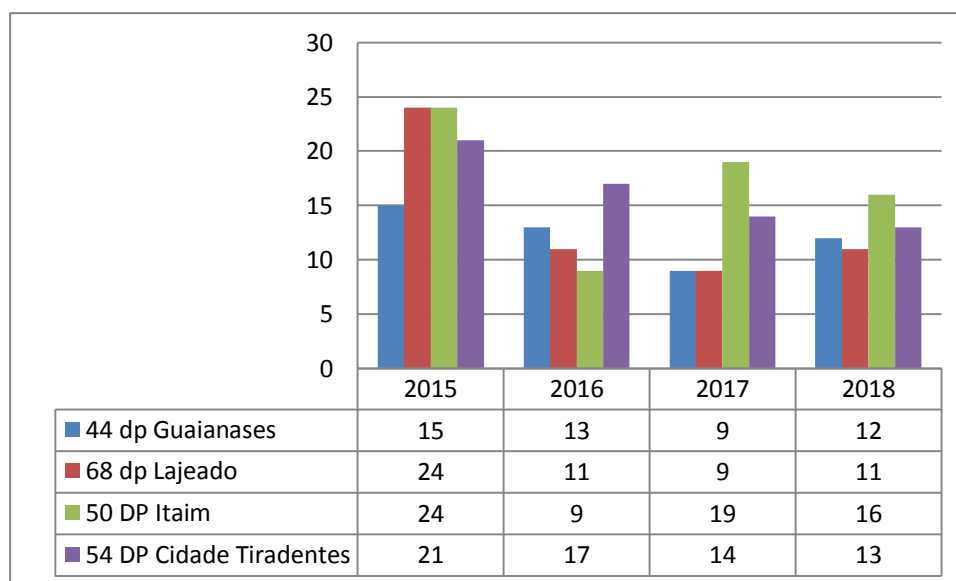
Fonte: Secretaria de Segurança publica do Estado de São Paulo< <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>> retirado em 20/02/2019.

Referente ao homicídio doloso, pode-se afirmar que entre os anos de 2015 á 2018 foram registrados um total de 210 homicídios dolosos, no qual a sua maioria incidência ocorre nos Bairros do Itaim Paulista e Cidade Tiradentes e ainda assim segundo a secretaria de segurança publica, não aparece o quesito raça cor na divisão territorial, o que nos leva a confirmar que essa omissão em nível do território mascara a concretude dos verdadeiros números de morte estaduais e municipais apresentados por esta Mesma secretaria.

Acrescenta-se que o numero de vitimas levantadas em pesquisa da secretaria comprovam o numero de 222 vitimas de homicídio doloso.

Já o caso de tentativa de homicídio iremos apresentar no gráfico 10.

**Gráfico 10. Distribuição de Tentativa de homicídio doloso territórios pesquisados 2015 á 2018. Secretaria de Segurança Publica.**



Fonte: Secretaria de Segurança publica do Estado de São Paulo< <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>> retirado em 20/02/2019.

Entre os anos de 2015 á 2018 as delegacias pesquisadas apresentaram o numero de 237 tentativas de homicídio no qual o quesito cor infelizmente não aparece, porem, a produtividade policial somente no ano de 2018 em relação a pessoas presas em flagrante produzi-o o numero de 1.571 encarceramentos. Reflete-se o debate apresentado anteriormente sobre o numero excessivo de encarceramento com o numero de mortes, o que dão consolidação a todo processo de discussão realizados sobre genocídio.

A partir dos dados de mortes confirmadas a nível nacional **210,969** mortes no território nacional nos anos de 2006 á 2016 de jovens negros e que se materializam nos territórios pesquisados da cidade de São Paulo. Observamos que ao longo do processo de pesquisa sentimos ausência dos dados de homicídios por delegacia que apresenta-se o quesito raça cor no site da Secretaria de segurança Publica do Estado de São Paulo.

Mais ainda sim, os números apresentados representam alto numero de mortes no município de São Paulo e na zona leste por meio das informações prestadas pela secretaria de Saúde, no qual a cada ano tem um forte aumento. Chegando ao total de 46.690 mortes no município de entre 1996 e 2016 de acordo com o Data Sus.

Associar a situação de pobreza e violência que resulta em mortes prematuras, foram concretizando e aproximando cada vez mais do objeto desta pesquisa com o

Bairros Pesquisados, Cidade Tiradentes, Itaim paulista, Guaianases e Lajeado tiveram o numero total de 210 homicidios, não se compara outrora nos anos 90 mas sim, são mortes reais que afetam significativamente a juventude em especial negra.

Cabe aqui a observação que diante da licença para matar dos agentes da segurança publica com o apoio instutcional do Governo (Bolsanaro), essas questões se intensificam no âmbito das relações sociais, em especial no processo de violação dos direitos sociais e humanos da população negra pobre e periférica.

## **Capítulo V – Lutas e Resistências da População Negra e o Enfrentamento do Genocídio.**

Dentro de um movimento histórico a população preta Brasileira, sempre resistiu à escravidão, ao racismo e ao genocídio, neste capítulo apresentaremos as resistências e lutas do povo preto e o serviço social e o debate do racismo.

Diferente que a cultura eugênica apresentou o povo preto resistiu à escravidão, assim como, resiste até hoje o racismo institucional e o genocídio demonstrando sua resistência e organização política.

Uma das primeiras organizações e resistências da população durante a escravidão no Brasil foi os quilombos espaço de organização política e econômica uma resistência, de valorização e identidade cultural.

O movimento da Quilombagem é permanente e se estrutura em todo o território nacional, podemos encontrar os primeiros quilombos em 1588 na Bahia e em Pernambuco, ao contrario ao movimento abolicionista, que se organiza nacionalmente só em 1883, quando é fundada, no rio de Janeiro a Confederação abolicionista, entidade que reunirá em seu corpo as diversas sociedades e grupos que lutavam contra o instituto da escravidão em seus Estados. (MOURA, 2003, p76)

Os quilombos constituíram espaços de organização e resistência do povo preto, na época chamados de cativos sua mobilização desde os primeiros grupos, composto por lideranças de homens e mulheres que preservaram as diversas cultura dos grupos étnicos bem como as religiões tradicionais.

Entre eles Palmares de Dandara e Zumbi que chegou a ter cerca de vinte mil habitantes, este espaço multifacetado era composto por indígenas, fugitivos do serviço militar, mulheres, bandoleiros dentro e uma auto-organização para manutenção da própria economia, em especial a liberdade dos cativos e o fim da escravidão.

Esses enfrentamentos e organização política refletiram no processo das insurreições contra a policia do sistema colonizador e contra o a exemplo na Bahia.

Nem todas as lutas entre senhores e escravos foram, porem, tão violentas como as insurreições o escravo negro chegou muitas vezes a ocupar as unidades onde trabalhava, como ocorreu na fazenda Santana, em Ilhéus em 1789, quando permaneceram parados durante quase dois anos (MOURA,1981, p71)

Se na sociedade colonizadora a rebelião e a rebeldia se fizeram presente na sociedade de classes, ocorreram organizações importantes da população preta no Brasil.

A processualidade histórica acima apresentada, percebemos os desafios da formação sócio econômica Brasileira em especial o tratamento dado à população negra, cabe aqui observar a divisão social, cultural a repressão e o afastamento da convivência no espaço urbano sobre o mito da democracia racial e social, com o processo de embranquecimento, o negro na sociedade de classes ocupa não só um lugar a periferia, mas também uma posição classe trabalhadora.

Acostumado com o comportamento rotineiro de subalternidade, ele adapta-se, acomoda-se, procurando, dentro das constelações fechadas de atitudes e reações (comportamento subalterno, excesso de etiqueta, e conformismo com seu destino), não entrar em choque com as barreiras que o separam da sociedade branca. Isso passa a ser natural. (MOURA, 2014, p.281).

Essa submissão não foi da totalidade da população negra, mas cabe aqui observar, que a revolta de palmares ainda inspirou uma parte significativa da população negra, e o movimento em um fluírem do tempo vai criando formas e etapas de resistência e articulação.

Mas é importante conceituar:

Movimento negro é a luta dos negros, na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular, os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social cultural. (DOMINGUES, 2007, P.102)

Sabe-se que foram diversas iniciativas importantes em um processo histórico, o fortalecimento dos homens de cor se deu em especial com entidades que foram criadas, mas saliento como importante espaço de fortalecimentos a Frente Negra Brasileira, Clube Negro de Cultura social (1932) e a Frente Negra Socialista, a Legião Negra (1934) como espaços de fortalecimento da população porém por vezes com um discurso assistencialista e cultural do negro tanto que o entendimento do debate passa a ser construído na inclusão do negro no capitalismo e com proximidade com a direita.



Outro aspecto importante a ser apresentado nesta reflexão é referente à segunda etapa com o brilhante **Teatro Experimental do Negro, iniciado em 1944** no Rio de Janeiro, sendo uma estratégia interessante de fortalecimento e aproximação do movimento com a intelectualidade produzindo jornais como o Quilombo, porém ainda com os discursos moderado e integracionista.

Cabe observar que com o golpe contra revolucionário da autocracia burguesa no país, a ditadura significou além de um espaço de violação dos direitos sociais e políticos da esquerda Brasileira, o movimento negro também irá sofrer com este episódio histórico, conseguindo rearticulação a partir dos anos 1978, a fundação do Movimento Negro Unificado MNU, no qual o debate de raça e classe sob influência do discurso e experiência dos Black panthers, com Ângela Davis, Malcolm X e Martin Luther King e a reaproximação com o marxismo irão fortalecer o debate e as ações de enfrentamento do racismo no contexto da sociedade saindo da condição de moderado e se aproximando com a radicalidade do discurso em especial a postura.

Tanto se constitui importante que o 13 de maio outrora comemorado passamos a ser o dia de Fortalecimento e Denúncia do Racismo e o 20 de Novembro uma pauta das Lutas e resistência por ações afirmativas, cotas raciais e acesso ao espaço do concurso público e universitário, mas também de denúncia as opressões expressos no Genocídio, Feminicídio.

O movimento negro preocupado com as questões e a própria conjuntura em 1979, ano de extremas mudanças sociais e políticas, com objetivo de combater o racismo institucional na universidade não somente neste espaço, mas nas camadas populares, inicia o Movimento Negro da PUC, no qual a ideologia era a mudança social e a quebra de paradigmas, e a articulação do pensamento voltado às questões do movimento da sociedade em parceria a outros movimentos como o hip-hop. Movimentos culturais nos quais as lutas sociais foram importantes na efervescência destes movimentos que acreditavam na classe trabalhadora.

Evidente que na época já existiam conflitos entre os movimentos, porém a organização negra sempre lutou para que o movimento negro estivesse ligado às questões políticas, voltadas tanto para a população negra, como para a população empobrecida e excluída, que diante de uma sociedade de capitalismo tardio, sofre os

resquícios trazidos da escravidão, do preconceito racial, bem como a segregação étnica racial.

Sendo assim, a democracia racial foi uma maneira que se apresentava como progressista, no entanto, se tornou uma ideologia autoritária que evita os questionamentos.

De acordo com o relatório citado anteriormente, essa ideologia possui como base um passado escravista e paternalista, mas tenta expressar as relações benignas entre os escravos e os senhores do engenho, remetendo a um imaginário social que apresenta harmonia nas relações raciais, insinuando que as desigualdades foram superadas no processo de miscigenação e interpenetração cultural e religiosa entre brancos e negros, tendo como resultado o fim do racismo no país.

Porém, para Luiz Eduardo Soares (1998, p.21), uma das lutas do movimento negro tem por objetivo demonstrar a exclusão dos direitos, bem como afirmar que “somos pobres justamente porque somos negros”.

Conforme a publicação CONE (2006), já em 1980 o deputado Abdias do Nascimento, representante da articulação do movimento negro, formulou um projeto de lei que propôs ação compensatória que tinha como princípio “incorporação da família afro-Brasileira no ensino, a introdução do estudo das civilizações africanas e a reserva de 20% das vagas aos homens negros nos concursos”, ainda assim, o projeto ficou anos no congresso.

Diante destas pautas, o movimento negro sempre reivindicou por uma equidade racial, em que todos tivessem acesso aos direitos sociais.

Em 1988 a Carta Magna, conhecida como Constituição Federal, em seu artigo 05º faz a menção de que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos Brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, ARTIGO 5º, 1988).

A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena e reclusão no termos desta lei (INCISO XLII).

Como garantir tal direito se há anos nas novelas a participação do negro ainda aparece representada em papéis submissos, tanto quanto o seu acesso às políticas sociais e aos direitos fundamentais garantidos na Constituição.

Em referência ainda à publicação CONE (2006), pela luta dessa reparação de danos, no mesmo ano de 1988, com a era da organização social e com o clima de esfriamento do movimento a Fundação Palmares faz a discussão do negro em nível federal. Em 1999 é estipulado o projeto de lei para a reserva de vagas nas universidades voltada aos alunos de escolas públicas, considerando a porcentagem de negros e indígenas, com o intuito da superação das desigualdades sociais e raciais.

Esse avanço foi possível graças à conjuntura política econômica, na qual contribuiu com a disponibilidade de recursos para a população ainda que insuficiente pois mesmo com o acesso a universidade pública a lei 10639 a permanência e o racismo institucional se torna presente nas relações sociais e na universidade.

Neste processo histórico, segundo publicação citada anteriormente, ocorreram algumas transformações e com isso muitos movimentos, originários do movimento negro, tornaram-se Organizações não Governamentais – ONGs, assim aderiram à lógica do terceiro setor trazida pelo governo Fernando Henrique Cardoso e os ditames neoliberais.

Em meados dos anos 90, forma-se a Educafro com o objetivo de inserir afro descendentes e pessoas carentes nas Universidades públicas, bem como nas Universidades particulares, através dos cursinhos comunitários nas bases (escolas, associações, postos de saúde, igrejas, sedes, pastorais) das comunidades mais vulneráveis, conforme destaque da publicação CONE (2006).

Fátima de Oliveira faz um resgate histórico da participação do Movimento Negro na construção das políticas públicas de saúde, por exemplo, e apresenta alguns avanços:

Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher (Brasília, DF, 1986); Introdução do Quesito Cor no Sistema Municipal de Informação da Saúde (São Paulo, SP 1992); Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida (Brasília, DF, 1995); II Reunião Nacional de Mulheres Negras, Belo Horizonte, MG (20 e 21/09/1997); Pré-Conferência Cultura e Saúde da População Negras (Brasília, DF, de 13 a 15/09 de 2000); Documento Alternativo d Fórum Nacional de Entidades Negras (Rio de Janeiro, RJ maio de 2000); e Nós Mulheres Negras:

Reforço a concepção de MELUCCI, que a nova abordagem ou concepção de movimento negro está associadas em ações coletivas se tornando um personagem motivador e catalizador da história de da realidade.

Defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) Baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Esta dimensões permitem que o movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são com muita frequência empiricamente associados com “movimentos” e “protesto” de referência de ação... o que nos Costumemente chamamos de movimento social muitas vezes contem uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma ação coletiva. (MELUCCI, 1989, p.57)

Então na atualidade temos movimentos distintos no interior do movimento negro, os movimentos que se aproximam com o debate na sua radicalidade (ir a raiz) do racismo e os que fazem adesão ao projeto hegemônico da burguesia.

Cabe observar que preferencialmente optamos em apresentar neste texto, os coletivos que se fortalecem e mantem o movimento negro em uma perspectiva de denuncia do racismo e da sociedade capitalista sendo eles: a UNEGRO – União Nacional do Movimento Negro; Movimento Negro da CUT, Quilombo Raça e Classe; Quilombagem, Força Ativa, Coletivo Minervino, CONEN- Conselho Nacional da Entidades Negras; CMP – Central de Movimentos Populares; entre outros sujeitos coletivos que aderem nesta cena política o debate através da cultura e dos sarais, transformando e fazendo a arte um espaço de resistência social, racial e política.

Outro importante movimento combativo é o **Movimento Mães de Maio**, cujo o objetivo é denunciar os crimes de maio de 2006, e todo o genocídio da juventude preta colocando em cheque o poder coercitivo e a força física do Estado articulado em um processo de desmilitarização do Estado e descriminalização da pobreza como norte os direitos humanos como norteador para o fim da sociedade de classes.

Sua história começa com o Falecimento do jovem trabalhador Rogério Silva dos Santos, que aos 29 anos foi executado na cidade de Santos filho de Débora que em

conjunto com as Mães frente as execuções sumaria resistiram a mortes e fizeram do luto a luta em defesa dos direitos humanos.

Desde o surgimento do movimento de familiares de vítimas da violência, esse teve como principal conquista trazer à tona a verdade sobre os *Crimes de Maio*, contribuindo para nomear aquele massacre, de forma devida, em contraposição à falácia de “Ataques do PCC” como a imprensa propagou em conluio com a classe dominante para ocultar a verdade dos acontecimentos. (FERNANDES, 2011p.129)

Sabemos que as perseguições e a criminalização dos movimentos é uma das estratégias do Estado burguês, que se recusa no reconhecimento dos crimes de maio, assim como foram os massacres da Candelária 1993 com 09 adolescentes mortos, Massacre de Eldorado dos Carajás 1996 com a execução de 19 integrantes dos MST, Massacre do Carandiru com 111 detentos em 1992.

Os arcos do Neoliberalismo e da força coercitiva do Estado demonstram seu papel de uso da força física e de massacre dos trabalhadores, mas os crimes de maio de 2006 representaram a carnificina dos Estado militarizado resultando em 564 mortes, de jovens das periferias.

É sobre esta dor que o movimento se constitui em uma análise crítica e severa ao Estado democrático de direitos, e as injustiças, essas mulheres que resistem da luto á luta ampliam suas as pautas em defesa dos direitos humanos .

Uma recente conquista do movimento foi o lançamento do livro “Do Luto à luta” em meados de maio de 2011, ocasião em que relembremos os 5 anos dos crimes, tendo efetuado diversas ações que visaram o resgate histórico dos acontecimentos, a denúncia sobre a omissão do Estado e homenagens às vítimas mortas e de desaparecimento forçado. O livro contou com o financiamento do Fundo Brasil Nacional de Direitos Humanos<sup>79</sup> que em 2010 reconheceu o movimento das *Mães de Maio* como uma iniciativa legítima na defesa dos direitos humanos no Brasil. Esse apoio fora imprescindível para a manutenção do movimento, bem como das ações que tem ocorrido desde então. As implicações do livro foram suficientemente significativas para provocar o interesse de movimentos de bairro, da periferia, que convocaram as mães para debaterem a violência do Estado, o que suscitou o lançamento do livro nesses locais periféricos. (FERNANDES, 2011, p.129)

Assim a luta em defesa dos direitos humanos e de combate ao racismo se concretiza atualmente também nas redes de combate ao genocídio da juventude negra e na mobilização das mães de maio em todo território nacional.

Mas sabemos que o enfrentamento do racismo e do Genocídio é uma luta histórica do movimento negro primeiramente em denunciar a expressão do racismo na sociedade brasileira, e por meio das políticas de ações afirmativas.

É no seio das lutas dos movimentos históricos da população negra que começam a implodir o debate das ações afirmativas.

Mas o que são as ações afirmativas qual seu objetivo e papel?

De acordo com Souza, as Ações Afirmativas, no Estados Unidos foram vista como uma forma de “encorajamento” por parte do estado, se destinava a pessoas com poder de decisão pública e privada, e tratava do acesso a educação ao mundo trabalho, mas no fim da década de 60 e 70 tiveram alterações, pois as tensões postas pelos movimentos pelo fim do racismo e segregação étnico racial e implataram o sistema com o acesso de representantes da população negra e latina no mundo do trabalho e instituições educacionais. (2016, p.30)

Já no brasil sabe-se que os projetos de lei apresentados pela sociedade, durante a ditadura, fortaleceram ainda mais a idéia consensual étnica mas é a partir como apontado anteriormente do debate realizado por Abdias do Nascimento, que apresenta uma política compensatória para os afrodescendentes em especial 20% para mulheres negras e 20% para homens negros nos concursos públicos de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil, mobilizaram e fortaleceram o movimento para denunciar o racismo como um grande opressor da população.

Nos anos 90, o debate começa a ganhar folego por parte do Movimento que reivindicava equidade, com a Marcha Zumbi para todos em 1995 e o acalorado debate da saúde da população negra, porém, na Gestão do Fernando Henrique Cardoso Fernando Henrique Cardoso, seguindo as características de Fernando Collor de Melo, que a autora abordam como outsider, o que vem de fora, que tratava-se de reforma orientadas pelo mercado oriunda das crises do mercado ou seja um período de em que as reformas eram a privatizações que desprezavam as conquistas prevista na

constituição federal de 1988, poria a carta magna era vista como atrasada abriu-se caminho para outra proposta o novo projeto, que se materializou com a projeção do Plano Direitos do Estado PDRE, construído por Bresser Pereira Ministro do Ministério da Administração da Reforma ( 2012, p.148)

Essa reforma se dava de uma linha ideológica no qual toda mudança era vista como reforma, pois a linha política do país, seguia os pressupostos ideológicos da classe dominante, o plano real era a estratégia, para adaptação passiva da classe trabalhadora ao capitalismo, e revelou consigo a estratégia imediatista, submissa e antipopular das classe dominantes brasileiras potencializando a privatização, ou seja a entrega das empresas públicas apresentando como o lucro rentável para o estado e sua reforma política, que ampliava e publicizava as agencia executoras de ações do estados ou seja estabelece-se um termo de parceria com o terceiro setor, ignorando o conceito de seguridade, sendo assim as reformas resultaram no impacto da dívida externa pública, aumentando o desemprego e a pobreza e as políticas sócias passa a ter um caráter de privatização, focalização, seletividade e descentralização. (idem)

Ainda neste contexto impulsionados pelo movimento Negro e as centrais sindicais, em 13 de maio de 1996 o Ministério da Justiça constrói o Programa Nacional de Direitos Humanos, a Lei 9.394 que acrescentava um adendo a LDB, Lei 9.459 de 13 de maio de 1997 “Lei Paim” e a ainda assim não contemplou a totalidade das necessidades da população negra.

Foi pós a Conferencia Mundial contra o Racismo, discriminação Racial e Xenofobia e Intolerância (Durbam, /africa do Sul 2001) , fortalece o movimento negro a nível internacional e o Brasil vai ter os debates a aplicabilidade de tais ações a partir da gestão do Luís Inácio Lula da Silva, observo aqui que um dos primeiros feitos foi a instituição da Secretaria Nacional de Promoção e Igualdade Racial através da Lei 10.678 , a Lei 10.639 com o debate as história e cultura afro brasileira, o decreto 4.885/2003, que estruturou o Conselho Nacional de Promoção e Igualdade Racial, e o decreto 4.887/2003 que regulamentou a delimitação e demarcação, reconhecimento das comunidades quilombolas,

Em 2004 o programa nacional Brasil Quilombola, visando o fortalecimento e identificação e acesso aos direitos a população quilombola as políticas sociais, Política Nacional de saúde integral a População Negra, I Conferencia Nacional de Promoção e

Igualdade Racial, o Recente Estatuto da igualdade Racial e o Programa Juventude Viva, destinado ao combate do genocídio da juventude em especial negra, pobre e periférica.

Existem infinitas interpretações a cerca das ações afirmativas, alguns que tratam como igualdade para os desiguais, inclusão no capitalismo, ou como uma estratégia para o fortalecimento nas lutas por acesso de condições de equidade, frente ao processo posto no imaginário social no debate da mestiçagem, universalidade política de classes que reafirmo a retomada do mito da democracia racial, apropriado a um debate de classe, sem compreender as determinações sociais, posta pelo racismo como um instrumento de controle e manutenção da divisão social, étnica e sexual do trabalho é nesta linha que seguirei o debate..

Entendemos então as ações afirmativas como resultado das lutas da população negra, pelo fim do racismo e por igualdade de condições, no estado democrático de direitos, se dividem pelo acesso a educação superior através da políticas de cotas nas universidades públicas, concurso público com destinação de vagas, ensino e cultura a história africana na formação escolar, infantil, fundamental, média e superior.

Pensar após estes últimos anos, que ainda assim a política de cotas não garanti o acesso de forma qualificada, a exemplo a pesquisa de doutorado desenvolvida pela Teresa Olinda Caminha Bezerra ***“Política de cotas em universidades e inclusão social: desempenho de alunos cotistas e sua aceitação no grupo acadêmico”***, que debruça em um estudo sobre os impactos das políticas de cotas e um dos elementos dos seus resultados que:

“Mais um mito que perdurava entre os acadêmicos e a população em geral, qual seja o de que os cotistas abandonariam os cursos, não se confirmou nos resultados desta pesquisa. Vale dizer que em uma observação imediata pode-se deduzir que não são fáceis as condições de permanência do cotista, na Universidade brasileira.” (2012, p.112)

Na contemporaneidade temos lacunas visíveis entre o acesso e permanência da população negra, nas políticas de ações afirmativas, pois embora na sua aparência, se mostrem como eficiente na sua essência, existem contradições, pois o acesso não se



torna universal, para todos devido as seleções ou seletividade postos pelo modelo neoliberal de funcionamento da política, e é esta assim como outras possuem uma importância significativa.

Cabe aqui salientar, que o capitalismo se apropria das opressões históricas para manter a acumulação da riqueza socialmente produzida em pleno funcionamento, mesmo com o avanço de todas as normativas acima apresentadas, ainda existe uma lacuna, pois ao mesmo tempo que a população negra acessa as políticas de cotas nos concursos públicas, nas universidades, há uma ausência por exemplo em tratar a cultura e história africana na formação nos vários níveis, ficando o debate pelos docentes militantes que assumem o compromisso em discutir a temática em uma perspectiva crítica. Debruçando e assumindo a pauta do movimento inclusive como temática de pesquisa de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado.

Mais ainda de forma insuficiente, pois em tempos de uma sociedade que oculta o humano na aparência, o destaque e a valorização da população negra assim como a valorização da contribuição de seus antecedentes para a história da humanidade ainda está vinculado a manutenção de uma imagem, submissa, desqualifica ou associada ao universo dos estereótipos produzidos pela ideologia conservadora, e pelo senso comum.

Finalizo aqui repactuando que o enfrentamento ao racismo e genocídio se dará na transformação societária por um modelo e projeto de sociedade onde as bases, consolidem o fim das opressões.

## CONSIDERAÇÕES.

A história do genocídio do Brasil inicia com a colonização por meio da eliminação e aculturação dos povos tradicionais indígenas e até mesmo seu genocídio.

A escravidão foi um sistema rentável e articulado por meio da colonização, com mais de dois séculos de exploração dos nativos africanos e sua imagem construída em 13 de maio de 1888 como o início de uma “nova realidade”, porém o que se vivenciou foi a continuidade da opressão, por meio do racismo e o preconceito étnico racial. A abolição deu a ideia de liberdade. Isso ficou registrado na história e não nas relações sociais.

Uma integração perversa do negro na sociedade de classes, arquitetada por meio de uma ideologia, constituída sobre bases do conservadorismo das revoluções burguesas, eugenia, importada para o Brasil através de Renato KELL e seus seguidores, para a eliminação da “mancha negra na sociedade Brasileira”, em especial no processo de inculturação da cultura branca e massificada pela vinda dos imigrantes europeus para o Brasil.

Essa integração constituía pelas ideias do passado perpetua na história o mito da democracia racial e na aculturação da referência negra dentro da sociedade Brasileira. Reproduzida por meio de uma ideologia racial e nas condições de vida e trabalho do negro na sociedade de classes.

O racismo como processo de superioridade de uma raça sobre a outra, a cultura da branquitude permaneceu sobre a lógica de colocar a população negra em locais subalterno de trabalho mais também em um ideário de naturalização da sua pobreza, encarceramento e morte.

O negro ainda em sua maioria 53% (pretos e Pardos) da população continua sendo estigmatizado por meio de ideários racistas em uma sociedade que afirma ter superado este assunto e mantendo o seu reconhecimento como inferior, diferente, trabalhador braçal, submisso, irracional, tarefeiro, concepções estas resultante do mito da democracia racial, que cada dia se expressa nas relações.

Passados mais de 130 anos pós abolição, ainda ouvimos as pessoas expressarem que os temos o cabelo “duro” ao invés de crespo, a religião é “**macumba**” e não culto aos

orixás, os negros ainda são chamados de macacos, piche, chiclete de asfalto, toalha de mecânico, somos convidados constante entente a voltar para África, a ocupar em peças teatrais e novelas o papel de escravos entre outros. Esses adjetivos ainda continuam enraizados no cotidiano de tantos pretos prestas aliais na sociedade de classes temos um lugar e com advento das eleições seremos vitimas de um projeto fascista, eliminador.

Em outras palavras um genocídio do negro Brasileiro, materializado, hoje na equação sinistra de racismo, pobreza, encarceramento e violência, resultante em morte prematura em especial da juventude preta das periferias, no qual o índice de morte por armar de fogo tem manifestado o numero de aproximadamente mais de um milhão de mortes dos anos 80 para a contemporaneidade. E o território pesquisado de cidade Tiradentes, Guaianases, Lajeado e Itaim paulista mesmo com a ausência dos índices de morte por delegacia com quesito cor registraram 210 ocorrências por homicídio doloso e 222 vitimas que expressam a ausências das politicas sociais em especial para a juventude.

E a zona leste da cidade de São Paulo, em especial, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista representam um alto índice de mortes os gerando a porcentagem de 65,% de mortes neste territórios E com indicativo de **35.603** famílias em situação e alta vulnerabilidade.

Ainda assim, que as lutas do povo preto advieram da quilombagem e dos autos de organização contra a escravidão e na sociedade presente e da mobilização preta por meio, dos movimentos sociais.

Tais s conquistas históricas contaram com uma ampla participação popular, o que possibilitou um grande avanço no campo dos direitos que constituem a lei suprema, a Constituição Federal de 1988, entre outras políticas publicas conquistadas mediante a luta dos movimentos sociais, dentre elas : a Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica de Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Estatuto da Igualdade Racial, Plano Nacional de Assistência social, Sistema Único de Assistência Social, Plano Nacional de Direitos Humanos, Estatuto do Desarmamento, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Ainda que os direitos conquistados sejam resultado da luta dos trabalhadores, os mesmos não estão resguardados a ponto de ter a garantia da efetividade e permanência das leis conquistadas, pois o modelo de sociedade neoliberal atua na manutenção do

sistema capitalista através de um Estado mínimo que mantem de forma objetiva as funções, que transfere as responsabilidades das políticas de saúde, educação, assistência, habitação, seguridade denominadas políticas sociais, à sociedade civil apresentando uma falsa participação social. Enquanto que suas reais ações estão a serviço e interesse do mercado, o que reforça e alimenta política de genocídio, a criminalização da pobreza, o alto índice de analfabetismo, o desemprego, a criminalização dos movimentos sociais, e a não garantia dos direitos.

E para população negra a força física do Estado de sua forma ostensiva, expressa nas execuções sumarias, das mortes por causas violentas, em especial no genocídio dos jovens negros, no encarceramento, no feminicídio da mulheres e nos altos índices de desemprego.

O genocídio da juventude negra é um tema de extrema relevância, uma vez que o processo histórico e as expressões de preconceitos estão presentes na sociedade nos tempos atuais, e se expressam de variadas formas sejam elas desrespeitos, humilhações, evitação, exclusão, intolerância e até mesmo a violência física que resulta muitas vezes em mortes. O estereótipo e o preconceito são muito próximos porque o preconceito é apoiado pelo estereótipo, e em nossa sociedade quem carrega um estereótipo negativo de ser inferior é o negro.

O genocídio como uma materialização, **do racismo** que se movimentou durante o processo histórico de nossa formação sócio econômica brasileira e no processo da pesquisa e se confirmou ao longo deste trabalho tanto nos índices gerais como nos territórios pesquisados. Obviamente esta pesquisa não se encerra nesta dissertação

Podemos assim então considerar o genocídio é para além das mortes por arma de fogo é um projeto em pleno curso de eliminação total para seu enfrentamento e saída e finalização se dará por uma nova ordem societária, sem exploração de gênero raça, classe e etnia .

## REFERÊNCIAS

ADÃO, Claudia Rosalina. *Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação Mudanças e Participação Política. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2017.

ALMEIDA, Silvio de. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Castro. *O Navio Negreiro: Primórdios do Fantástico Brasileiro*. EX! Editora, 2016.

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. Violência racial e a construção social do “genocídio da população negra”. In: 41º Encontro Anual da Anpocs, 23 a 27 de Outubro de 2017, Caxambu. *Anais*. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg27-1/11020-violencia-racial-e-a-construcao-social-do-genocidio-da-populacao-negra/file>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ALMEIDA, Renato Souza de. Cultura de Periferia na Periferia. *Le Monde Diplomatique*, Edição 49, ago. 2011. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/cultura-de-periferia-na-periferia/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.

ANDRADE, Júlio Cezar; ROSA, Suelem. O genocídio da juventude negra do Distrito do Lajeado. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo). São Paulo, 2011.

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo social da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: A História da Polícia que Mata*. São Paulo: Globo, 1992.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social fundamentos ontológicos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *Código de Ética do/a assistente social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto n. 17.943, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de julho de 1934. Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em 31 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 31 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. República Federativa. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <[file:///C:/Users/Cleisa/Downloads/constituicao\\_federal\\_35ed%20\(9\).pdf](file:///C:/Users/Cleisa/Downloads/constituicao_federal_35ed%20(9).pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 31 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *PL n. 4530, de 25 de novembro de 2004*. *Plano Nacional de Juventude*. Disponível em:

\_\_\_\_\_. 1ª Conferência Nacional de Juventude. Levante sua Bandeira. Brasília, 2008 (documento base). Disponível em: <[http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/198/1/SNJ\\_CONF\\_1\\_documentobase\\_2008.pdf](http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/198/1/SNJ_CONF_1_documentobase_2008.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. IBGE, CENSO 2010 disponível em : <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jan.2018.

\_\_\_\_\_, Características Etnico Raciais da população . disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 22/01/2018

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – (Sinajuve). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 31 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BRITES, *Preconceito e Uso de Drogas*. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília 2016.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CALLINICOS, ALEX. *CAPITALISMO E RACISMO*. 2000. [MIMEO]  
HTTP://WWW.IESC.UFRJ.BR/CURSOS/SAUDEPOPNEGRA/ALEX%20CALLINICOS\_CAPITALISMO%20E%20RACISMO.PDF

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CROCHÍK, José Leon. *Identificação e Abordagem do Racismo Institucional in CRI, Articulação para o Combate ao Racismo Institucional, Identificação e Abordagem do Racismo Institucional*, São Paulo, 2008.

DAVIS, Angela . *Mulher Raça e Classe* 2016

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. *Tempo* [online], Rio de Janeiro, v.12, n.23, p.100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em:

EURICO, Marcia. Juventude, raça/etnia e Uso de Drogas. *Revista emancipa: o cotidiano em debate*. São Paulo: Cress 9ª região, 2018.

\_\_\_\_\_. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. *SER Social*, vol. 19, n. 41, Brasília, 2017, pp. 414-427. disponível em: [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/27496/20218](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/27496/20218)

FERNANDES, Florestan. *Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2014.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo: ensaios sociológicos sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FERNANDES, Francilene Gomes. *Barbárie e direitos humanos: as execuções sumárias e desaparecimentos forçados de maio (2006) em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

FERNANDES, Ruben Cesar. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

FEFFERMANN, Marisa. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. *Segurança Urbana e Juventude*, São Paulo, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: < <https://periodicos.flcar.unesp.br/seguranca/article/view/1383>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FREITAS, Maria Virgínia. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2008.

GÓES, Weber Lopes. Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília, 2015.

GÓES, Weber Lopes A atualidade das práticas eugênicas no Brasil. São Paulo. 2017

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUTIEREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVII. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p.59-72. jan/jul. 1989.

GENARRI, Emilio. *Em Busca da Liberdade: traços das lutas escravas no brasil*. 2ª ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

HERINGER, Rosana. Desigualdades Raciais na Educação e Ação Afirmativa no Brasil. In LAIA, Maria Aparecida, *A Universidade e a Formação para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena*. Prefeitura do Município de São Paulo. (2008)

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. *Raças e classes no Brasil*. São Paulo: Brasilense, 1972.

\_\_\_\_\_. Violência na sociedade contemporânea. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo Violência e Terrorismo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça* 4. ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.



IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência 2017*. Brasília: IPEA, 2017. Disponível: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf) >. Acesso em: 31 jan. 2019.

LOPES, Vera Lucia. Juventude, políticas públicas e as ações afirmativas. São Paulo: Paulus, 2007.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul; Instituto Estadual do Livro, 1975.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. São Paulo: Vozes, 1999.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014b.

MOURA, Clovis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988. Em especial, cap. III. pp. 61-108. Disponível no blog Marxismo21 <http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial>.

MUNANGA, Kabengele. *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil*. Estudos Avançados, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS (Org.); CRESS 9ª Região; ABEPSS; ENESSO (Co-org.) *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília, 2009. p 15-42.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao método de Marx*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da População Negra*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2002.

OLIVEIRA, Alberto Pereira . Urbanização e formação sócio espacial da zona leste da cidade de São Paulo: aspectos históricos e forma urbana. Revista arquitetura e Urbanismo nº 17 2016

ONU. Organização das Nações Humanas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948*. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

ONU “As Organizações das Nações Unidas (ONU) FONTE considera como jovens, as pessoas de **15 a 24 anos de idade**. Já no Brasil, tanto nas diretrizes da Secretaria Nacional de Juventude, como o projeto de Lei 4530/2004, que institui o Plano Nacional de Juventude, definem como jovens aqueles que têm entre **15 e 29 anos**. Cap. 3

ONU de 12 de janeiro de 1951.

Resolução 260 A, CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO.

OXFAM, Relatório, 2017 Relatório *A distância que nos une*: um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM Brasil, 2017. Disponível em: < [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio\\_a\\_distancia\\_que\\_nos\\_un\\_e.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_a_distancia_que_nos_un_e.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2019.

PAIXÃO, Marcelo J. P. *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008. (Coleção Políticas da Cor)

PNUD Brasil. *Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2005: Racismo, pobreza e violência*. Disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000141.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PRADO JR., Caio. . *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Romilda Yakemi, *DE BOCA PERFUMADA A OUVIDOS DÓCEIS E LIMPOS. ANCESTRALIDADES AFRICANAS, TRADIÇÃO ORAL E CULTURA BRASILEIRA*. Revista Itinerários n. 13 Araraquara 1998.

SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. Paulicéia Afro lugares, histórias e pessoas. Programa de Valorização das Iniciativas Culturais, 2008

SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. Políticas Públicas; Étnico Racial e de Gênero. CONE – Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2006

SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo Secretaria de Assistência e Desenvolvimento social. Relatório do Beneficiários programa Bolsa Família. 2017.

SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública Estatística de Criminalidade Manual de Interpretação. 2005.

SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública. *Dados Estatísticos do Estado de São Paulo*. disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes, *ÉTICA E DIREITOS HUMANOS* in CFESS, Curso Nacional de Agentes Multiplicadores Ética em Movimento. – 2016.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados nos Indicadores de Desigualdade Racial de 2004

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. *Justiceiros e violência urbana*- São Paulo: Cortez, 2004.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *História Geral da África*, 2010

SOARES, Sergei. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1980 a 2007. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008. p. 97-117.

SOUZA, Marcilene Iena Garcia, *Ações Afirmativas e cotas Raciais no Serviço público*: São Paulo: SMPIR, 2016.

SPOSATI, ALDAIZA. *TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS*. LONDRINA: Revista Serviço Social ,UEL, 2013.

STEPAN, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

TIBURI, Marcia. *Como conversar com fascista: reflexões sobre um cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino- americano e caribenho. In: *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.

\_\_\_\_\_. *Mapa da Violência 2008: Os Jovens na América Latina*. Brasília: Instituto Sangari; Ministério da Justiça Brasil; Governo Federal, 2011.

\_\_\_\_\_. *Mapa da Violência 2008: Violência Contra Mulher*. Brasília: Instituto Sangari; Ministério da Justiça Brasil; Governo Federal, 2011.

\_\_\_\_\_. *Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil*. Brasília: Instituto Sangari; Ministério da Justiça Brasil; Governo Federal, 2011.

\_\_\_\_\_. *Mapa da Violência 2016: mortes por arma de fogo*. Brasília: Instituto Sangari; Ministério da Justiça Brasil; Governo Federal, 2016.

ZIZEK, Slavoj. *Violência*. São Paulo: Boitempo, 2014.